

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS**

ANA LUCIA DE SOUZA ABENASSIFF

**TRAJETÓRIA POLÍTICA DE D. MARIA I:
IDEIAS ILUSTRADAS, CONVULSÃO POLÍTICA E MELANCOLIA**

**VITÓRIA
2018**

ANA LUCIA DE SOUZA ABENASSIFF

**TRAJETÓRIA POLÍTICA DE D. MARIA I:
IDEIAS ILUSTRADAS, CONVULSÃO POLÍTICA E MELANCOLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia M. S. Merlo.

**VITÓRIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Abenassiff, Ana Lucia de Souza, 1976-
A142t Trajetória política de D. Maria I : ideias ilustradas, convulsão
política e melancolia / Ana Lucia de Souza Abenassiff. – 2018.
133 f. : il.

Orientador: Patrícia M. S. Merlo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Maria I, Rainha de Portugal, 1734-1816. 2. Rainhas –
Portugal. 3. Portugal – Política e governo – 1777-1792. I. Merlo,
Patrícia M. S. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Elaborado por Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-676/O

ANA LUCIA DE SOUZA ABENASSIFF

**TRAJETÓRIA POLÍTICA DE D. MARIA I:
IDEIAS ILUSTRADAS, CONVULSÃO POLÍTICA E MELANCOLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Vitória, 3 de julho de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia M. da S. Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Examinador externo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

*À Ohana que cuidou de mim
em cada momento, jamais me
deixando esmorecer. E a Deus
por mantê-la unida e feliz
mesmo nas adversidades.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar ao meu lado em cada momento de minha vida. Ao meu marido, Danilo Jorge Soeiro Silva, parceria incrível de mais de duas décadas. Aos meus pais, Gilberto Nacly Abenassiff e Marilene de Souza Abenassiff, por nunca deixarem de acreditar e valorizar o meu trabalho. A Gilberto Henrique Abenassiff Silva, minha melhor parte. Também a Gilsele Tosta dos Santos e Rafaelle Flaiman Lauff pela fraternidade diária, extensivo a Rosianny Campos Berto, à Confraria e a minha coordenadora anjo, Débora Marques Dias.

Agradeço, com especial carinho, à minha orientadora, Professora Dra. Patrícia M. da S. Merlo, pelo trabalho de excelência e a dedicação que teve na orientação deste trabalho. O qual sem seu direcionamento não teria o mesmo brilho e profundidade.

Agradeço do mesmo modo aos professores Dr. Sebastião Pimentel Franco, Dr. Belchior Monteiro Lima, ao Dr. Ricardo Alexandre Ferreira. E ainda à Dra. Simone da Silva por ter contribuído com sua generosidade e carinho no terceiro capítulo.

Presto também minha homenagem aos amigos do grupo Modernidade Ibérica, Guilherme Marchiori de Assis, Fernando Santa Clara Viana, Jansen Gusmão Salles, Júlio César Costa e Silva, Lucas Onorato e tantos outros que não me é possível colacionar nesse pequeno espaço.

Finalmente, dedico minhas homenagens aos professores e funcionários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, impecáveis no profissionalismo e na cordialidade.

**Do sofrimento emergiram os
espíritos mais fortes, as
personalidades mais sólidas
estão marcadas por
cicatrices.**

Kalil Gibran

RESUMO

Entre 1777 e 1792, Portugal foi governado pela primeira mulher regente no trono luso: D. Maria I. Mais citada que estudada, existem muitas lacunas sobre a trajetória de D. Maria e mesmo sobre seu governo. O objetivo central desse trabalho foi refletir sobre as complexas relações entre a vida privada e pública da monarca e seus desdobramentos. Por se tratar de uma análise biográfica foi preciso buscar subsídios que lançassem luz também sobre os aspectos pessoais, permitindo dessacralizar o papel estritamente público exercido pela personagem. As fontes coligidas para a execução da proposta tiveram caráter diverso: cartas pessoais e de governo, documentação oficial e memórias produzidas no período mariano. Por se tratarem de fontes plurais, procuramos atentar aos diferentes gêneros literários, a autoria, o contexto de produção dos documentos e as possíveis finalidades de sua produção. Por outro lado, procuramos estabelecer diálogos com a historiografia produzida sobre o tema e seu em torno. Acreditamos que a contribuição desse estudo está em revisitar o debate historiográfico acerca do governo mariano, muitas vezes apresentado como obscuro e retrógrado, em contraposição às informações recolhidas nas fontes e as perspectivas mais atuais sobre a temática.

Palavras-chave: D. Maria I. Trajetória. Portugal Moderno. Governo Mariano.

ABSTRACT

Between 1777 and 1792, Portugal was ruled by the first woman regent on the Portuguese throne: D. Maria I. More quoted than studied, there are many gaps in the trajectory of D. Maria and even on her government. The central objective of this work was to reflect on the complex relations between the private and public life of the monarch and its unfolding. Because it was a biographical analysis, it was necessary to seek subsidies that also shed light on personal aspects, allowing the character to be de-sacralized. The sources collected for the execution of the proposal had different character: personal letters and of government, official documentation and memories produced in the Marian period. Because they are plural sources, we try to look at the different literary genres, the authorship, the context of production of the documents and the possible purposes of their production. On the other hand, we seek to established dialogues with the historiography produced on the theme and its surrounding. We believe that the contribution of this study is to revisit the historiographic debate about Marian government, often presented as obscure and retrograde, as opposed to the information gathered in the sources and the most current perspectives on the subject.

Keywords: D. Maria I. Trajectory. Modern Portugal. Mariano's Government.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Extração de ouro do Brasil (1701-1780).....	19
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
1 DE PRINCESA DO BRASIL À HERDEIRA DO TRONO	17
1.1 O ESPLENDOR DO PERÍODO JOANINO.....	17
1.2 O NASCIMENTO DE D. MARIA.....	23
1.3 O GOVERNO DE D. JOSÉ I E O INGRESSO NA VIDA ADULTA..	32
1.3.1 De volta à princesa	36
1.3.2 O Contexto político internacional, o cenário português e as articulações em torno do casamento de D. Maria	40
1.3.2.1 Casamento real e vida doméstica nos últimos anos do Governo de	47
CAPÍTULO 2	
2 A PIEDOSA: O REINADO DE D. MARIA I	53
2.1 A TRANSIÇÃO POLÍTICA.....	53
2.2 A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO.....	60
2.3 O REINADO MARIANO E A HISTORIOGRAFIA DO TEMA.....	67
2.4 O REINADO MARIANO.....	70
2.4.1 Os anos iniciais do governo Mariano e as questões externas	74
2.5 A SOBERANA E SUA INTIMIDADE.....	75
2.6. D. MARIA I E SUA SOBERANIA.....	82
CAPÍTULO 3	
3 O OCASO DA RAINHA: OS ÚLTIMOS ANOS DO GOVERNO, AS CRISES PESSOAIS E O AFASTAMENTO	89
3.1 O GOVERNO MARIANO NA DÉCADA DE 1780.....	89
3.2 OS INDÍCIOS DE MELANCOLIA DA RAINHA.....	92
3.3 A REVOLUÇÃO FRANCESA E O APROFUNDAMENTO DA MELANCOLIA.....	100
3.4 O PARECER MÉDICO E O AFASTAMENTO DA MONARCA.....	105
3.5 O PERÍODO REGENCIAL, A VINDA PARA O BRASIL E A MORTE DA RAINHA.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A trajetória de D. Maria I (1734-1816), rainha de Portugal entre 1777 e 1792, ou mesmo sua regência, contam com poucos trabalhos historiográficos. Apesar de ter recebido o título de Princesa do Brasil, ela é entre nós pouco conhecida de fato, exceto pelas imagens satíricas veiculadas pelo cinema e televisão nas últimas décadas.¹ Essa escassez de pesquisas contribui para que o desconhecimento permaneça, tornando ainda maior o desafio de escrever sobre o tema. Por meio de fragmentos e da esparsa bibliografia procuramos nessa dissertação reunir os fios² que ajudassem a compreender um pouco melhor a trajetória de D. Maria I.

Nessa perspectiva, procuramos um aporte teórico-metodológico que auxiliasse tanto na seleção quanto no tratamento das referências e fontes adotadas na execução desse trabalho. Por se tratar de uma análise biográfica foi preciso buscar subsídios que lançassem luz também sobre a vida privada, permitindo dessacralizar o papel estritamente público exercido pela personagem, problematizando as complexas relações entre sua vida privada e pública.³

Cabe considerar que, durante muito tempo, a biografia foi tratada como um assunto de menor importância. O que só começou a mudar quando os historiadores, nas últimas décadas do século XX, que trabalhavam com destinos coletivos, trouxeram para o primeiro plano os excluídos da memória, reabrindo o debate sobre o valor do método biográfico.⁴ De acordo com Roger Chartier, esse retorno aos estudos biográficos se opõe à história dos grandes homens de modo conformista e simplista, o que se propõe é uma análise das culturas políticas nas suas várias configurações,

¹ *CARLOTA Joaquina: princesa do Brasil*. Direção: Carla Camurati. Produção: Carla Camurati, Bianca De Felippes. Rio de Janeiro: Warner Bros. Pictures, c1995. 1 DVD. Trata-se de uma comédia que tem como mote a vinda da família real para o Brasil, sendo D. Maria I retratada como louca, assombrada por visões. Destacamos também a minissérie brasileira que, em tom pastelão, apresenta os bastidores da Independência do Brasil (1822) e a fundação do Império do Brasil, *O QUINTO dos Infernos*. Direção: Wolf Maia. Produção: Rede Globo. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, c2002. 4 DVDs.

² Cf. GUINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³ Cf. DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

⁴ LORIGA, Sabrina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225.

indo dos círculos cortesãos aos meios populares. Nessa nova abordagem, o indivíduo precisa ser inserido em seu próprio tempo.⁵

É a essa abordagem que esse trabalho se filia. Para tanto, partimos das assertivas teóricas da historiadora, especialista em biografia, Sabina Loriga, que defende que para compreender a trajetória de um personagem é necessário refletir sobre a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais elas se desenvolvem. Ou seja, pensar a condição do indivíduo, enquanto ser sociável e social, que contribui proficuamente na construção do processo histórico.⁶

Assim, procuramos analisar as histórias de vida não como um mero papel ilustrativo ou anedótico. Bem como evitar a simplificação de uma abordagem meramente cronológica. Esse cuidado já foi recomendado pelo sociólogo Pierre Bourdieu quando enfatizou a importância de uma abordagem relacional. Segundo ele a história da vida conduz a construção de uma trajetória que, diferentemente das biografias comuns, descreve uma série de posições ocupadas pelo mesmo agente (ou um mesmo grupo) em estados sucessivos no campo a que pertence.⁷ Portanto:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número – de estados permanentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis [...] o que podemos chamar de *superfície social*.⁸

Assim tratados, os relatos biográficos convertem-se em modalidades narrativas que deixam de ser individuais e permitem a interpretação entre sujeito e história⁹, ou seja, da perspectiva biográfica de um sujeito, supostamente factual e individual,

⁵ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas desafios e propostas. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 97-113, 1994, p. 98.

⁶ LORIGA, 1998, p. 247.

⁷ CARVALHO, Isabel Cristina. Biografia, Identidade e Narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, jul. de 2003, p. 294.

⁸ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da história Oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 190.

⁹ CARVALHO, 2003, p. 293.

podemos traçar parâmetros com a história de uma determinada sociedade. A partir desse referencial, a presente pesquisa elegeu como objeto central a trajetória da primeira mulher reinante de Portugal, Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, D. Maria I.

Não há dúvidas que nos interessou, especialmente, analisar o período de seu governo, de 1777 a 1792. Entretanto, não poderíamos fazê-lo sem refletir acerca de sua trajetória individual e o contexto que a cercou. Para tal, esquadrimos o processo histórico desde a fase inicial de sua vida até a morte de seu pai, D. José I, quando D. Maria ascendeu ao trono português, os principais acontecimentos de seu governo, bem como, os motivos de seu adoecimento e os bastidores de seu afastamento.

Dada a amplitude temporal e a complexidade de eventos que marcaram o período de vida da monarca, procuramos coligar um corpo documental que beneficiasse o melhor entendimento do período. Trata-se de fontes variadas, reunindo desde cartas à documentação oficial e memórias¹⁰ do período.

O primeiro grupo de documentos é composto por 28 cartas escritas pela própria D. Maria aos parentes na Espanha e algumas endereçadas a chefes políticos europeus entre os anos de 1756 e 1790. Essa documentação epistolar permitiu conhecer um pouco melhor a vida pessoal da monarca, assim como a condução dos assuntos diplomáticos por ela tratados. As epístolas foram analisadas e elencamos as que pertenciam ao período do governo mariano e as escritas em português. Parte dessas cartas estão disponíveis em transcrição anexa à obra de Caetano Beirão, *D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado*.¹¹

¹⁰ Nesse caso, como aporte adicional, contamos com o apoio das memórias do aristocrata inglês William Thomas Beckford intituladas *A corte da Rainha D. Maria I, Correspondência de William Beckford 1787*. São ao todo 30 memórias produzidas entre maio e dezembro de 1787, que tratam de assuntos diversos do cotidiano da corte portuguesa. Apesar de Beckford nunca ter sido apresentado à regente, ele transitou pela corte e travou relações com membros importantes da política lusa. Suas memórias colaboram com informações sobre o período e os bastidores do poder, ainda que sob o olhar estrangeiro.

¹¹ BEIRÃO, Caetano, **D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado**, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

Outro conjunto de cartas está publicado sob o título *Com o Mais Fino Amor - Cartas da Rainha Dona Maria I para a Filha (1785-1787)*¹², reunidas pela historiadora Alice Lázaro, a partir de compilações da Torre do Tombo. Trata-se de um conjunto epistolar de 274 cartas escritas pela soberana D. Maria I a sua filha Mariana Vitória, que foi morar na corte espanhola após seu casamento com o filho do rei Carlos III, o secundogênito Gabriel de Borbón. Essas cartas pessoais eram escritas, em média, três vezes por semana, sendo a primeira datada de 12 de maio de 1785 e a última de 31 de dezembro de 1787.¹³ Os dois conjuntos de cartas ajudaram a conhecer um pouco melhor o cotidiano régio, tanto da vida pública, quanto de suas relações privadas.

O segundo corpo documental é composto por documentos oficiais contemporâneos da rainha. O primeiro intitula-se *Historia genealogica da Casa Real Portugueza: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança...*¹⁴. Datada de 1741, a obra foi escrita pelo padre António Caetano Sousa oferece informações sobre o nascimento da princesa e seus primeiros anos. Também apresentando informações biográficas está o *Elogio dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, Illustrados de Notas Históricas e Criticas*,¹⁵ datado de 1785. O terceiro documento, publicado por ocasião da coroação de D. Maria, intitula-se *Auto do Levantamento, e Juramento que os Grandes, Títulos Seculares, Eclesiásticos, e mais Pessoas, que se acharão presentes, fizerão á Muito Alta, Muito Poderosa Rainha Fidelíssima a Senhora D. Maria I, Nossa Senhora na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, sendo Exaltada, e Coroada sobre o Régio Throno juntamente com o Senhor Rei D. Pedro III...*¹⁶, datado de 13 de maio de 1777. Por fim, o discurso de autoria do frade

¹² LÁZARO, Alice. **Com o Mais Fino Amor - Cartas da Rainha Dona Maria I para a Filha (1785-1787)**. Lisboa: Chiado, 2014.

¹³ LÁZARO, 2014, p. 15.

¹⁴ SOUSA, António Caetano de. **Historia genealogica da Casa Real Portugueza**: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e offerecida a El Rey D. João V... / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular... ; tomo VII. - Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. - 12 tomos em 13 volumes, 1741.

¹⁵ FIGUEIREDO, António Pereira de. **Elogio dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, Illustrados de Notas Históricas e Criticas**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCLXXXV [1785].

¹⁶ AUTO do Levantamento, e Juramento que os Grandes, Títulos Seculares, Eclesiásticos, e mais Pessoas, que se acharão presentes, fizerão á Muito Alta, Muito Poderosa Rainha Fidelíssima a Senhora D. Maria I, Nossa Senhora na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, sendo

Antonio Assumpção, proferido por ocasião do traslado dos restos mortais da rainha para a Capela da Estrela, em 18 de março de 1822: *Oração funebre recitada nas solemnes exequias de transladação, e despedidas do Augusto Regio Corpo da Fidelissima Rainha de Portugal a senhora Dona Maria Primeira...*¹⁷. O conjunto de tais fontes oferecem subsídios para a compreensão da imagem pública e oficial construída sobre a trajetória política da Rainha.

Em linhas gerais, por se tratarem de fontes plurais, procuramos atentar aos diferentes gêneros literários, a autoria, o contexto de produção dos documentos e as possíveis finalidades de sua produção. Assim como estabelecer diálogos com a historiografia produzida sobre o tema e seu em torno.

Com a intenção de melhor organizar este estudo, dividimos o trabalho em três partes. No primeiro capítulo intitulado **De Princesa do Brasil à herdeira do trono**, procuramos apresentar a infância da princesa, pontuando, *grosso modo*, o faustoso período joanino e o governo de seu pai, D. José I. Por fim, os acordos que cercaram o casamento da princesa e sua ascensão ao trono. Tais contextos compuseram o cenário formativo da regente, contemplando o período que foi 1734 até o ano de 1777, quando seu pai faleceu e ela foi coroada rainha.

No segundo capítulo, **A Piedosa: o reinado de D. Maria I (1777-1792)**, apresentamos os anos iniciais do governo mariano. Da aclamação, a formação de um novo quadro administrativo, procuramos identificar os principais eventos do período. Interessou-nos, do mesmo modo, apresentar o debate historiográfico acerca do governo mariano, muitas vezes apresentado como obscuro e retrógrado, em contraposição às informações recolhidas nas fontes e as perspectivas mais atuais sobre a temática.

No último capítulo, **O ocaso da rainha: os últimos anos do governo, as crises pessoais e o afastamento**, voltamos nossa atenção aos principais momentos que marcaram o governo mariano nos anos anteriores ao afastamento da monarca. Por

Exaltada, e Coroada sobre o Régio Throno juntamente com o Senhor Rei D. Pedro III. na tarde do dia Treze de Maio. Anno de 1777, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, Anno de M.DCC.LXXX [1780].

¹⁷ ASSUMPÇÃO, Antonio da. **Oração funebre recitada nas solemnes exequias de transladação, e despedidas do Augusto Regio Corpo da Fidelissima Rainha de Portugal a senhora Dona Maria Primeira...** Lisboa: Na typografia de Simão Thaddeo Ferreira, M. DCCC. XXII [1822].

outro lado, procuramos refletir sobre a imbricação entre o contexto político português e europeu, problematizando as complexas relações entre os acontecimentos da vida privada da rainha e esse cenário macro. Acreditamos que só é possível compreender o adoecimento e posterior afastamento político da regente à luz de tais conexões. Por fim, voltamos nossa atenção, em linhas gerais, aos eventos que marcaram as décadas finais da vida da rainha e a imagem oficial construída após sua morte.

CAPÍTULO 1

DE PRINCESA DO BRASIL À HERDEIRA DO TRONO

O longo reinado de D. João V (1707-1750) caracterizou-se por conhecer várias transformações tanto no plano interno ao Reino quanto em relação à configuração de seu vasto império colonial. Lisboa vivia então plenamente os significados de capitalidade, ao passo que Portugal definia-se enquanto um Estado de segunda grandeza, apesar de suas possessões coloniais.¹⁸ Foi durante esse período que nasceu D. Maria, a primeira rainha reinante de Portugal. Buscamos neste capítulo apresentar o contexto luso que moldaria a futura rainha, assim como sua trajetória pessoal até sua coroação.

1.1 O ESPLENDOR DO PERÍODO JOANINO

D. Maria I nasceu durante o governo de D. João V (1707 a 1750), presença marcante desde seu nascimento. O governo joanino inaugurou uma nova administração marcada por um novo modelo cultural, posto que o monarca “herdava um reino independente, reconhecido pelas potências europeias”.¹⁹ De acordo com a historiadora lusa Ana Cristina Pereira, o período que vai de 1707 a 1750 “[...] inaugura uma época sem precedentes, de uma corte esplendorosa, aberta aos modelos europeus e recetiva às influências francesas, em particular”.²⁰

A base financeira que possibilitou toda essa opulência foi o fluxo das riquezas provenientes da mineração nos sertões do Brasil, descobertas entre a última década

¹⁸ Devemos esclarecer que mesmo fazendo parte da Europa e tendo seu território expandido para o além-mar, Portugal não se encontrava entre as principais potências europeias. Este lugar era reservado a Inglaterra, a França e o Sacro Império Romano Germânico. GASPAR, Carlos. As Três Principais Potências Europeias e a Crise Transatlântica. **Nação e Defesa**, Portugal, N.º 113 – 3. Série p. 21-36, 2006, p. 23.

¹⁹ PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Dana. **A Vida Privada dos Bragança**: De D. João IV a D. Manuel II – O Dia a Dia na Corte. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 63.

²⁰ PEREIRA, 2011, p. 63.

do século XVII e no princípio da segunda década do século XVIII²¹, que trouxeram à coroa a necessidade de reformular sua orientação política de forma ampla, buscando fortalecer os laços com a colônia e redefini-la do ponto de vista político e territorial. De fato, o reinado de D. João V foi marcado pelo empenho em realizar essas árduas tarefas.²²

O historiador Charles Boxer, cometando sobre o afluxo de ouro no período, destaca que também os diamantes garantiram ao Rei português a autonomia dentro de seu próprio Império e fora dele. Ademais, a exploração de minerais em terras brasileiras trouxe prosperidade à sociedade portuguesa de modo geral:

Mesmo em Portugal, a exploração dos recursos minerais brasileiros e o grande re florescimento do comércio português com a colônia permitiram à metrópole resolver o problema do balanço deficitário com o resto da Europa por meio do ouro que, em conjunção com os diamantes do Brasil, enriqueceu a Coroa, a Igreja e a Corte, e forneceu a Dom João V recursos suficientes para que não fosse obrigado, durante seu longo reinado (1706-50), a convocar as Cortes e lhes pedir dinheiro. Conta-se que esse monarca disse, ao tratar do assunto: “Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo nem devo”.²³

Tanta fortuna que permitiu que D. João V se transformasse de um jovem tímido que herdou uma guerra e suas dívidas, em um Rei de vaidade exacerbada que definia sua gestão²⁴ com uma sentença pronta.²⁵ E de fato o rei D. João V pode se beneficiar do poder de manobra que as riquezas do Brasil lhe propiciavam, pois como salienta o historiador Ricardo Oliveira:

Observado tudo isso, deve-se considerar que, no plano interno, ocorria plena sedução da nobreza, o que possibilitou expressiva estabilidade, facilitada pelo afluxo das riquezas do Brasil que, no dizer de outro contemporâneo, causava “admiração da Europa as frotas do Brasil pela riqueza que transportam da América”, tesouros a tanto aguardados e que se “manifestaram liberalmente em seu reinado”, o que permitiu operar com grande margem de manobra na implementação de projetos e atender mais

²¹ Conforme o pesquisador português António Sérgio, a primeira fundição em Taubaté (SP) data de 1694 e calcula-se que no reinado joanino as minas do Brasil tenham rendido cerca de 107 milhões de cruzados à Coroa. SÉRGIO, 1983, p. 117.

²² OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 95-122, jul./dez. 2009, p. 116. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/394/420>. Acesso em: 06 Fev. 2017.

²³ BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 171.

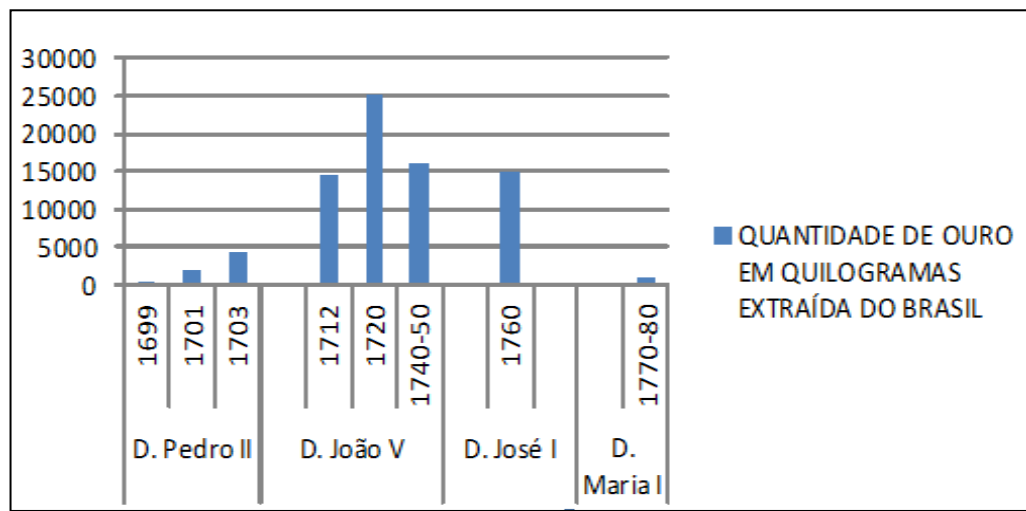
²⁴ BOXER, 2002, p. 171.

²⁵ Segundo Charles Boxer, “o rei D. João V imitou abertamente e de muitas maneiras Luís XIV e esforçou-se para inaugurar uma era dourada de absolutismo em Portugal”. (BOXER, 2002, p. 173).

confortavelmente às demandas intrínsecas à governação do reino, fazendo com que fosse visto por todos como um monarca sabidamente generoso.²⁶

O afluxo de riquezas oriundas do Brasil permitiam ao monarca uma estabilidade financeira que acabava por lhe proporcionar a autonomia política. O Gráfico 1 a seguir apresenta a quantidade de ouro extraída em cada regência:

Gráfico 1 – Extração de ouro do Brasil (1701-1780).



Fonte: BOXER, 2002, p. 397; BOLÉO, 2009, p. 47 e 48.

Como é possível observar, em 1720, a extração de ouro atingiu seu ápice com 25.000 quilos por ano.²⁷ A riqueza do período joanino não passou despercebida pelo padre e erudito humanista António Pereira de Figueiredo, quando escreveu em 1785, *Elogios dos Reis de Portugal*, onde descreve um rei bem sucedido nas guerras e preocupado com as obras de Deus na terra:

Acabada a guerra de Espanha deparou a fortuna d'El Rei D. João V huma nova occasião de triumpho a foldadesca portuguesa. Foi assim, que o Turco depois de se ter já feito senhor da Moréa, ameaçava a ilha de Corsú: e estavam o Papa, e os Venezianos em grande susto [...] Cheio deste temor pede o Papa Clemente XI socorro a El rei d. João [...] Corria o anno de 1717 quando isto succedee. E neste mesmo anno El Rei, que pelas armas se tinha já feito muito glorioso, assinalou com dous illustres Monumentos a sua eximia piedade para com Deos. Porque nelle deo principio ao magestofo Convento de Mafra em satisfação de voto que fizera; e erigio em Basilica

²⁶ OLIVEIRA, 2009, p. 116.

²⁷ BOLÉO, Luísa V. Paiva. **D. Maria I: a rainha louca**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 47-48.

Patriarcal a Capella do seu Paço, que era dedicada ao Apostolo São Thomé.²⁸

O fragmento apresenta um rei com recursos financeiros tanto para guerras²⁹ quanto para construções suntuosas, como o Convento de Mafra, que reunia em um só edifício uma igreja, um convento e um palácio. Na verdade, Mafra nasceu de uma promessa que o Rei fez a Deus de erigir um convento dedicado a Santo Antônio em troca dos filhos que ele gostaria de ter. Pois, de acordo com o pesquisador José Fernandes Pereira, “do casamento do Rei não resultaram frutos imediatos, ou pelo menos com a rapidez pretendida”.³⁰ Sentindo-se atendido em sua promessa, D. João V acompanhou o nascimento, em 1711, da pequena D. Maria Bárbara e empreendeu todos os esforços na construção de Mafra. Segundo Pereira,

Inicialmente seriam modestos os propósitos do Rei que pretendia um convento para 30 frades. O projecto é alterado por duas vezes em ordem a engrandecê-lo, em datas e por razões que desconhecemos. Nota-se que a fundação do Convento anda associada a um voto, satisfeito em 1711, e que logo em 1712 nasce um segundo filho (D. Pedro falecido em 1714) e dois anos nasce o futuro D. José. Significativamente, o projecto inicial sofre também dois aumentos – e de 30 passará para 300 frades. Tal coincidência não será inteiramente fortuita. Mas entre 1711 e 1717 o próprio projecto e sonho do Rei foi aumentado. Terá ganho corpo a ideia de fazer de Mafra o símbolo grandioso, duradouro e renovador de um reinado marcado pelo extraordinário afluxo de riquezas coloniais.³¹

O início do século XVIII foi vital para a arquitetura barroca que alcançou grande esplendor no reinado joanino com suas grandes construções. Além de Mafra, foi erguida a Igreja de Santa Engrácia e também a Basílica Patriarcal. Esta última foi negociada pelo próprio rei com o Papa Clemente XI e assim dividiu a cidade de Lisboa em duas Sés Episcopais.³² Assim, além de sua autonomia financeira, o rei D. João V também nutria um bom relacionamento com a Igreja Católica, suas doações generosas endossavam ainda mais a sua fé:

²⁸ FIGUEIREDO, António Pereira de. **Elogio dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, Illustrados de Notas Históricas e Críticas**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCLXXXV [1785], p. 235-237.

²⁹ A fonte *Elogio dos Reis de Portugal* menciona as duas mais expressivas guerras que o rei esteve envolvido, a primeira, a Guerra de Sucessão de Espanha (1703 – 1714), herdada de seu pai empreendida em favor do Arquiduque Carlos de Áustria e a segunda, a Batalha de Matapão (1717), em prol do Papa Clemente XI na República de Veneza que lutava contra os turcos. FIGUEIREDO, 1775, p. 235.

³⁰ PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura Barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992, p. 47.

³¹ PEREIRA, 1992, p. 51.

³² FIGUEIREDO, 1785, p. 237-239.

Deram-se grandes somas a vários pontífices, em troca das vantagens, para o rei substantivas, de se elevar a patriarcado o arcebispado de Lisboa, de vestir o patriarca paramentos como os do Papa, de seguir uma liturgia semelhante à dos cardeais e de ostentar ele, o soberano, o título de «fidelíssimo».³³

Esse período foi denominado pelo historiador luso António Sérgio de “um delírio de luxo beato” financiado pelas minas do Brasil. Tamanha ostentação e dispêndio fez com que D. João V entrasse para a historiografia com a alcunha de Rei Sol Português, dada a abastança e investimentos que rememoram, de modo particularmente devoto, o reinado de Luís XIV da França.³⁴ Aparentemente as questões religiosas estiveram presentes nas diretivas joaninas até na escolha das amantes.³⁵

Grosso modo, podemos dizer que D. João V movimentou a sociedade lisboeta, promoveu o campo cultural e investiu na adoção do estilo barroco para a arquitetura, mobiliário, talha, azulejos e ourivesaria. Também data do período, a introdução da ópera italiana em Portugal.³⁶ A historiografia mais recente tem destacado o período joanino pelo grande investimento cultural e artístico, como salienta o historiador português Nuno Gonçalo Monteiro:

[...] o contínuo investimento cultural e artístico, que se consubstanciou na importação sistemática de numerosos artistas e músicos italianos, bem como na encomenda direta de trabalhos, como pinturas ou coleções de gravuras. O auge da cultura intelectual barroca em Portugal expressar-se-ia

³³ SÉRGIO, 1983, p. 118.

³⁴ SÉRGIO, 1983, p. 118.

³⁵ A historiadora Susan Schneider relata o que Voltaire afirmou, ironicamente, acerca da devoção do Rei Português: “Quando ele queria uma festa, fazia uma procissão religiosa, quando queria um novo palácio fazia um convento e quando queria uma amante escolhia uma freira”. SCHNEIDER, Susan. **O Marquês de Pombal e o vinho do Porto**: Dependência e subdesenvolvimento de Portugal no século XVIII. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1980, p. 8. Segundo a autora, D. João V teve vários casos duradouros, onde podemos incluir o com a abadessa Paula Teresa da Silva, com quem teve filhos. Cf.: SCHNEIDER, 1980. Conforme Isabel Lencastre, “[...] o mais novo dos Meninos de Palhavã nascera em 1720 e era filho de Paula Teresa da Silva, freira no Convento de Odivelas – a famosa Madre Paula, amante que D. João V por mais tempo cultivou”. “Os três filhos varões havidos por D. João V fora do seu casamento com D. Maria Ana de Áustria, e por ele reconhecidos, chamaram-se António, Gaspar e José. Foram eles os famosos Meninos de Palhavã, assim chamados por terem vivido no palácio do marquês de Louriçal, onde hoje está alojada a Embaixada de Espanha em Lisboa”. LENCASTRE, Isabel. **Bastardos reais**: Os Filhos Ilegítimos dos Reis de Portugal. Lisboa: Leya, 2012, p. 101. Esse gosto peculiar, por freiras em especial, lhe rendeu o apelido de *freirático*, utilizado em tom de escárnio na época. BENEVIDES, Francisco da Fonseca. **Rainhas de Portugal** - Estudo histórico. Lisboa: Typographia Castro irmão, 1878, p. 460.

³⁶ SERRÃO, Joel. **Pequeno Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Figueirinhas, 2014, p. 437.

não só em diversas academias literárias, mas ainda na fundação da real academia da História [...].³⁷

A fundação da Real Academia Portuguesa de História ocorreu em oito de dezembro de 1720, interessada em promover as glórias do passado português dentro do próprio reino e para toda a Europa. De acordo com António Figueiredo,³⁸ a importância da criação dessa academia perpassa não somente pelo encontro de grandes intelectuais, como também pela preservação de acervo histórico:

No anno de 1720 instituiu EIRei huma nobre Academia, que constava de cinquenta Socios da Corte, a fora outros muitos Provinciaes: cujo fim era compor-se nas Linguas Latina, e portuguesa a Historia deste Reino, tanto Ecclesiastica, como Secular. E com effeito para Ella se compor ajuntarão alguns dos Socios grande cópia de materiaes, nas muitas Memorias antigas que recolhêrão das Bibliothecas, e Cartorios públicos, e particulares: distinguindo-se entre todos José Soares da Silva, Manoel Pereira da Silva Leal, Francisco Leitão Ferreira, e os três não menos irmãos na erudição, do que no sangue, José Barboza, Diogo Barboza, e Ignacio Barboza.³⁹

No campo do ensino, surgiu uma preocupação com métodos experimentalistas e atualizados com as questões mais contemporâneas, como atesta a publicação, em 1746, do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (1713-1792).⁴⁰ Como apontado pela historiadora Patrícia Merlo, a obra de Verney apresentava críticas incisivas a respeito do ensino em geral:

Partilhando com outros autores a crítica pedagógica à escolástica e aos jesuítas, o Verdadeiro método de estudar volta-se à apreciação da situação de cada ramo do saber – matemática, gramática, estudos jurídicos, física, medicina, etc. – para os quais sugere diversas modificações. No conjunto, a obra destaca a crítica ao conhecimento estabelecido sob uma autoridade única, quer fosse este Aristóteles ou outro pensador; defendendo o uso da observação e da experimentação, norteadas pela indução, para chegar ao conhecimento. Verney oferece, assim, um projeto enciclopédico de reforma do saber ministrado em Portugal, assentado no racionalismo e na defesa do experimentalismo.⁴¹

No que diz respeito à Língua vernácula, merece destaque a obra de autoria de Raphael Bluteau (1638-1734), “[...] outro clérigo a se mostrar em sintonia com as

³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A monarquia barroca (1668-1750). In: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 349.

³⁸ SANTOS, Candido dos. António Pereira Figueiredo, Pombal e o Aufklärung. **Revista de História das Ideias**. Porto: Faculdade de Letras. v. 4, Tomo I, 1982, p. 172.

³⁹ FIGUEIREDO, 1785, p. 243.

⁴⁰ SERRÃO, 2014, p. 437.

⁴¹ MERLO, Patrícia. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **Dimensões**. Vitória: UFES. v. 34, 2015, p. 65-66.

ideias dos ‘modernos’ [...]”,⁴² que publicou o primeiro dicionário português intitulado *Vocabulario Portuguez e Latino*, composto por dez volumes, produzido entre 1712 e 1721 pela Oficina Régia.

Como é possível perceber, ainda que sumariamente, durante o reinado de D. João, graças a uma conjuntura socioeconômica próspera, foi possível desenvolver em Portugal a estética de um barroco pleno, que foi designado pela História da Arte como *barroco joanino*.⁴³ Esse campo artístico viu-se envolvido numa grande festividade pela celebração da fé, pela exaltação do Monarca e pela própria comemoração e afirmação da independência nacional.⁴⁴ Esse foi o contexto em que nasceu e cresceu a infanta D. Maria.

1.2 O NASCIMENTO DE D. MARIA

No dia 17 de dezembro de 1734, nasceu no Paço da Ribeira, em Lisboa,⁴⁵ a primeira filha do casal de Príncipes do Brasil e futuros reis de Portugal, D. José (1714-1777) e D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781). O casamento havia acontecido em 19 de janeiro de 1729, mas como a Infanta D. Mariana Vitória de Bourbon tinha apenas 10 anos, a noite de núpcias só se consumou em 31 de março de 1732.⁴⁶

Dois anos depois, em 1734, chegou a notícia tão esperada: D. Mariana Vitória estava grávida.⁴⁷ Em dezembro daquele mesmo ano veio ao mundo Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, como foi chamada a neta primogênita de D. João V, prontamente agraciada por seu avô com o título de Princesa da Beira.⁴⁸ Nessa época seu avô já reinava há 27 anos e seus pais eram muito novos, sua mãe tinha apenas 16 anos e seu pai 20 anos.⁴⁹

⁴² MERLO, 2015, p. 58.

⁴³ PEREIRA, 1992, p. 30.

⁴⁴ Cf. SERRÃO, Vítor. **O Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

⁴⁵ RAMOS, Luís de Oliveira. **D. Maria I**. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 35.

⁴⁶ PEREIRA, 2011, p. 94.

⁴⁷ PEREIRA, 2011, p. 95.

⁴⁸ Princesa da Beira foi um título, especialmente, criado por seu avô para Maria, que também era a 13^a duquesa de Bragança, “quando seu pai subiu ao trono em 1750, D. Maria Francisca, como primogênita, passou a ser designada também por Princesa do Brasil, título que os primogênitos dos reis de Portugal só deixavam de usar quando acendiam à governação”, pois de acordo com a

Quanto à linhagem, a princesa recém-nascida descendia, por parte de pai, da dinastia dos Bragança. Por sua avó paterna, D. Maria Ana de Áustria, a infanta era neta do Imperador do Sacro Império, Leopoldo I. Era ainda uma Bourbon, por parte do avô, Filipe V de Espanha,⁵⁰ com ligações com a Casa da Baviera e outras casas da Europa, já pela parte de sua avó materna, Isabel Farnésio⁵¹ (1692 -1766), havia uma ligação com a Casa ducal de Parma.⁵²

O nascimento da pequena Maria Francisca foi comemorado com três dias de festas e queima de fogos.⁵³ Acerca dos festejos, descreve Caetano Beirão:

Como era de uso em tais ocasiões, houve luminárias por toda a cidade, repique de sinos, e descargas de artilharia, durante três dias. D. João V despachou logo um postilhão a participar a novidade aos Reis católicos. Depois, deu audiência ao Embaixador da Espanha, Marquês de Capelatro, e a toda corte. No dia seguinte, missa cantada, sermão e *Te Deum* na Patriarcal.⁵⁴

Por essa descrição, podemos perceber, além das celebrações de nascimento da futura reinante, parte dos costumes da corte portuguesa daquela época. Não menos suntuoso também foi seu batizado, em nove de janeiro de 1735, como menciona a fonte de 1741, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*, do primeiro biógrafo de D. Maria, D. António Caetano de Sousa:

Foy bautizada a 9 de janeiro do anno seguinte pelo Patriarca, assistido do seu Collegio, e das mais Ordens da Santa Igreja de Lisboa, se executou com grande pompa. [...] Acompanharão todas as Damas da rainha, e Princesa, Senhoras de Honor. Era grande o concurso do povo por toda parte do Paço.⁵⁵

historiadora Luísa Boléo, o título era passado imediatamente ao próximo herdeiro da Coroa. BOLÉO, 2009, p. 32-33.

⁴⁹ RAMOS, 2010, p. 35.

⁵⁰ Filipe era neto de Luís XIV e havia herdado a Coroa espanhola, sua esposa era Isabel de Farnésio que era a herdeira do trono ducal de Parma. RAMOS, 2010, p. 37.

⁵¹ Isabel Farnésio era filha de “Doroteia Sofia de Neuburgo, irmã de D. Maria Sofia, esposa de D. Pedro II de Portugal e *outrossim* irmã da imperatriz D. Leonor, mãe de D. Mariana de Áustria”, avó paterna de D. Maria. RAMOS, 2010, p. 37.

⁵² RAMOS, 2010, p. 37.

⁵³ BENEVIDES, 1878, p. 485.

⁵⁴ BEIRÃO, Caetano, **D. Maria I, 1777-1792**: subsídios para a revisão da história do seu reinado, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944, p. 29.

⁵⁵ SOUSA, António Caetano de. **Historia genealogica da Casa Real Portuguesa**: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e offerecida a El Rey D. João V... / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular... ; tomo VII. - Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. - 12 tomos em 13 volumes, 1741, p. 355.

Para um evento de tamanha importância, os padrinhos escolhidos foram seu avô paterno, Rei de Portugal e a avó materna Rainha da Espanha, D. Isabel de Farnese⁵⁶, representada na ocasião pela infanta D. Francisca.⁵⁷ Conforme a historiadora lusa Luísa Boléo, as celebrações mais luxuosas nos reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I, “eram sem dúvida os nascimentos, batizados, casamentos, exéquias e aniversários de membros da família real, bem como a evocações em honra de diversos santos e santas [...]”.⁵⁸ Os primeiros 16 anos de vida da princesa transcorreram sob a regência de seu avô que teve, como já apontamos, um reinado “dos mais longos e profícuos da História de Portugal”.⁵⁹ Contudo, as fontes de informação acerca do período em análise não apontam com clareza para o tipo de instrução recebida por D. Maria em seus primeiros anos. De acordo com Oliveira Ramos, a *Gazeta de Lisboa*, um jornal da época, não apresenta notícias da Princesa da Beira no período de sua infância e nem menciona qualquer assunto relacionado com sua instrução.⁶⁰ Mas, possivelmente, não deve ter sido muito diversa da educação usual atribuída à nobreza do período.⁶¹ Caetano Beirão enfatiza o ambiente cultural em que a princesa cresceu, “Nascida naquele meio e filha de tão inteligente Princesa [D. Mariana Vitória] foi esmerada a educação de D. Maria Francisca, bem como de suas irmãs”.⁶²

Entretanto, há versões que indicam que a infanta sofresse com uma saúde frágil. Esse é o caso dos escritos de Francisco da Fonseca Benevides em *Rainhas de Portugal*, escrito em 1878. Segundo narra, “foi de compleição delicada a princesa da Beira nos seus primeiros anos, de modo que não quiseram insistir muito na sua instrução”.⁶³ O historiador Luís de Oliveira Ramos pontua que a educação de D. Maria não teve a qualidade proporcional a de Luís XIV, no entanto, essa informação

⁵⁶ Veremos que o sobre nome da avó materna de D. Maria, dependendo da escolha do autor será escrito Farnésio em português ou Farnese em italiano. No caso de Luísa Boléo, esta optou pelo uso do italiano na grafia.

⁵⁷ BOLÉO, 2009, p. 33.

⁵⁸ BOLÉO, 2009, p. 55-56.

⁵⁹ BOLÉO, 2009, p. 37.

⁶⁰ RAMOS, 2010, p. 38.

⁶¹ Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, as sociedades de corte europeias falavam a mesma língua, liam os mesmos livros, e em graus diferentes, os mesmos gostos e o mesmo estilo de vida. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 18.

⁶² BEIRÃO, 1944, p. 33.

⁶³ BENEVIDES, 1878, p. 485.

carece de precisão, uma vez que ele não teve acesso a sua biblioteca escolar.⁶⁴ De todo modo, o autor indica que “no Portugal joanino, talvez mais do que no Portugal mariano, as obrigações religiosas pautavam o dia a dia das majestades, das altezas, da corte”.⁶⁵

De maneira geral, os principais relatos sobre a infância da infanta foram unânimes em descrever sua prodigiosidade.⁶⁶ O primeiro biógrafo de D. Maria não lhe economiza adjetivos:

A natureza a dotou tão liberalmente, que nela empregou todos os dotes da maior perfeição; porque sobre a fermosura pprodigiosa, logo começou a dar a conhecer quaes eraõ as virtudes, de que se adornava, porque aos dezasete mezes da sua idade começou a fallar com taõ clara expressãõ, que não era daquella tenra idade; ao mesmo tempo se lhe vio dar attençãõ à Missa com tal seriedade, que causava huma pasmosa admiração a toda família, que lhe assiste, e como não lhe era necessário o tempo para se adiantar na idade, porque parece se lhe antecipou o uso da razão, logo se applicou a se instruir nos Mystérios de nossa Santa Fé, porque não tendo mais, que dous annos, sabia com perfeição toda a Doutrina Christãa, que comprehende o Cathecismo; e aos tres da sua florída idade, recitava já com reflexão o Symbolo de Santo Athanasio, o *Te Deum*, *Magnificat*, e outras Orações na lingua Latina: quando tinha comprido quatro lia perfeitamente as linguas Portugueza, Castelhana, e na latina recitava o Officio de Nossa Senhora devotamente attenta: de forte, que em tudo brilha huma escondida moção de graça sobrenatural, que confunde aos que lhe assistem: em pouco espaço de tempo depois soube a lingua Franceza, não só entendendo-a, mas vertendo-a na propria com energia; assim aos cinco annos entrou a aprender a lingua Latina: quaes serão os progressos, onde os principios são prodigiosos!⁶⁷

Também Francisco Benevides relata que “a princesa tinha facilidade de aprender e bastante memória”, pois ainda pequena “começou a recitar epigramas e versos latinos; mais tarde ensinaram-lhe as línguas castelhana, francesa e latina”.⁶⁸ Beirão, em tom de crítica, aponta que “Ainda que haja certo exagero nesta narrativa do genealogista da casa real, não se pode duvidar de que a Princesa da Beira possuía uma facilidade de recepção e um discernimento impróprios da sua pouca idade”.⁶⁹

⁶⁴ RAMOS, 2010, p. 43. Cabe considerar que mesmo a educação de Luis XIV foi alvo de críticas, pois segundo o Duque de Saint-Simon “[...] na infância do príncipe, sua educação fora prejudicada, e até certo ponto negligenciada pela Rainha-Mãe e pelo ministro Mazarino, em função de uma conjuntura política turbulenta, as revoltas da Fronde”. LOPES, Marcos Antônio. **O Imaginário da Realeza**. Londrina: Eduel, 2012, p. 102.

⁶⁵ RAMOS, 2010, p. 38.

⁶⁶ Cf. SOUSA, 1741; BENEVIDES, 1878 e BEIRÃO, 1944.

⁶⁷ SOUSA, 1741, p. 357-358.

⁶⁸ BENEVIDES, 1878, p. 486.

⁶⁹ BEIRÃO, 1944, p. 30.

Certamente, António Caetano de Sousa carregou nas tintas para descrever a pequena princesa, afinal tratava-se da primogênita da Casa Real. Aliás, a pesquisadora inglesa Jenifer Roberts destaca que sua formação foi influenciada diretamente por seus avós paternos que eram extremamente religiosos, sendo a devoção um dos traços fundamentais da sua personalidade.⁷⁰ De fato, a infanta acabou se tornando uma companhia frequente para os avós, aos quais acompanhava em seus deslocamentos sazonais para a quinta de Belém, como também nas missas e outras práticas religiosas.⁷¹

Além da religiosidade, outra característica destacada por seus biógrafos era a caridade. Segundo Beirão, “nada lhe era mais agradável, em nada se comprazia mais que fazer o bem”, por isso, parte do dinheiro que seus pais lhe davam para gastar com adornos, ela destinava à caridade das pessoas necessitadas. Para o historiador, “a piedade, a bondade e a modéstia, foram virtudes que a acompanharam por toda a sua vida”.⁷² Atributos que parecem desejáveis a todo nobre, sobretudo, à herdeira do trono.

Dentre os passatempos de criança da nobre Maria Francisca estava a leitura, pois apreciava se fechar em um pequeno aposento e folhear os livros. Também se dedicou às artes, principalmente, à música, uma vez que a corte de seu avô era um “viveiro de artistas”.⁷³ De acordo com Luís de Oliveira Ramos,

A educação musical mereceu especial atenção na educação da futura rainha e suas irmãs. Para mestre de música da já então princesa do Brasil foi endereçado convite a um personagem napolitano, filho de espanhol, então a trabalhar na corte de Sabóia. Chamava-se David Perez e, em 1751, estava em Turim, onde ia à cena *Zenóbia e Demétrio*. Veio para Lisboa em 1752, a ganhar 9000\$000 por ano e não tardou a ser nomeado mestre da Capela Real.⁷⁴

Para além da música, a equitação, a pintura e o desenho lhe foram apresentados como parte da educação régia. De acordo com o que a historiadora lusa Maria do Céu Borrêcho aponta, há a possibilidade de o programa de instrução de D. Maria ter recebido influências iluministas e, quiçá, Verney tenha alguma relação direta com

⁷⁰ ROBERTS, Jenifer. **D. Maria I** – A vida notável de uma rainha louca. Portugal: Casa das Letras, 2013, p. 30.

⁷¹ PEREIRA, 2011, p. 117.

⁷² BEIRÃO, 1944, p. 32.

⁷³ BEIRÃO, 1944, p. 33.

⁷⁴ RAMOS, 2010, p. 45.

esse plano de estudos.⁷⁵ Quanto às aulas de desenho e de pintura, seus mestres foram Domingos da Rosa e o seu filho, José da Rosa. Beirão inclui também que entre os que posteriormente pintariam sua figura, estaria o ilustre pintor Domingos António Sequeira⁷⁶, considerado “o pintor mais notável não só de Portugal como de toda a Europa, e talvez o maior do seu tempo. Nasceu em Belém a 10 de março de 1768; faleceu em Roma a 7 de março de 1837”.⁷⁷

Outra prática comum à nobreza era a caça, que também muito agradava a jovem princesa, talvez pela preferência de seus pais que amavam tal atividade. Por essa razão, D. José e D. Mariana Vitória viajavam sempre, muitas vezes sem as filhas, como assinala a historiadora Ana Cristina Pereira:

D. Mariana Vitória e D. José, que gostavam bastante da caça, quando se deslocavam para se dedicarem a esta atividade escreviam às filhas a contar as notícias do dia. A rainha escrevia: «*O dia de hoje esteve péssimo mas, sem embargo disso, fizemos muito boa caçada, matei 4 porcos.*» Por seu turno, D. José insistia para que «*não tornem a escrever. E em lugar disso que se divirtam e brinquem muito. Porque eu sei o que custam estes cumprimentos.*».⁷⁸

Todavia, assinala Beirão que D. Maria nunca atirou tão bem quanto sua mãe, mas gostava de tomar parte da caçada e, principalmente, cavalgar.⁷⁹ Aliás, como mestres de equitação, a princesa teve Carlos António Ferreira do Monte, sargento mor da cavalaria da corte e o Marquês de Marialva.⁸⁰ Este último alcançou o posto de brigadeiro dentro do exército português, também esteve à frente das questões nacionais durante a invasão de Napoleão e representou Portugal na subida ao trono de Luís XVIII. Marialva cuidou do casamento de D. Pedro com a arquiduquesa D. Maria Leopoldina, da Áustria, e ainda, de acordo com Serrão, foi ministro de Portugal em Paris até 1820.⁸¹

⁷⁵ BORRÊCHO, Maria do Céu de Brito Varinho. **D. Maria I: A formação de uma Rainha**. Lisboa, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 113.

⁷⁶ BEIRÃO, 1944, p. 34.

⁷⁷ PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal** - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. v. 6. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1907, p. 809-812.

⁷⁸ PEREIRA, 2011, p. 117.

⁷⁹ BEIRÃO, 1944, p. 35.

⁸⁰ RAMOS, 2010, p. 48.

⁸¹ SERRÃO, 2014, p. 528-529.

Para além do pitoresco, tais informações dão indícios da atmosfera familiar e cortesã em que cresceu a infanta: cercada por cuidados, pais devotados, instruída por membros das famílias tradicionais lusas, para além dos diversos estímulos artísticos possibilitados pela corte de seu avô. Essa formação inicial se mostraria fundamental para a trajetória da Rainha, como veremos.

Se não foi possível localizar grandes informações sobre a educação de D. Maria Francisca, podemos reunir algumas pistas sobre sua formação cortesã a partir de duas personagens fundamentais na instrução real: a aia e o confessor. A aia era responsável pelo acompanhamento da infanta junto à família. Detinha uma função especial, pois figurava entre os oficiais maiores da Casa Real. Além disso, esse tipo de cargo possuía privilégios como o de “voto na escolha dos mestres, assistiam o beija-mão, acompanhavam as infantas nas viagens, passeis e actos religiosos”.⁸² Também era uma espécie de tutora, regulando as ações e ensinando os costumes da corte.

A aia de D. Maria Francisca foi escolhida logo no seu nascimento, D. Ana Catarina Henriqueta de Lorena (1691-1761), ela era filha do Marquês de Abrantes.⁸³ Oriunda da nobreza de primeira linhagem, tinha entre seus antepassados o primeiro duque de Cadaval, quarto marquês de Ferreira e o quinto conde de Tentúgal. Além disso, cabe destacar que D. Ana Catarina já ocupava a função de camareira-mor da rainha D. Mariana Vitória, mulher do rei D. José I, mãe da infanta. Inclusive, foi agraciada com o título de duquesa de Abrantes em quatro de dezembro de 1753.⁸⁴

Outra peça fundamental na educação régia era o confessor. Na corte portuguesa de D. João V a D. Maria I, tal função era carregada de prestígio, uma vez que eram escolhidos pelos monarcas para si, para a rainha e para os seus filhos. O confessor da infanta foi o jesuíta Timóteo de Oliveira, que também exercia a mesma função para as irmãs da princesa. Além de tratar de questões espirituais, cabia a ele a instrução da futura reinante no que se referia “a teoria das funções régias no quadro

⁸² RAMOS, 2010, p. 50.

⁸³ RAMOS, 2010, p. 50.

⁸⁴ PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal** – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. v. 1. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1904, p. 16.

da aliança entre o trono e o altar, decorrente da origem divina dos reis absolutos e da catolicidade do reino de Portugal”.⁸⁵

Maria Francisca teve três irmãs: Mariana Francisca Josefa de Bragança nasceu em sete de outubro de 1736, em seguida Maria Francisca Dorotéia, em 21 de setembro de 1739, e, por fim, Maria Francisca Benedita, em 25 julho de 1746.⁸⁶ A pequena diferença de idade entre as irmãs colaborou para que se transformassem em companheiras de brincadeiras e de passeios.⁸⁷

Cada princesa, com suas próprias habilidades, vivenciou anos de florescimento cultural na corte joanina. Com sua irmã Benedita partilhava o gosto pela pintura e desenho, seus quadros a óleo, com temática religiosa podem ser vistos na Basílica da Estrela.⁸⁸ Já sua irmã Mariana, segundo Ana Cristina Pereira, “tinha uma voz encantadora, ao passo que as irmãs não tinham talento notável [...] concentrava qualidades; dedicava parte do seu dia à leitura, tinha cultura geral e tinha, além de bom gosto e de uma bonita voz, talento para a música”.⁸⁹

De acordo com o inglês Nathaniel William Wraxall (1751-1831), a princesa estava sempre com a mãe e as irmãs, “aos domingos de dia, nas toiradas, e, à noite, na ópera italiana «coberta de diamantes»” e em outros momentos fazia passeios de carruagem.⁹⁰ Entretanto, enquanto primogênita e sem irmãos que pudessem herdar o trono, Maria Francisca era a herdeira presuntiva de seu pai, o que tornou necessária uma aprendizagem mais próxima dos meandros da política.⁹¹

Devemos ressaltar que “foi ainda durante o reinado do seu avô, D. João V, que se iniciaram as diligências para o casamento de D. Maria com o seu tio, o infante D. Pedro, pedindo-se para isso a necessária dispensa papal, em maio de 1743”.⁹² Isso

⁸⁵ RAMOS, 2010, p. 51.

⁸⁶ BENEVIDES, 1878, p. 480.

⁸⁷ PEREIRA, 2011, p. 117.

⁸⁸ BOLÉO, 2009, p. 66.

⁸⁹ PEREIRA, 2011, p. 112.

⁹⁰ BEIRÃO, 1944, p. 35-36.

⁹¹ ROBERTS, 2013, p. 27.

⁹² PEREIRA, 2011, p. 118.

se devia às Cortes de Lamego⁹³ do século XII que proibiam as futuras rainhas de se casarem com estrangeiros:

Se o Rei de Portugal não tiver filho varão, e tiver filha, ela será a Rainha tanto que o Rei morrer; porém será deste modo, não casará se não com Português nobre, e este tal se não chamará Rei, se não depois que tiver da Rainha filho varão. E quando for nas Cortes, ou autos públicos, o marido da Rainha irá da parte esquerda, e não porá em sua cabeça a Coroa do Reino. Dure esta lei para sempre, que a primeira filha do Rei nunca case senão com português, para que o Reino não venha a estranhos, e se casar com Príncipe estrangeiro, não herde pelo mesmo caso; porque nunca queremos que nosso Reino saia fora das mãos dos Portugueses, que com seu valor nos fizeram Rei sem ajuda alheia, mostrando nisto sua fortaleza, e derramando seu sangue.⁹⁴

Vale destacar que mesmo com o embargo imposto pela referida lei, houve várias tentativas de casar a princesa com príncipes estrangeiros. No entanto, D. João V achou que a melhor solução seria casá-la com seu tio paterno Pedro. Tal decisão provocou reações contrárias ao enlace, tanto por diplomatas franceses quanto ingleses. De fato, como salienta Jenifer Roberts, quando da aclamação D. José I, não havia mais tantas esperanças na corte de que D. Mariana Vitória gerasse um varão, o que renunciava a futura coroação de D. Maria:

Ao longo dos anos, os seus pais tinham tido quatro filhas, e sofrido quatro abortos espontâneos, mas não tinha havido nenhuma gravidez desde 1746, e os médicos já não tinham muitas esperanças. A princesa tinha quinze anos e, enquanto observava os seus pais no centro do palco, estava ciente do seu futuro papel. Portugal não tinha nenhuma lei sálica que excluísse as mulheres da sucessão, pelo que a menos que a sua mãe desse à luz um rapaz – o que parecia improvável –, herdaria a coroa e tornar-se-ia na primeira mulher a governar o país.⁹⁵

⁹³ As cortes de Lamego foi uma assembleia que reuniu as cortes em 1143, com a participação de elementos do clero, da nobreza e do povo. Nela foi eleito como rei de Portugal D. Afonso Henriques (1109-1185) SERRÃO, 2014, p. 452.

⁹⁴ COSTA, Eduardo Freitas da. **Tradução em português das Actas das Cortes de Lamego, segundo a lição de frei Bernardo de Brito - frei António Brandão** in Eduardo Freitas da Costa (org.), Coleção de Textos Constitucionais Portugueses, Lisboa, Edições de Documentação Política («Archivum»), 1955, p. 31-34, *passim*. O trecho da citação pertence **As Actas das Cortes de Lamego**, o texto que formalizava uma lei de direito sucessório nas Ordenações do reino português. A lei propunha que as mulheres que detinham o direito de sucessão não poderiam casar com estrangeiros e, se caso isso acontecesse, seu marido jamais poderia reinar em Portugal. Uma vez que havia a regra imperiosa de que o país nunca fosse governado por “estranhos” que seriam, no caso, estrangeiros. Cf. TORRALBA, Luís Reis. **Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração**. v. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, p. 231-233. No entanto, a respeito das Cortes de Lamego, salienta-se que essas tem seu caráter ligado a releitura de mitos e origens nacionalistas, como indicam os historiadores António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier. HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1998, p.134.

⁹⁵ ROBERTS, 2013, p. 36.

Ao que parece, o desconforto provocado por tal possibilidade era tamanho que se cogitou, inclusive, a criação de uma lei sálica⁹⁶, como veremos mais adiante.

Se nos primeiros anos de sua infância Maria Francisca havia convivido com a presença marcante de seu avô, cabe considerar que a partir de 1742 a saúde do monarca, muitas vezes descrita como frágil, voltaria a sofrer repetidos reveses que culminariam com sua morte em 1750. O Magnânimo foi se tornando um homem diminuto e pouco enérgico, tendo a rainha D. Maria Ana da Áustria assumido a regência nos períodos mais graves da doença real. E teria, conforme Boléo, a Princesa do Brasil “aprendido com o exemplo da avó”.⁹⁷

1.3 O GOVERNO DE D. JOSÉ I E O INGRESSO NA VIDA ADULTA

D. Maria tinha 15 anos quando seu avô faleceu em 31 de julho de 1750, mesmo ano que seu pai assumiu a coroa portuguesa, em oito de setembro de 1750, data em que ocorreu sua aclamação.⁹⁸ Em muitos aspectos o reinado de D. José I apresentou-se distinto da regência joanina. Os anos que antecederam o Grande Terremoto de 1755 foram marcados, segundo Nuno Monteiro, por touradas, concertos e óperas.⁹⁹ No contexto internacional aumentava as rivalidades coloniais por conta do iminente embate entre os franceses e ingleses, que logo se transformaria na Guerra dos Sete anos (1756-1763).¹⁰⁰

Devemos salientar que quando D. José iniciou seu governo, as preocupações que tinha eram igualmente compartilhadas pelos de sua geração, isto é, estava preocupado em entender como se dava a organização imperial e as técnicas

⁹⁶ No que se refere à Lei sálica (*Lex Salica*), trata-se de código das leis francas escrito em latim. E neste caso em particular, a uma das suas disposições, em virtude da qual as mulheres eram excluídas do trono. RAMACCIOTTI, Fábio de S. **LEX SALICA** – dos francos sálidos às disputas sucessórias ao trono da França. São Paulo: USP, FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO, 2016, p. 8. Disponível em: <http://rpeadv.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Trabalho-DCV-5921-Hist%C3%B3ria-do-Direito-no-Mundo-Occidental.pdf> Acesso em: 23 de dez. de 2017.

⁹⁷ BOLÉO, 2009, p. 64.

⁹⁸ FIGUEIREDO, 1785, p. 253.

⁹⁹ MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 83.

¹⁰⁰ MONTEIRO, 2008, p. 101.

mercantis que pareciam ser a gênese do poder e riqueza da França e Grã-Bretanha.¹⁰¹ O historiador inglês Kenneth Maxwell ainda pontua que

Estas preocupações também refletiam dois aspectos distintos, mas interligados, do ambiente intelectual do Portugal setecentista. Em primeiro lugar, havia um debate intenso sobre questões filosóficas e sobre a educação, que exigia resposta imediata. Em segundo, existia um volume considerável de trabalho acerca de diversos aspectos da política econômica do País e sobre o velho quebra-cabeça com que os dirigentes portugueses vinham defrontar-se desde o século XIV: como resolver o cruel dilema que consistia na obrigação de proteger os interesses nacionais perante a ameaça militar de inimigos vindos por terra mas, em simultâneo, ter sempre presente a necessidade de conter os apetites comerciais de aliados marítimos cujo apoio raramente foi dado de graça.¹⁰²

Percebe-se nas entrelinhas desse trecho a dependência que Portugal tinha de sua aliada, a Inglaterra, e o quanto isso era, muitas vezes, oneroso. Quanto às novas ideias que fervilhavam por toda a Europa, sobretudo associadas ao pensamento ilustrado, essas também chegaram ao Reino Luso, mesmo com algumas adaptações.¹⁰³ Segundo a historiadora lusa Ana Cristina Araújo:

Num quadro em que a conformidade aos novos cânones doutrinários e ideológicos não dispensa o exercício da autocensura, o processo de adesão à modernidade não foi linear nem desprovido de mediações contraditórias. A irreduzível singularidade do movimento das luzes em Portugal resulta, exactamente, do processo de selecção e de adaptação que vão sofrendo as orientações e valores veiculados pela literatura estrangeira. A este respeito há que ter em conta as perspectivas e as incidências práticas das teses defendidas pelos pensadores e reformadores portugueses, a saber; quando surgem, por que surgem, quem as suporta e com que finalidade se sustentam certas ideias em detrimento de outras.¹⁰⁴

Não obstante, tudo estava prestes a mudar em face do terrível terremoto que destruiu Lisboa, em 1º de novembro de 1755. A historiadora Mary Del Priore apresenta a dramaticidade de tal evento a partir do relato de um dos capitães que se encontrava embarcado no momento do infortúnio:

[...] quando se deu o segundo abalo, ele pôde observar toda a cidade a oscilar, como o mar quando o vento começa a levantar-se; que a agitação da terra era tão grande, mesmo no fundo do rio, que arrancou da amarração a sua grande âncora, de tal forma que esta ficou flutuando à superfície da

¹⁰¹ MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal: ascensão e queda**. Lisboa: Manuscrito, 2015, p. 26.

¹⁰² MAXWELL, 2015, p. 26.

¹⁰³ Cf. MERLO, Patrícia. Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do setecentos. In: **Revista Dimensões**, v. 28. Vitória: UFES, 2012, p. 26-42.

¹⁰⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 15.

água; que, logo após este tremendo abalo, o rio subiu imediatamente perto de seis metros e num instante baixou; nessa altura viu o cais com uma multidão de gente em cima afundar-se, e ao mesmo tempo todos os barcos e embarcações perto dele foram arrastados para dentro de um fosso que o capitão supõe ter-se fechado imediatamente sobre eles, de tal maneira que nunca mais foram vistos quaisquer vestígios de naufrágio. [...] Depois da água, o fogo, contra o qual as escadas ferradas e calões importados da Holanda pouco sucesso tiveram. Um dos narradores da cena descreve a reação apavorada dos lisboetas aos gritos de: “Oh! O que será de nós! Nem água nem terra nos protegerão e o terceiro elemento, fogo, parece ameaçar a nossa destruição total! Como aconteceu com efeito”.¹⁰⁵

O historiador luso José-Augusto França descreve com detalhes a amplitude da destruição:

A cidade, como vimos, ficara em parte arrasada pelo sismo e em maior parte foi devastada pelo fogo. Dois terços das ruas ficaram inabitáveis, ou só três mil casas das vinte mil existentes, após o incêndio. Das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desmoronaram-se, arderam, ou ficaram em ruínas, só onze conventos dos sessenta e cinco existentes ficaram habitáveis, embora com danos, nenhum dos seis hospitais se salvaram do fogo e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas. O número dos mortos e dos feridos cresceu de boca em boca. O Núncio calculou quarenta mil mortos, outros falavam em setenta ou noventa mil, o futuro marquês de Pombal reduziu o cálculo a seis ou oito mil — mas os números mais fidedignos da época anunciam de doze a quinze mil, e, finalmente, concluiu-se terem perecido uns dez mil habitantes, em plena catástrofe ou por seu efeito.¹⁰⁶

Uma catástrofe sem precedentes se abateu sobre Portugal. Não obstante, o que parecia ser o fim, se transformou, pelo menos para alguns, em um recomeço, uma renovação tanto arquitetônica quanto política. De acordo com a historiadora lusa Vanda Anastácio, Sebastião José de Carvalho e Melo soube, sem sombra de dúvida, trabalhar na adversidade para transformar o reino luso, pois com parte do Estado aniquilado pelo terremoto procurou, dessa forma, restabelecê-lo em moldes diferentes. Utilizando a hecatombe como ponto de partida, não apenas para a construção de uma nova cidade, como também para “a instauração de uma nova ordem política e social”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ DEL PRIORE, Mary. **O mal sobre a terra**: uma história do terremoto de Lisboa. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2015, p. 120.

¹⁰⁶ FRANÇA, José-Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Ltda., 1989, p. 9-10.

¹⁰⁷ ANASTÁCIO, Vanda. Viver em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal: uma breve panorâmica. In: VALE, Teresa Leonor. **A cidade pombalina**: História, Urbanismo e Arquitetura. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009, p. 19.

De fato, como podemos perceber, Carvalho e Melo foi peça-chave do governo josefino, sendo lembrado tanto pelas reformas que empreendeu, quanto pelo ódio que suscitou.¹⁰⁸ Conforme Kenneth Maxwell, diante do caos provocado pelo terremoto, Carvalho e Melo “chamou a si o poder de intervir na vida social para promover o que considerou ser o interesse nacional, depois da análise pragmática das opções, misturando de forma eclética ideias vindas de fora e inovações”.¹⁰⁹

Cabe, todavia, considerar que o protagonismo de Pombal se deve, em parte, a avaliação que, tradicionalmente, se fez da figura de D. José I, um rei “que preferiu a ópera e a caça ao governo. Após o terremoto de Lisboa, em 1755, ele deu autoridade virtualmente completa ao ministro”.¹¹⁰ Nuno Monteiro, ao escrever uma biografia do monarca, aponta que “o que D. José se conhece é, quase sempre, pela interposta pessoa de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, perpetuado e conhecido na posteridade pelo título de marquês de Pombal”.¹¹¹

O trabalho de Nuno Monteiro sinaliza para uma possível explicação sobre a relativa ausência de D. José I na condução dos negócios da coroa portuguesa. Segundo o historiador, esse seria o resultado de uma “sensibilidade pós-barroca”, marcada pela recusa, por parte dos nobres, da ostentação de seu estatuto, “desejavam em vez disso poder gozar a sua riqueza o mais possível retirados, fora do olhar público, até mesmo incógnitos”.¹¹²

Nuno Monteiro destaca também que o desempenho político de D. José I (ou a ausência dele) é avaliado em relação ao reinado de seu pai, tido como um “governo pessoal, com uma grande indefinição institucional dos lugares de decisão política”.¹¹³ De fato, D. João V aboliu o Conselho de Estado, e não se pode dizer que seus secretários de Estado ativessem o mesmo poder de decisão que os de D. José I para os assuntos relacionados a suas respectivas pastas. Este último, diferente de

¹⁰⁸ Cf. Entre os estudos clássicos destacamos FALCON, Francisco. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática, 1982 e MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Já entre as produções mais recentes destacamos SILVA, Julio Cesar da Costa. **O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 36.

¹⁰⁹ MAXWELL, 2015, p. 53-54.

¹¹⁰ MAXWELL, 2015, p. 4.

¹¹¹ MONTEIRO, 2008, p. 7.

¹¹² MONTEIRO, 2008, p. 226.

¹¹³ MONTEIRO, 2008, p. 240.

seu pai, “manteve sempre uma pequena esfera de autonomia [de seus secretários e conselheiros], que se expressou em diversos momentos e terrenos [...], como em certas votações do Conselho de Estado, ou de acordo com muitas vozes”.¹¹⁴

Vale, no entanto, destacar que Pombal não governou alheio à vontade e consentimento do rei. Se a historiografia¹¹⁵, como Pedro Calmon e Francisco Falcon, muitas vezes descreveu D. José como um monarca ausente, por outro lado, deixou de levar em conta a confiança depositada no valimento de Carvalho e Melo, prática relativamente comum às monarquias europeias modernas. Sobre o tema explica Nuno Monteiro:

Na verdade, pondo de lado as personalidades tão activas e intervenientes que assumiram continuamente a direção quotidiana das suas monarquias, como foram Luís XIV, em França ou D. João V, em Portugal, é frequentemente difícil avaliar o papel específico dos reis na condução da política, quer quando se socorreram de sucessivos ministros, quer, por maioria de razão, quando confiaram continuamente num valido. Para além dos contextos e das conjunturas, é, no entanto, possível buscar traços das respectivas personalidades e do peculiar percurso que ajudam a explicitar as escolhas feitas e, em particular, as relações que estabeleceram com seus ministros de confiança.¹¹⁶

Podemos observar no trecho do texto de Nuno Monteiro, que se tratava de uma relação natural entre o monarca e seu valido.

1.3.1 De volta à princesa

Aparentemente, a “sensibilidade pós-barroca” de que fala Monteiro pode ajudar a explicar os raros textos que remetem à vida de D. Maria nos primeiros anos do governo de seu pai. As referências biográficas, em sua maioria, passam direto da infância para o casamento ou mesmo para o início de seu reinado. Em nossos levantamentos, só encontramos menção aos acontecimentos dessa época nas obras das historiadoras Luísa Boléo e Jenifer Roberts.

Por meio da narrativa de Luísa Boleo é possível vislumbrar parte da rotina da jovem princesa:

¹¹⁴ MONTEIRO, 2008, p. 228.

¹¹⁵ C.f. CALMON, 1932; FALCON, 1989, p. 57.

¹¹⁶ MONTEIRO, 2008, p. 263-264.

[...] levantar entre 6.30 e 7 horas da manhã e prestar-se à *toilette*, [...] Conhece-se o nome de algumas das damas da corte da rainha que ajudavam ao levantar e no *toilette* da princesa, como D. Mariana Joaquina Apolónia de Vilhena Pereira Coutinho, camareira e afilhada da rainha [...] teve muitas e dedicadas damas, em Lisboa e no Rio de Janeiro. Eram elas que a ajudavam a vestir-se, dado que as peças de roupa eram muitas e pesadas. As de seda e brocados com aplicações de ouro e prata que as princesas e a rainha usavam nos dias especiais não seriam propriamente cômodos, embora magníficos.¹¹⁷

A historiadora inclui no ritual do *toilette* as abluções¹¹⁸, informa também que as refeições na adolescência já eram feitas em companhia dos pais e que o acervo disponível para a leitura da princesa correspondia a mesma bibliografia recomendada “às meninas das camadas mais instruídas, todas, evidentemente, católicas”.¹¹⁹

Jenifer Roberts noticia que a primeira audiência oficial de Maria Francisca como princesa-herdeira foi um beija-mão ocorrido em 10 de agosto de 1751. Destacando que a princesa se apresentava uma jovem elegante e graciosa.¹²⁰ Entre os fragmentos do dia a dia, que seriam relatos sobre o cotidiano da infanta ou dos nobres em geral nos jornais, encontramos a primeira notícia do adoecimento da princesa, em destaque na *Gazeta de Lisboa* de 23 de agosto de 1753:

A princesa nossa senhora, já convalescida da sua grave doença, partiu, a semana passada, para o real sítio de Belém, em companhia da muito augusta rainha nossa senhora e das sereníssimas infantas suas irmãs, que vieram expressamente a Lisboa a buscá-la.¹²¹

Não há consenso sobre a doença que acometeu a princesa. Jenifer Roberts se refere a uma “febre inflamatória violenta” e informa que após seis sessões de sangria, a família pediu que o arcebispo, núncio apostólico, ministrasse a extrema-unção. E, sua mãe, a rainha, mandou que buscassem no Convento da Graça a

¹¹⁷ BOLÉO, 2009, p. 70.

¹¹⁸ Os palácios não tinham, ainda, casas de banho com uma divisão independente, há referências a cisternas ou grandes selhas que armazenariam a água tanto dos palácios quanto dos conventos. Faz-se menção a uma banheira de extremo luxo que o rei D. João V, em 1724, encomendou para sua amante a madre Paula. Isso nos remete a hipótese de que na corte se usasse tal utensílio. Porém, o que era mais usual seriam as bacias e jarras que as criadas levavam aos aposentos dos nobres e dos fidalgos portugueses. Ademais, as abluções seriam uma herança dos mouros que em Portugal estiveram no período medieval. BOLÉO, 2009, p. 70-71 e Cf. VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹¹⁹ BOLÉO, 2009, p. 71-72.

¹²⁰ ROBERTS, 2013, p. 39-40.

¹²¹ RAMOS, 2010, p. 41.

imagem de madeira de Jesus, Senhor dos Passos, e que a colocassem no quarto da princesa.¹²²

Segundo narra a pesquisadora inglesa, a subsequente melhora no estado de saúde da princesa parece ter sido creditada à imagem milagrosa, especialmente pela jovem enferma. Aliás, a devoção foi característica perene notada, inclusive, pelos estrangeiros¹²³ que visitavam a corte portuguesa. Em sentido semelhante, destaca a historiadora:

A 8 de julho - «perante a alegria universal» - D. Maria estava «consideravelmente melhor». O embaixador britânico atribuiu a sua recuperação a um médico alemão que, «descobrimo a natureza da enfermidade, propôs remédios próprios para as febres malignas e salvou a vida da amável princesa». Porém, a princesa D. Maria nunca duvidou que tivesse sido o Senhor dos Passos a salvar-lhe a vida.¹²⁴

O ano de 1754 foi particularmente triste para a princesa em razão da morte de sua avó paterna, D. Maria Ana de Áustria, mãe de D. José. Já em idade avançada, com uma saúde frágil, veio a falecer em 14 de agosto no Paço de Belém.¹²⁵ Maria tinha então 19 anos. Por consequência, 1755 não se revelaria um ano melhor.

O Terremoto de Lisboa de 1755 destruiu a cidade e bem como o Paço da Ribeira, residência real e principal centro de decisão política do reino. Contudo, a Família Real nada sofreu em razão de estar em Belém, uma freguesia¹²⁶ de Lisboa. O palácio comprado, em 1726, foi pouco usado durante o reinado de D. João V, mas, a rainha Mariana Vitória elegeu o lugar como seu refúgio. Por conta disso, D. José I e sua família estavam lá residindo desde fins de maio de 1755.¹²⁷ Ainda assim, foi possível sentir o abalo. De acordo com Ana Cristina Pereira:

O rei, sentindo o terramoto, saltou pela janela da sua câmara para o jardim, ao passo que a rainha mal conseguira manter-se em pé enquanto tentava

¹²² ROBERTS, 2013, p. 40-41.

¹²³ BEIRÃO, 1944, p. 36.

¹²⁴ ROBERTS, 2013, p. 41.

¹²⁵ BENEVIDES, 1878, p. 465.

¹²⁶ Freguesia é a menor divisão administrativa de Portugal, ao contrário do Brasil cujo município é a menor unidade político-administrativa. IAN/TT. Programa de Normalização da Descrição em Arquivo Codificação do Nome dos Municípios e das Freguesias. Lisboa: Arquivo da Torre do Tombo, 2006. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/cod_mun_freg.pdf Acesso em: 23 de dez. de 2017.

¹²⁷ MONTEIRO, 2008, p. 106.

fugir do palácio. A princesa e as infantas permaneceram no oratório durante o abalo, juntando-se aos pais quando puderam.¹²⁸

Ao que parece, nos dias posteriores à catástrofe, a família real uniu-se a parcelas da nobreza em auxílio às vítimas do sismo:

A rainha, a Princesa herdeira do trono e as infantas suas irmãs e as damas da corte, dinamizadas pelas senhoras da Família Real, vêm nas «Memórias» apontadas como elementos energéticos e caritativos na preparação de roupas e outro material de uso hospitalar, onde médicos e enfermeiras praticam sem descanso.¹²⁹

Em sentido semelhante, Mary Del Priore informa que “o socorro aos súditos era a obrigação mais forte no plano político”.¹³⁰ Abalos menores ainda foram sentidos nos meses seguintes, por isso Lisboa foi infestada por barracas dos mais variados tamanhos, inclusive “com o rei e a família real a darem o exemplo na Barraca Real em Belém, onde viveriam vários anos”.¹³¹ Nuno Monteiro transcreve uma carta da rainha D. Mariana Vitória para sua mãe, D. Isabel Farnésio, em dezembro de 1755, em que descreve o contexto:

‘Como os abalos continuam não há meio de regressas às casas; aquelas que temos aqui em Belém tiveram muito poucos estragos. Deus seja louvado, mas com tudo isso é necessário fazer algumas reparações [...] Para responder à pergunta que fazeis a honra de me perguntar minha querida mãe tenho a honra de vos dizer que o Rei quer fazer um pequeno palácio de madeira próximo da nossa casa de Belém onde nós passamos os verões em Lisboa [...] Alguns dizem ao Rei para ir para Mafra onde o palácio nada sofreu, mas ele não quer porque ele não julga apropriado na presente situação afastar-se tanto de Lisboa e também porque tem medo de se meter numa construção tão grande e tão alta; portanto creio que ficaremos ainda por muito tempo sob as tendas, elas são muito boas mas com tudo isso o frio faz -se sentir muito’.¹³²

De fato, a família real ficou durante um bom tempo residindo em tendas. A construção de madeira a qual D. Mariana Vitória se referia no fragmento acima ficou conhecida como “Paço de Madeira”, sua obra foi iniciada em 1756 e somente concluída em 1761.¹³³

¹²⁸ PEREIRA, 2011, p. 103.

¹²⁹ BOLÉO, 2009, p. 120.

¹³⁰ DEL PRIORE, 2015, p. 141.

¹³¹ BOLÉO, 2009, p. 118.

¹³² MONTEIRO, 2008, p. 106.

¹³³ MONTEIRO, 2008, p. 106.

A primeira aparição pública de D. Maria pós-tragédia, que se tem notícia, ocorreu ainda em 16 de novembro de 1755, ocasião em que a família real participou com pés descalços de uma “procissão solene de penitências” dirigida pelo patriarca nos subúrbios ocidentais da cidade.¹³⁴ Em dezembro, a Princesa da Beira completou 21 anos, mas em face ao desastre recente, não houve comemorações.

1.3.2 O Contexto político internacional, o cenário português e as articulações em torno do casamento de D. Maria

Se até aqui se tentou delinear a trajetória da Princesa da Beira, para tratar das circunstâncias que cercam seu casamento, torna-se importante observar que esse matrimônio estava imbricado num contexto político externo, para além do ambiente doméstico. Segundo Nuno Monteiro, parte dessas tensões se associavam à Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que colocou Portugal e Espanha em lados opostos, assim como seus aliados. Conforme pontua,

O terceiro quartel do século XVIII foi marcado, na Europa, por um contexto de disputas sistêmicas por hegemonia. Nesta conjuntura, os mecanismos da balança de poder europeia tragaram o Império português para um equilíbrio de forças instável, em que a decadência do poderio ibérico, outrora hegemônico, era flagrante. Em ascensão, Grã-Bretanha e França subordinavam Portugal e Espanha e impunham seu alinhamento, inclusive militar, de um dos dois lados do conflito que logo desaguaria naquela que já foi considerada a “primeira guerra mundial”, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).¹³⁵

Cabe, por isso, buscar compreender de que forma Portugal se inseriu nesse conflito. De acordo com a pesquisadora Izabela Gonçalves, o Reino luso vinha mantendo sua política de neutralidade já há um decênio, ao passo que buscava, nas políticas implementadas na gestão de D. José I e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, afastar-se da sujeição econômica da Inglaterra.¹³⁶ Porém, isso não foi possível, visto que a aliança franco-espanhola, firmada por meio do Pacto de

¹³⁴ ROBERTS, 2013, p. 50.

¹³⁵ GONÇALVES, Izabela Gomes. **A Sombra e a Penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. 2010. 207f. Dissertação. PPGH/UFF, Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 11.

¹³⁶ GONÇALVES, 2010, p. 13-14.

Família¹³⁷, resultou no aumento de pressão sobre o Reino e seus domínios, especialmente na América.

Por outro lado, devemos considerar que a política de neutralidade lusa havia implicado em fragilidade militar, o que tornava importante garantir a aliança com a Inglaterra. Afinal,

Envolvida por esse cenário internacional conturbado, a Coroa lusa apresentava grandes vulnerabilidades, uma vez que, a situação militar em Portugal era precária: “as tropas pouco numerosas, mal pagas, mal vestidas, mal armadas, e em pior estado ainda quanto à disciplina, eram constituídas pelo que da ralé da nação se podia apanhar.” Em tais circunstâncias, o apoio inglês, mais uma vez, revelava-se a única saída encontrada pela Coroa lusa para garantir a integridade territorial e política de seus territórios naquele momento.¹³⁸

De fato, esse conflito foi um grande jogo de xadrez envolvendo as principais potências europeias em um complicado arranjo para preservação de seus interesses. Por um lado, a França se articulava com a Espanha, Áustria e Rússia. Por outro, a inusitada aliança inglesa com a Prússia aguardava que o período de neutralidade português terminasse para que o time estivesse completo.¹³⁹ De acordo com o historiador português Antonio de Oliveira Marques, foi “a partir do século XVIII, Portugal deu-se conta de que o seu lugar entre as nações civilizadas do globo e sua individualidade como nação europeia dependia de sua reação contra a Espanha”.¹⁴⁰

Nesse contexto conturbado e de formação de alianças políticas é que se inscreve o matrimônio da Princesa. Afinal, o casamento com a herdeira do trono poderia funcionar como uma espécie de moeda de troca, pois ao deixar as possibilidades em aberto, o Reino ficava, de certo modo, salvaguardado de ter que tomar decisões que implicassem em escolhas unilaterais. Nesse entendimento, podemos recuperar

¹³⁷ Foi um acordo firmado, em 15 de agosto de 1761, entre os Bourbons da França, da Espanha, de Nápoles e de Parma, provocando o aumento da tensão entre Portugal e Espanha. GONÇALVES, 2010, p. 13.

¹³⁸ GONÇALVES, 2010, p. 15.

¹³⁹ VALENTIM, Carlos Manuel Baptista. Portugal e a Guerra dos sete anos (1756-1763) – Elementos para estudo de seu impacto na sociedade, na economia e nas finanças portuguesas. In: **Colóquio de História Militar**, 21, 2012, Lisboa. Actas Nos 250 Anos da chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar e Direcção de História e Cultura Militar, 2012, p. 271.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, A. H de Marques. **Breve História de Portugal**. 9. ed. Lisboa: Presença, 2015, p. 378.

alguns acontecimentos que apontam para a estratégia lusa de manter sua neutralidade com o adiamento desse enlace.

Cabe lembrar que o pedido de dispensa papal feito por D. João V para o casamento da sua neta primogênita, D. Maria Francisca, com o tio desta, o infante D. Pedro, data de maio de 1743.¹⁴¹ Contudo, apesar de obter a referida dispensa, a questão do casamento em si ficou em suspenso por quase duas décadas. Durante esse período, diplomatas estrangeiros em Portugal não se cansavam de articular seus possíveis pretendentes e até mesmo suas preferências, quando não se tratava de um provável eleito. Como assinala Nuno Monteiro:

No início de 1750 também o representante diplomático inglês falava de rumores sobre eventuais casamentos entre as cortes de Portugal e de Espanha. Que, de resto, não cessariam nos anos seguintes. Esta era, aliás, matéria da qual muito se falava. Em carta de Agosto de 1750, um dos supracitados negociantes hamburgueses dizia que «do casamento da Princesa da Beira, hoje Princesa do Brasil com o Infante D. Pedro, duvido cada vez mais, e mais me persuado que se esta Princesa casar em Portugal, será com o Infante D. António. A este Infante se lhe concedeu revista na Causa [sobre a Casa do Infantado]». ¹⁴²

À vista disso, Caetano Beirão aponta para as movimentações diplomáticas que cercaram a decisão do pretendente à mão da princesa:

A França recomendara, primeiro, ao Conde de Bachi, depois ao Conde de Merle, que não perdesse de vista o caso. Madrid, dentro do seu plano ibérico, oferecia um Príncipe espanhol. Apresentava-se como pretendente o Infante D. Luís, irmão de Carlos III. Favorecia esta tentativa o ministro Diogo de Mendonça Côrte Real, em casa de quem se diz que o Infante chegou a estar oculto. Atribui-se até a este facto a desgraça do ministro, desterrado para Mazagão e, depois, encerrado numa prisão em Peniche, onde morreu. Outro pretendente foi o Duque de Cumberland, filho de Jorge II de Inglaterra. Mas logo se desfez esse projecto, já por a ele se oporem os jesuítas, já por não agradar também a corte de Madrid que, segundo se disse, chegou a ameaçar mandar invadir Portugal com forças espanholas e francesas. ¹⁴³

De fato, o plano externo mostrava-se carregado de disputas e deveras belicoso, ao passo que internamente o período que vai de 1755 a 1760 foi marcado pela crescente influência de Pombal sobre D. José. A política adotada pelo Secretário

¹⁴¹ MONTEIRO, 2008, p. 76.

¹⁴² MONTEIRO, 2008, p. 76.

¹⁴³ BEIRÃO, 1944, p. 63.

voltava-se para o fortalecimento da economia colonial, conforme Maxwell Kenneth, seu plano era ambicioso e buscava proteger os interesses nacionais.¹⁴⁴

O historiador Francisco Calazans Falcon aponta que “o ‘reformismo pombalino’ foi sempre mercantilista e fiscalista”¹⁴⁵ e se baseava em três campos de práticas. O primeiro, referente ao incentivo à produção metropolitana, o segundo, referente à política comercial e colonial (monopólio de exportação, balança comercial e o pacto colonial) e, em terceiro, abrangia a política monetária e o fiscalismo.¹⁴⁶ Nesse segundo campo está inserida a criação das companhias de comércio no Brasil: Companhia Geral do Grão-Pará (1755), Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) que resultam em muitos conflitos no Brasil (com os jesuítas e com os índios aldeados).¹⁴⁷

De acordo com Nuno Monteiro, o Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, permitiu um acordo luso-espanhol para fixar limites territoriais entre o Brasil e a América espanhola. Nesse caso, a disputa acirrada entre as coroas era pela região amazônica e a região platina, sendo assim, “Portugal ficaria com maior parte da bacia Amazônica e a Espanha com a Platina”.¹⁴⁸ Era sabido que “para além de alguns espaços na floresta amazônica, Portugal cedia no Sul, a colônia do Sacramento, mas em compensação recebia o território da chamada região dos Sete Povos dos índios do Uruguai, dirigidos pelos jesuítas espanhóis”.¹⁴⁹

A questão estaria razoavelmente solucionada não fosse a exigência de receber o referido território sem índios, já que o objetivo luso era povoá-la com populações vindas das ilhas atlânticas. No entanto, para que isso ocorresse os nativos deveriam ser realocados, tarefa nada fácil e que acabou gerando a Guerra Guaranítica (1752-1756). Como assinala o pesquisador Alexandre Vieira:

¹⁴⁴ “[...] o ministro começou a apoiar os mercadores locais portugueses estabelecidos na luta que os opunha aos intermediários e contrabandistas, que tinham contribuído para desorganizar o comércio regular e o sistema de crédito. Esperava que, ao fazer da consolidação colonial uma operação lucrativa, pudesse estabelecer uma ligação mais sólida entre os interesses dos empreendedores portugueses e os interesses do império”. MAXWELL, 2015, p. 75.

¹⁴⁵ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 156.

¹⁴⁶ FALCON, 2001, p. 157.

¹⁴⁷ SILVA, Ana Rosa Cloclét da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006, p. 89.

¹⁴⁸ MONTEIRO, 2008, p. 85.

¹⁴⁹ MONTEIRO, 2008, p. 86.

A guerra, brutal e sanguinolenta, resultou no aniquilamento dos exércitos guaranis até o ponto de sua rendição incondicional, ainda no ano de 1756. Significou igualmente a ocupação irrestrita, pelos portugueses, dos territórios conquistados e compreendeu, sobretudo, um decisivo passo para a desarticulação do projeto jesuítico fundado no modelo missional-indígena que vigorou na América do Sul nos séculos dezessete e dezoito.¹⁵⁰

Os problemas também apareceram no que se refere à região Norte. Apesar dos esforços da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão para monopolizar a transação de mercadorias, gêneros e produtos entre a região, a Metrópole e também nas ilhas, inclusive com permissão para fazer tráfico de escravos diretamente com a África. O que não evitou os embates com os jesuítas, sobretudo, no que diz respeito à liberdade indígena.¹⁵¹ A historiadora Ana Rosa Clochet da Silva pondera que

[...] tanto a instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, quanto o alvará de 6 de dezembro do mesmo ano, proibindo a presença do comissário volante no comércio do Brasil, eram medidas que vinham em resposta não apenas à acirrada concorrência pelos mercados coloniais, exercida pela Inglaterra, mas aos problemas suscitados pela presença dos jesuítas no norte brasileiro, questões essas que não se dissociam.¹⁵²

Por outro lado, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba que detinha o comércio exclusivo das duas capitanias, que controlava a extração das mercadorias, gêneros e frutos, não vivenciou grandes problemas, teve apenas que se preocupar em não descumprir seus acordos de comércios e não transitar em portos não autorizados como os portos do sertão brasileiro, além do de Salvador e do Rio de Janeiro.¹⁵³ Segundo Charles Boxer, o comércio açucareiro de Pernambuco e da Paraíba foi revitalizado, mesmo que temporariamente. No período entre 1760-1775 essa companhia importou mais de 30 mil negros da África para serem usados como mão de obra.¹⁵⁴

Em Portugal, a política pombalina também apostou em diversas companhias de comércio, com destaque para a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto-

¹⁵⁰ VIEIRA, Alexandre. **Pensamento Político Na Guerra Guaranítica: Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito**. Programa de Pós-graduação em História (Tese de Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102712>. Acesso em: 22 de mai. De 2017.

¹⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: Verbo, 2004, p. 174-176.

¹⁵² SILVA, 2006, p. 92.

¹⁵³ SERRÃO, 2004, p. 179.

¹⁵⁴ BOXER, 2002, p. 206.

Douro (1756). Segundo Boxer, podemos contar essa companhia como a terceira de um plano que visava à proteção real para monopolizar o comércio, que nesse caso procurava competir com os comerciantes ingleses de vinho.¹⁵⁵

Nuno Monteiro aponta que, sob o pretexto de proteger a qualidade dos vinhos, uma vez que a prática inglesa era misturar vinhos bons e ruins a fim de elevar os lucros, comprometendo a qualidade do vinho do Porto, passou-se ao monopólio régio a garantia da regulação do preço do produto.¹⁵⁶ O historiador utiliza uma correspondência de Carvalho e Melo ao então secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho para apontar os argumentos lusos. Vejamos a transcrição:

«compram estes comissários [ingleses] em Cima Douro o vinho puro como lá sai da mãe [...] compram ao mesmo tempo outros vinhos baixos por aquela Província [...] todos estes vinhos são conduzidos aos armazéns de cada comissário. Ali são pervertidos e misturados os bons com os ruins. Os que sofrem os tratos sem perder os espíritos vêm dar a Inglaterra [...] Bebe-os a gente comum à força de bom preço. Não têm porém reputação[...] se pois aqueles vinhos de todo Portugal viessem pelas mãos de nossos mercadores, todos seriam puros e todos estimados [...] Subiriam no preço».¹⁵⁷

Outro empreendimento foi a Real Fábrica das Sedas (1757)¹⁵⁸, Joaquim Serrão indica o conjunto de medidas protecionistas da indústria nacional que caracterizaram o governo Josefino, informando sobre a fundação de 30 fábricas entre 1751 e 1774.¹⁵⁹ Charles Boxer reforça os argumentos em torno da política protecionista que marcou a época, analisando o volume do comércio anglo-português desse período. Segundo descreve, o primeiro quinquênio (1746-1750) apresenta 324 mil libras esterlinas utilizadas na importação de produtos ingleses. No segundo quinquênio (1751-1755), esse número cai para 272 mil libras e no terceiro (1755-1760), cai ainda mais, sendo usadas apenas 257 mil libras. Os dados apresentados apontam

¹⁵⁵ BOXER, 2002, p. 195.

¹⁵⁶ MONTEIRO, 2008, p. 120-121.

¹⁵⁷ MONTEIRO, 2008, p. 121.

¹⁵⁸ “A Real Fábrica das Sedas, em Lisboa, foi um dos empreendimentos industriais de maior renome no ramo têxtil nacional, integrada no surto industrial desenvolvido a partir de meados do século XVIII. Tendo laborado durante cerca de nove décadas (1734-1835), foi criada e planeada com o objectivo de responder com qualidade às exigências nacionais nesse sector, a nível dos mercados metropolitano e ultramarino, sobretudo o brasileiro, então muito pressionados pela importação têxtil estrangeira, nomeadamente inglesa [...]Para suprir uma tal situação, em 1757, a administração reviu o plano de acção e decidiu ampliar o âmbito de produção, agregando-lhe as designadas fábricas anexas, com uma gama muito alargada de produtos não têxteis[...]”. MAGALHÃES, Alberto. **A Real Fábrica das sedas e o comércio têxtil com o Brasil (1734-1822)**. 2010. 174f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010, p. 8.

¹⁵⁹ SERRÃO, 2004, p. 202.

para a diminuição da importação tanto de produtos quanto de matérias-primas estrangeiras.¹⁶⁰

Para além das mudanças administrativas, cabe também considerar a tentativa de regicídio em 1758, que resultou na condenação dos Távoras (1759).¹⁶¹ Mais que apenas uma questão de foro íntimo, já que envolveu um caso extraconjugal de D. José, o episódio marcou uma mudança na relação com a primeira nobreza. De acordo com Kenneth Maxwell, esse processo chocou os estrangeiros, uma vez que as vítimas eram da aristocracia.¹⁶² Outro ponto importante seria o proveito que Sebastião José teria obtido do evento. Por um lado, subjugar a alta aristocracia e, por outro, afastar, definitivamente, os jesuítas. Segundo Maxwell:

Pombal usou a tentativa de assassinio de D. José I para esmagar tanto a alta aristocracia como os jesuítas. Também se serviu do pretexto para atacar os pequenos mercadores, a quem acusou de conspirarem com os jesuítas; aboliu as irmandades, deixando-as sem meios de se fazerem ouvir.¹⁶³

As medidas tomadas permitiram que os atores mudassem de lugar. Com isso, o ministro com rapidez consolidou posições e trouxe para perto de si aliados do governo. A expulsão dos jesuítas do Reino em 1759 também foi uma medida com forte impacto na gestão, cujos conflitos começam em 1751. Segundo Kenneth Maxwell, esse conflito trouxe Portugal para o centro das preocupações europeias, levando o desencadeamento da expulsão dos jesuítas por toda Europa católica e até mesmo a suspensão da Ordem pelo próprio Papa.¹⁶⁴

¹⁶⁰ BOXER, 2002, p. 194-195.

¹⁶¹ A rainha tinha muito ciúmes do rei e isso não era sem fundamento, o caso e era que o Rei D. José I tinha uma amante, uma jovem de 22 anos pertencente à alta nobreza portuguesa, D. Teresa de Távora e Lorena (1723-1794), a Marquesa de Távora Nova, mulher de Luís Bernardo (1723-1759), herdeiro da família de Távora. O atentado se deu em 3 de setembro de 1758, quando o rei voltava do encontro com sua amante. O rei, segundo consta no processo, foi atingido por dois tiros provenientes de uma conspiração política contra o rei, por parte dos Távoras e dos jesuítas. cf. ALVES, Patrícia. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)**. 2011. 320f. Tese. ICHF, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 151-152; cf. MONTEIRO, 2008, p. 131-140.

¹⁶² MAXWELL, 2015, p. 35.

¹⁶³ MAXWELL, 2015, p. 111.

¹⁶⁴ MAXWELL, 1996, p. 94. Estudos recentes sobre o tema apontam que “a Companhia de Jesus, enquanto ordem religiosa com ampla autonomia em suas atividades e detentora da administração e legislação de grande parte dos colégios e universidades, será a principal instituição a se chocar de frente com o reformismo cultural-pedagógico de Pombal”. SALLES, Jansen Gusmão. **Da calúnia à supressão: Discursos sobre educação e antijesuítismo no período pombalino**. 2016. 138 f.

Todos esses acontecimentos são necessários para compreender as articulações em torno do enlace que, como apontado, já se desenhavam desde 1746, avaliando assim os motivos para a demora de D. José em decidir quem de fato seria o noivo.

1.3.2.1 Casamento real e vida doméstica nos últimos anos do governo de D. José I

Como exposto anteriormente, a querela em torno do casamento real alongou-se por quase duas décadas. D. João V foi o primeiro a cuidar de tais articulações, sobretudo na escolha do filho D. Pedro, seu predileto, para futuro marido. O tio paterno era 17 anos mais velho que D. Maria, o que, todavia, não se constituía em impedimento para o enlace.¹⁶⁵

A princesa herdeira já havia completado 25 anos quando de seu casamento em 1760. Idade considerada tardia para a sociedade de Antigo Regime, especialmente, por se tratar de um arranjo real. Sua mãe, por exemplo, casou-se com dez anos.¹⁶⁶ Mas existiam certas peculiaridades no caso da Princesa da Beira, pois

As regras acerca do casamento de uma princesa herdeira nunca tinham sido testadas e receava-se que D. Maria se casasse com um aristocrata português, a sucessão fosse disputada pelos membros masculinos da família Bragança.¹⁶⁷

O historiador luso Luís de Oliveira Ramos apresenta mais detalhes a respeito dos tramites do processo, salientando que foi D. João V e D. Maria Ana de Áustria que concederam o título de rei consorte¹⁶⁸ a D. Pedro, além de terem cuidado das licenças apostólicas ainda durante o reinado do Magnânimo. O historiador esclarece também a questão do adiamento da cerimônia matrimonial, informando que D. José I e o seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo estavam voltados para os

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 46.

¹⁶⁵ PEREIRA, 2011, p. 118.

¹⁶⁶ ROBERTS, 2013, p. 61.

¹⁶⁷ ROBERTS, 2013, p. 61. Ver sobre as Cortes de Lamego nas notas 90 e 91, p. 25.

¹⁶⁸ “Ao abrigo das Leis de Lamego, foi reiterado que D. Pedro teria o estatuto de rei consorte e o título de D. Pedro III, mas estaria sempre subordinado à rainha, sua mulher. Andaria do seu lado esquerdo, assinaria por baixo da assinatura dela e não teria direito à coroa”. ROBERTS, 2013, p. 96.

projetos políticos que agitavam o Reino. Outra razão apontada era certa desaprovação do noivo por parte de D. José, por conta das críticas do príncipe Pedro e seus amigos às ações do seu valido.¹⁶⁹

Caetano Beirão é mais taxativo quanto à oposição de D. José I à escolha do irmão Pedro. Segundo explica, em razão do ciúme que sentia pelo pai tê-lo como predileto e da esperança de ainda ter um filho varão:

Reinava D. José e o problema do matrimónio da Princesa continuava sem solução. A Rainha viúva D. Maria Ana defendia o projectado enlace, mas o Rei continuava a opor-se pela emulação já referida, emulação que Sebastião de Carvalho alimentava. «Da desafeição do rei sabia-se fora», - refere J. Lúcio de Azevedo. «Dizia-se que, no tempo do Rei falecido, D. Pedro Jactancioso da predileção do pae, mais de uma vez tratara com desconsideração o primogênito. Subindo este ao throno, a discórdia continuou. Uma vez ocorreu que D. José, a quem o valido persuadira que o irmão tramava contra elle, o tinha mandado para Queluz, com prohibição de sair de lá sem nova ordem. Já a caminho o infante, intercedendo a Rainha e a Princesa, foi revogado o castigo, e a suspeição dissipou-se, para renascer porém cada vez que o ministro pérfido aparecia brecha por onde instillasse».¹⁷⁰

Luísa Boléo, ao tratar do casamento da Princesa da Beira, aponta que a escolha de pretendentes fora do reino nunca foi algo admissível, visto que D. Maria Francisca já sabia quem seria o seu cônjuge, pois “desde sempre, soube que seu tio Pedro seria um dia seu marido e não consta que jamais se tenha oposto a esse projeto”.¹⁷¹ A historiadora também informa que outro tio da princesa, um dos meninos de Pavalhã, D. António, também teria sido cogitado como pretendente, porém a herdeira de pronto teria mostrado repulsa e o assunto não foi mais mencionado.¹⁷²

Sobre a pretensão de D. António, Caetano Beirão sugere se tratar de uma manobra de Carvalho e Melo, uma vez que com esse consórcio o ministro esperava ter melhor margem de manobra.¹⁷³ Beirão que faz menção ainda a outro pretendente, D. João Carlos de Bragança, o duque de Lafões, mas teria se tratado apenas de especulação cortesã.¹⁷⁴ Fosse por ciúmes, intriga cortesã ou por estratégia política,

¹⁶⁹ RAMOS, 2010, p. 56.

¹⁷⁰ BEIRÃO, 1944, p. 60.

¹⁷¹ BOLÉO, 2009, p. 137.

¹⁷² BOLÉO, 2009, p. 137.

¹⁷³ BEIRÃO, 1944, p. 61.

¹⁷⁴ BEIRÃO, 1944, p. 61.

o fato é que, de acordo com Nuno Monteiro, “[...] depois de anos de hesitações, o casamento com o infante D. Pedro se decidiu e consumou em poucos dias”.¹⁷⁵

No que diz respeito ao noivo, temos poucas informações. Ao se referirem a D. Pedro, alguns o retratam de modo caricato, como é o caso do historiador brasileiro Pedro Calmon:

O infante D. Pedro, irmão del-rei D. José, chamado pelo padre José Ritter de "*delicias del Palacio*", saíra aos avós de Portugal; indolente, guloso, mansarrão, bom de gênio, a inteligência apagada, incapaz de ambição, de audácia, de vontade, enorme, inofensivo e obeso.¹⁷⁶

Ou como alguém sem muita expressividade, como fez Jenifer Roberts ao assinalá-lo como um “homem simples, sem interesse pelos assuntos do Estado e, tal como a sua sobrinha, profundamente devoto, «estando constantemente ocupado em preces e procissões»”.¹⁷⁷ Luís de Oliveira Ramos compartilha de opinião semelhante sobre D. Pedro, descrito como

Indolente, pouco dotado intelectualmente, além de inábil para a governação, nunca deixou de prezar os seus mestres jesuítas. Revelou-se ainda presa fácil de tudo o que o que a alta nobreza queria e dizia, nobreza que o rei deixou Pombal abater.¹⁷⁸

A cerimônia nupcial foi “tranquila para os padrões reais, celebrada na capela da Barraca Real”¹⁷⁹ em 6 de junho de 1760. D. José I não quis uma cerimônia faustosa, sobretudo em razão da devastação provocada pelo Grande Terremoto ocorrido a menos de cinco anos. Nuno Monteiro descreve a maneira rápida e discreta que caracterizou o enlace:

A 6 de junho, dia do aniversário do rei, se fez o anúncio do casamento, que se celebrou na tarde desse mesmo dia, quando «concorreram ao Paço, não só as Pessoas que têm ingresso nele, mas infinitas outras, querendo ser testemunhas de semelhante felicidade». E depois da discreta cerimônia, «em todos os Templos se rendem publicamente graças a Deus. Todos universalmente se alegram; e nas três noites sucessivas se ilumina a cidade magnificamente».¹⁸⁰

¹⁷⁵ MONTEIRO, 2008, p. 183.

¹⁷⁶ CALMON, Pedro. **O Rei do Brasil**: vida de D. João VI. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 11.

¹⁷⁷ ROBERTS, 2013, p. 62.

¹⁷⁸ RAMOS, 2010, 56.

¹⁷⁹ ROBERTS, 2013, p. 63.

¹⁸⁰ MONTEIRO, 2008, p. 183.

Entre o casamento e a ascensão ao trono transcorreram-se 17 anos, no decurso dos quais D. Maria e D. Pedro viveram em Queluz.¹⁸¹ A família cresceu rapidamente. Um ano após o enlace, em 21 de agosto de 1761, nascia D. José, o Príncipe da Beira, sendo batizado na capela real da Ajuda, em 28 de agosto. D. Maria dedicou grande atenção à sua educação, mesmo depois de se tornar rainha. Afinal, não obstante os deveres régios, como primogênito, D. José era o herdeiro da Coroa Portuguesa e deveria ser preparado para tão prestigiosa função.¹⁸²

Em 26 de setembro de 1763, nasceu D. João, que apenas viveu algumas semanas falecendo em 10 de outubro, para a tristeza do casal. Quatro anos se passaram até o nascimento em 13 de maio de 1767 de um novo menino, que também recebeu o nome de D. João. No fim do ano seguinte, em 15 de dezembro veio à luz a infanta D. Mariana. Seis anos depois, nasceu a infanta D. Clementina, em 9 de junho de 1774 e, por fim, a infanta D. Isabel, em 22 de dezembro de 1776, vindo a falecer em 14 de janeiro de 1777.¹⁸³

De acordo com Pedro Calmon, havia certa predileção pelo primogênito tanto por parte do avô materno quanto por seu valido, Carvalho e Melo:

D. João, o segundo filho, não se parecia com o primogênito, o predileto do avô, o *príncipe desejado* do marquês de Pombal. D. José era esbelto, ágil, insubmisso. Sebastião José de Carvalho e Melo vislumbrara-lhe, na impaciência infantil, um traço de gênio. Sonhara com a realeza para ele. Mas uma realeza plasmada pela sua política antifeudal, antijesuítica e antibritânica: por um forte, novo Portugal, que não o da regência de D. Mariana, sonambúlico e fútil. O problema do reino consistia na sucessão del rei José. O advento de D. Maria seria o fim de Pombal; o de D. José II, a sua reabilitação. O marquês olhava aquele menino com uma ternura interesseira: lograra ser grande ministro de um rei fraco; mas, no futuro, um forte rei prescindiria de ministros fracos. D. José era a anunciada aurora; afinal subiria ao trono um príncipe educado para reinar.¹⁸⁴

Caetano Beirão denomina de maquinações o empenho que o ministro teve para evitar que D. Maria chegasse ao trono, pois sabendo da pouca afeição que o casal tinha por ele, o ministro temia perder seu poderio:

¹⁸¹ BOLÉO, 2009, p. 152.

¹⁸² PEREIRA, 2011, p. 119.

¹⁸³ BENEVIDES, 1878, p. 498.

¹⁸⁴ CALMON, 1932, p. 14.

Era preciso impedir que D. Maria Francisca ocupasse o trono, e colocar no seu lugar quem continuasse dócil instrumento do fero ditador. Parece que o projecto vinha de longe, concertado secretamente entre o Rei e o Marquês, e consistia em D. Maria renunciar seus direitos à coroa, os quais recairiam em seu filho, o Príncipe D. José, em quem se esperava que o avô abdicasse. Ora o Príncipe da Beira estava sendo educado por gente escolhida por Pombal, encontra-se rodeado de pessoas da confiança do ministro, tinha, em 1774, 13 anos apenas; ou por abdicação, seria um símbolo à sombra do qual o valido de D. José continuaria a usar de toda a sua influência. Esmagaria a facção da Rainha viúva, do Príncipe D. Pedro e dos áulicos que os rodeavam, como já tinha esmagado outras tentativas de resistência ao seu poderio, e veria, assim, garantida por mais tempo a sua posição.¹⁸⁵

Para além do maquiavelismo imputado a Pombal por uma parte da historiografia, cabe considerar que no Antigo Regime era comum que se desejasse um comando masculino. Aliás, de acordo com a historiadora inglesa Antonia Fraser, “um governante homem era encarado com a ordem natural das coisas”.¹⁸⁶ Portanto, não devemos considerar como atípico o comportamento do Rei e de seu Valido na preferência pelo infante D. José na sucessão régia.

Contudo, a grave doença, ataques apopléticos o que hoje se classificaria como uma trombose¹⁸⁷, que abateu o velho Rei resultou em seu afastamento político. A regência recaiu sobre a rainha, D. Mariana Vitória no fim de 1776.¹⁸⁸ Segundo Nuno Monteiro, não há como presumir em que momento Pombal percebeu o fim de seu valimento, entretanto, assim que o rei ficou combalido o jogo político ganhou novos matizes:

O rei doente foi apartado, enfim do valido. A rainha assumiu a regência a 29 desse mês [novembro]. Pombal apresentou um primeiro pedido de demissão ainda em vida do rei, a 17 de fevereiro de 1777, o qual foi recusado. De novo solicitou a 27 a sua demissão, que foi aceite a 4 de Março. Largas dezenas de presos, então liberados, e uma onda de panfletos clamavam contra ele. Seguiu-se o desterro em Pombal, o interrogatório, a sentença que o reputava culpado mas lhe não applicava penas. Exalou o último suspiro a 8 de Maio de 1782. D. José falecera há muito. À meia-noite do dia 24 de Fevereiro de 1777. Apesar de ainda ser mordomo-mor em exercício, já não foi o valido quem dirigiu as cerimônias fúnebres com que aquele foi sepultado em São Vicente de Fora.¹⁸⁹

¹⁸⁵ BEIRÃO, 1944, p. 67-68.

¹⁸⁶ FRASER, Antonia. **A Conspiração da Pólvora**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 26.

¹⁸⁷ MONTEIRO, 2008, p. 323.

¹⁸⁸ RAMOS, 2010, p. 61.

¹⁸⁹ MONTEIRO, 2008, p. 324. Cabe, contudo, salientar que embora alguns historiadores tenham sido taxativos em defender que o rei D. José I foi apenas um mero peão nas mãos do hábil “ministro”, alerta Monteiro: “de tudo o que se disse, resulta que há traços conhecidos da personalidade de D. José que permitem afirmar que a boa parte das opções políticas que em seu nome se fizeram, se

Os meses seguintes assistiriam à chegada de D. Maria ao trono português, a despeito da preferência de seu pai pelo neto. Começava assim um novo capítulo da monarquia lusa, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2

A PIEDOSA: O REINADO DE D. MARIA I (1777-1792)

O reinado josefino não foi longo nem opulento como o de seu pai, D. João V. Como visto no capítulo anterior, o período ficou marcado pelo Grande Terremoto de Lisboa, pela atuação de seu valido, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido por significativas transformações que buscou promover no império português, assim como pela coleção de inimigos e críticos que angariou. Doente e muito debilitado, mesmo afastado do trono, D. José I, mandou unir em matrimônio seu neto, o príncipe D. José, com a caçula, D. Maria Benedita, em 21 de fevereiro de 1777, três dias antes de sua morte.¹⁹⁰ Também teria se preocupado o moribundo rei em deixar instruções para sua herdeira, D. Maria, com recomendações ao seu governo.¹⁹¹ Essas últimas providências marcaram o fim do governo de D. José I e a transição para o reinado mariano, eventos que serão analisados ao longo deste capítulo.

2.1. A TRANSIÇÃO POLÍTICA

Com a morte do pai em 24 de fevereiro de 1777, assumiu o trono português D. Maria I, que foi a primeira mulher a ocupar o trono de Portugal. O que, segundo Francisco Benevides, foi “uma grande novidade no governo destes reinos”.¹⁹² Por essa razão é importante considerar o clima de tensão que marcou os últimos anos do reinado josefino, sobretudo, no que tange a possibilidade do primogênito de D. Maria, o príncipe D. José Francisco Xavier de Paula Domingos António Agostinho Anastácio (1761-1788), assumir o trono como herdeiro do avô. A esse respeito comenta Nuno Monteiro:

De forma mais detalhada, o embaixador francês transmite ao seu governo em Novembro de 1774, quando o rei dava já sinais de enfermidade, que há

¹⁹⁰ O jovem príncipe tinha apenas 15 anos, enquanto, sua tia materna era 14 anos mais velha. O casamento foi celebrado na capela da Barraca Real e terminada a celebração todos se dirigiram ao quarto do Rei. BENEVIDES, 1878, p. 481.

¹⁹¹ RAMOS, 2010, p. 69.

¹⁹² BENEVIDES, 1878, p. 486.

mais de quatro anos que se falava do projecto de abdição de D. José no seu neto homônimo, ao qual se opunha a rainha D. Mariana Vitória com apoio do irmão, e que a Inglaterra também não apadrinhava. A melhor comprovação da real importância do boato referido colhe-se no diário de próprio Freí Manuel de Cenáculo. Reportando-se já a D. Maria e D. Pedro e ao início de seu reinado, afirma ele: «a maior indisposição de ânimo dos Reis consiste na crença que deram às vozes de que eu, e o Marquês, pretendíamos estabelecer o Príncipe na sucessão, tirando-a à rainha, o que na verdade, foi sonho da emulação». Em conclusão, pela pena insuspeita de Cenáculo, que nega existência do projecto, fica-se a saber que não só se falava nele, como a princesa do Brasil e seu marido lhe tinham dado crédito e continuavam a dar depois da morte de D. José. Ou seja, tenha ou não existido tal projecto, o que é certo é que os seus naturais opositores acreditaram na sua existência. Tal basta para erigir num facto político central desses anos.¹⁹³

Assim como fizera D. João V em relação à D. Maria, mesmo convalescente, D. José I deixou por escrito ordens diretas para a consumação do matrimônio do príncipe com a tia, Maria Benedita:

Resta sublinhar para alguns detalhes, não de todo irrelevantes sobre aquelas que são, certamente, as últimas palavras escritas pelo rei, que já não poderia falar. Estas diziam respeito ao casamento do príncipe D. José com sua tia, 14 anos mais velha, ordenado a 21 de Fevereiro de 1777; note-se que o rei começou por escrever que «havia muito tempo que havia determinado» a consumação do mesmo. Deste segundo matrimônio sucessivo de tia com sobrinho [...] já há muito se falava e certamente que se dispunha das licenças papais para o efeito.¹⁹⁴

Ainda às vésperas de sua morte, o rei teria recomendado à filha algumas providências como o pagamento de dívidas adquiridas pela Casa Real e a soltura de dos presos políticos.¹⁹⁵ O historiador luso Luís de Oliveira Ramos, tratando sobre o contexto, esclarece que as ditas recomendações:

Continha seis artigos o papel atribuído a D. José. No primeiro confiava el-rei da virtude e religião da princesa, que ela haveria de reger em paz a seus vassallos com justiça e lealdade, empenhando-se ao mesmo passo no seu bem espiritual e temporal, observando zelosamente as leis divinas e humanas, mantendo as regalias da coroa, e enlaçando a Igreja e o estado pelos vínculos da sua proteção à verdadeira fé, que professava. No segundo artigo recomendava el-rei à filial piedade e ao affecto fraternal da princesa do Brasil, a rainha viúva e as infantas, fiando da sua virtude que lhe faria tanto bem, quanto fora sempre o amor do soberano à sua família. No terceiro pedia el-rei a D. Maria I que entendesse em concluir a igreja da *Memória*, que estava já meio edificada, e que lhe fizera voto de erigir, pela mercê com que Deus lhe salvara a vida na conjuração dos fidalgos rebeldes. No quarto artigo queria D. José que a filha solvesse várias somas, que ele não pudera até então satisfazer, porque o receio de uma guerra próxima e violenta, a qual exigisse grossas quantias em dinheiro, lhe

¹⁹³ MONTEIRO, 2008, p. 315-316.

¹⁹⁴ MONTEIRO, 2008, p. 323.

¹⁹⁵ BOXER, 2002, p. 203.

não deixara ocasião de pagamento. A quinta verba deste singular e piedoso testamento recomendava à rainha os servidores do soberano agonizante, e principalmente os que ela sabia lhe haviam tido sempre devoção e fidelidade. O sexto artigo finalmente aconselhava a D. Maria que concedesse perdão àqueles réus do estado, a quem houvesse por merecedores da sua clemência. El-rei terminava o seu escrito, afirmando que por todos os crimes e ofensas que destes culpados recebera, ele próprio lhes havia perdoado, para que Deus lho tomasse em conta na remissão dos seus pecados.¹⁹⁶

Ainda na seara de recomendações de D. José I à sua filha e futura rainha, encontramos a questão da clemência concedida aos presos políticos. É necessário destacar que tal ato não poderia ser considerado uma retratação, como nos alerta Nuno Monteiro:

Com a assinatura trémula de D. José se podem ver, nos fundos da Secretaria de estado do Reino, as breves ordens que expediu para a libertação do bispo de Coimbra [D. Miguel da Anunciação], [...]. Não chegou propriamente a fazer testamento. Apenas se lhe conhecem umas recomendações à princesa do Brasil, sua presuntiva herdeira, cuja autenticidade foi discutidas mas geralmente aceite. [...]. Aí recomenda à futura rainha que governe com suavidade, paz e justiça, «protegendo a Verdadeira Religião»; que complete a Igreja da Memória, «que prometi a Deus, e se acha meia feita»; que lhe pague as dívidas e se lembre dos seus criados; e, por fim, «que perdoará a pena legal àqueles criminosos de Estado que julgue dignos de perdão, enquanto à culpa que cometeram contra a minha pessoa ou contra o Estado; a todos tenho já perdoado, para que Deus me perdoe os meus pecados». A forma é inusitada, e esse é o primeiro ponto saliente. Mas apenas o último ponto parece traduzir algum recuo do rei, mesmo assim sem pôr em dúvida a culpabilidade dos «criminosos de Estado». Em Conclusão, mesmo às portas da morte e quando era notória a pressão para libertar os presos, D. José só condicionalmente admitiu a sua libertação e, mesmo assim, sem duvidar das imputações que se lhes faziam. Está-se muito longe de um acto de retratação.¹⁹⁷

Dentre os presos políticos perdoados, a pedido de D. José, estava o ex-confessor de D. Maria, o jesuíta Padre Timóteo de Oliveira, encarcerado em São Julião da Barra, em 1759. Tratando sobre o ocorrido, comenta a historiadora lusa Alice Lázaro:

Entre os que voltaram a ver a luz plena do dia vislumbrava-se o Pe. Timóteo de Oliveira, dando a mão ao outrora Procurador-geral da Província da Companhia de Jesus, Pe. José Perdigão, um dos que com ele saíra com vida da prisão do Junqueira.¹⁹⁸

¹⁹⁶ RAMOS, 2010, p. 70.

¹⁹⁷ MONTEIRO, 2008, p. 284.

¹⁹⁸ LÁZARO, Alice. **A Virtuosa Arte de Reinar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I – Pelo seu Confessor**. Lisboa: Chiado, 2016, p. 11.

Seja por seu apreço de menina ou para compensar de algum modo o velho confessor, o fato é que a rainha atribuiu a ele, em nove de setembro de 1777, uma pensão de duzentos mil reis.¹⁹⁹

Voltando às providências políticas relacionadas à sucessão, de acordo com Beirão, assim que D. Maria tomou conhecimento da morte de seu pai, recebeu em seus aposentos o Cardeal da Cunha, Aires de Sá e Melo²⁰⁰, Martinho de Melo e Castro e o Marquês de Pombal, os quatro ministros de Estado, para o primeiro beija-mão como soberana.²⁰¹ Apesar disso, é importante destacar que a situação de Pombal já começara a se definir ainda nos últimos anos de D. José:

Não é certo quando foi que Pombal se apercebeu da eminência da sua queda. Desde sempre se habituara a que os fidalgos que desempenhavam ofícios na Casa Real, mesmo quando com ele não simpatizavam, como seria o caso dos marqueses de Angeja e de Marialva, em nada o podiam afetar. Ainda em Janeiro de 1776, manteve a prática corrente de permanecer em Belém, enquanto os outros secretários de Estado, Aires de Sá e Martinho de Melo, acompanharam a família na sua deslocação a Salvaterra. Tendo falecido a 1 de Novembro o cardeal Saldanha, diz-se que foi ainda sob sua influência que foi proposto para o substituir o cardeal Silva e Sousa. Mas depois todos vaticinavam a sua queda. O rei doente foi apartado, enfim, do valido. A rainha assumiu a regência a 29 desse mês. Pombal apresentou um primeiro pedido de demissão ainda em vida do rei, a 17 de Fevereiro de 1777, o qual foi recusado. De novo solicitou a 27 a sua demissão, que foi aceite a 4 de Março. Largas dezenas de presos, então libertados, e uma onda de panfletos clamavam contra ele. Seguiu-se o desterro em Pombal, o interrogatório, a sentença que o reputava culpado mas não lhe aplicava penas.²⁰²

Conforme esclarece Kenneth Maxwell, “a nova rainha, D. Maria I, a primeira soberana da história de Portugal, fora por muito tempo o foco das esperanças dos inimigos de Pombal”.²⁰³ Ainda de acordo com o historiador britânico, vários eram os grupos de oposição ao antigo valido, desde jesuítas a comerciantes que não se beneficiaram dos privilégios e proteção especiais dos colaboradores de Pombal, o clero ultramontano e até os aristocratas que não se haviam comprometido com o

¹⁹⁹ LÁZARO, 2016, p. 14.

²⁰⁰ “[...] Sá e Melo sobe a secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, lugar que ocupará por 12 anos, tanto no reinado de D. José como no de D. Maria. Aires de Sá e Melo era pai do 1º visconde de Anadia, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros”. LOPES, Maria Antónia. Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI (2002-2003), p. 203-274 v. 2, p. 217. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12744/1/Maria%20Ant%20nia%20Lopes%2036%20vol%202.pdf> Acesso em: 27 de set. de 2017.

²⁰¹ BEIRÃO, 1944, p. 71.

²⁰² MONTEIRO, 2008, p. 324.

²⁰³ MAXWELL, 1996, p. 161.

regime e os britânicos, pois “todos encontraram eco para suas queixas no novo ambiente político”.²⁰⁴

Podemos observar que a situação de Pombal no novo governo ficou insustentável. Vejamos abaixo a íntegra do documento em que a rainha aceita o pedido de demissão feito pelo Marquês:

Tendo consideração à grande, e distinta estimação que El-rei meu Pai, que Santa Glória haja, fez sempre da Pessoa do Marquez de Pombal; e representando-Me o mesmo Marquez, que a sua avançada idade, e moléstias, que padecia, lhe não permittia continuar por mais tempo no Meu Real serviço, pedindo-Me licença, para demittir todos os Lugares e Empregos, de que se achava encarregado, para poder se retirar-se à sua Quinta de Pombal: Attendendo ao referido, Sou Servida aceitar lhe a dita demissão, e conceder-lhe a licença que pede: E Hei outrossim por bem, que durante a sua vida fique conservado os mesmos ordenados, que tinha como Secretario de Estado dos Negócios do Reino; e além delles lhe Faço mercê por graça especial da Commenda de S. Thiágo de Lanhoso do Arcebispado de Braga da Ordem de Christo, que se acha vaga por falecimento de Francisco de Mello e Castro. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 4 de Março de 1777. = Com a rubrica da rainha.²⁰⁵

Outro secretário dispensado foi o Cardeal D. João Cosme da Cunha e Távora (1715-1783), ainda no início de 1777.²⁰⁶

Apesar do afastamento definitivo de Pombal, não se pode negar que muito do novo quadro administrativo que deu suporte ao novo governo foi oriundo do velho Marquês, pois “[...] seu espírito continuaria projetando-se por toda a geração de estadistas do reinado seguinte, encarnado quer nos próprios agentes pombalinos sustentados na nova administração, quer no teor das ideias e reformas então encaminhadas”.²⁰⁷

Observamos a dinâmica do Antigo Regime se restaurando, nesse caso especificamente, a alta nobreza outrora ceifada de suas atribuições, se reabilitando à frente da corte lusa. Apesar da historiografia tradicional²⁰⁸ rotular o governo

²⁰⁴ MAXWELL, 1996, p. 162.

²⁰⁵ COLLECÇÃO da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maigrense, anno de 1828, p. 140.

²⁰⁶ BEIRÃO, 1944, p. 94.

²⁰⁷ SILVA, 2006, p. 101-102.

²⁰⁸ Francisco José Calazans Falcon utiliza o termo “Viradeira” para se referir ao governo mariano. FALCON, 1989, p. 69. Do mesmo modo, o faz Joaquim Serrão quando pontua que “o clima da Viradeira não foi o bastante para levantar a maldição que pesava sobre essa família [Távoras]”.

mariano de “Viradeira”, sobretudo por conta da restauração da política de mercês, retomada no modelo habitual, o Legado pombalino não desapareceu. Conforme destaca Nuno Monteiro,

[...] o principal e mais irresistível impacto do governo pombalino foi político e simbólico e, a esse nível, jurídico-institucional. Representou, assim, uma afirmação sem precedentes da supremacia da realeza sobre os demais poderes e instituições. Um precedente sem retorno. Institucionalmente, o governo do marquês de Pombal representou a constituição do «governo» – as secretarias de Estado, hoje ministérios – e a supremacia do governo e dos respectivos ministros sobre as outras instituições da administração central, designadamente sobre os conselhos, embora estes subsistissem até 1833, e sobre os Grandes do reino, que até aí constituíam, através do Conselho de Estado um núcleo central no processo de decisão política. Traduziu ainda, no plano político, a afirmação de princípio de que a realeza podia mudar a ordem das coisas. É verdadeiramente no reinado de D. José que se inaugura em Portugal a intervenção reformadora e autoritária do Estado e do governo em múltiplos domínios da sociedade. Uma herança que nunca mais seria esquecida.²⁰⁹

Para o novo governo que se instaurava, D. Maria I nomeou quatro ministros: o Marquês de Angeja, o Visconde de Cerveira, Aires de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro. Para o cargo de confessor da rainha se manteve o bispo de Penafiel, D. Frei Inácio de São Caetano.²¹⁰

Para conhecer melhor o perfil do governo mariano, é importante identificar quem eram esses homens. O Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa (1716-1788), que foi designado para o cargo de ministro assistente ao despacho e presidente do Real Erário, fazia parte da primeira nobreza e estava ligado à própria Família Real. Ademais, era amigo do rei, D. José I, por quem nutria grande consideração. Ainda conforme Beirão, o Marquês de Angeja “era sem dúvida inteligente («fino e sagaz») e possuía uma erudição muito acima do vulgar. Entre a nobreza, consideravam-no até como homem de talento. Cultivava com desvelo as ciências naturais”.²¹¹

O Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos (1727-1800), foi nomeado como Secretário de Estado do Reino, cargo antes ocupado por Pombal. O novo secretário era oriundo da alta fidalguia, tendo

SERRÃO, 2004, p. 300. Esse termo também é muito utilizado pelos livros didáticos de História de Divalte Garcia Figueira e de Ronaldo Vainfas, entre outros.

²⁰⁹ MONTEIRO, 2008, p. 326.

²¹⁰ RAMOS, 2010, p. 71.

²¹¹ BEIRÃO, 1944, p. 79.

seu pai morrido na prisão durante o governo de D. José. De acordo com Beirão, “era outra figura proeminente, e das mais proeminentes da classe nobre. A sua entrada para o ministério representava uma reparação”.²¹² Seja como for, segundo o cronista e censor régio, António Ribeiro dos Santos, Cerveira “[...] queria governar Portugal por meio ‘do sistema dos quatro is’: inquisição, inconfidência, ignorância e indigência”.²¹³

Aires de Sá e Melo (1690-1786), designado como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra²¹⁴, era, segundo Beirão, “a figura mais insignificante do ministério. Fora, durante muitos anos, ministro plenipotenciário na cômte de Madrid, onde teve acção muito apagada”.²¹⁵ Esse ministro já fazia parte do quadro fixo do governo josefino e continuou ocupando o mesmo cargo no governo mariano.²¹⁶

Por fim, Martinho de Melo e Castro (1716-1785), Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Era “o filho mais novo da nobre casa dos Galveias”²¹⁷ e já fazia parte da administração pombalina. De acordo com Kenneth Maxwell, “sempre fora muito cuidadoso em cortejar o marquês d’Angeja e havia permanecido neutro durante os conflitos de Pombal com o Clero”.²¹⁸ Além de cauteloso, Martinho de Melo e Castro era um homem bem preparado, pois foi diplomata, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, embaixador de Portugal em Londres durante o reinado de Jorge II. Além disso, “foi nomeado embaixador extraordinário em França junto do Congresso de Paris, que pôs fim a Guerra dos Sete anos”.²¹⁹

Como é possível notar, se, por um lado, parte da alta fidalguia retomou os lugares de poder a que se julgava merecedora, em contrapartida, não se pode ignorar que uma parcela significativa da burocracia pombalina permaneceu como esteio do novo

²¹² BEIRÃO, 1944, p. 87.

²¹³ PEREIRA, José Esteves. **O pensamento político no século XVIII**: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.122. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_pensamento_pol%C3%AAdtico_em_Portugal_no_s.htm?id=1cyGAAAAMAAJ&redir_esc=y Acesso em: 03 de jun. de 2017.

²¹⁴ RAMOS, 2010, p. 330.

²¹⁵ BEIRÃO, 1944, p. 92.

²¹⁶ RAMOS, 2010, p.71.

²¹⁷ MAXWELL, 1996, p. 162.

²¹⁸ Martinho e Melo também era bem quisto pelos ingleses, pois viam nele um homem “favorável aos interesses britânicos”. MAXWELL, 1996, p. 162.

²¹⁹ BOLÉO, 2009, p. 355.

governo. Cabe também destacar que todas essas providências foram tomadas ainda antes da coroação da Rainha.

2.2 A CERIMÔNIA DA COROAÇÃO

Para tratar da cerimônia de Coroação de D. Maria I partimos das informações contidas no *Auto do Levantamento, e Juramento que os Grandes, Títulos Seculares, Eclesiásticos, e mais Pessoas, que se acharão presentes, fizeram á Muito Alta, Muito Poderosa Rainha Fidelíssima a Senhora D. Maria I, Nossa Senhora na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, sendo Exaltada, e Coroada sobre o Régio Throno juntamente com o Senhor Rei D. Pedro III, na tarde do dia Treze de Maio. Anno de 1777*. Essa fonte descreve detalhadamente toda a preparação e execução de todo o prestigioso evento: desde a estrutura montada, os ritos com seus discursos, as pessoas que compareceram e até detalhes das vestimentas da monarca e da Família Real.

Segundo consta no próprio Auto, sua finalidade era a de fazer uma exata narração do evento, pois desse modo, a memória da incomparável glória da soberana seria eternizada para a lembrança da nação portuguesa.²²⁰ Assim se inicia o referido documento:

Em nome de Deos. Amem. Saibão quanto este Auto, e Instrumento feito por mandado da Rainha Nossa Senhora virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos setenta e sete, sempre memorável para esta Monarquia, presidindo como supremo Pastor da Igreja o Santissimo Padre Pio VI. Em terça feira treze do mez de Maio, dia, em que a Nobreza, e o Povo desta Corte de Lisboa rendem a Nossa Senhora dos Martyres o antigo, e religioso culto de maior devoção, em memória de lhe ser dedicada a primeira Freguezia da Capital deste Reino; vindo particularmente do Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, da sua Regia habitação, para a galeria Occidental da Real Praça do Commercio, onde se lhe tinha preparado huma decente, e magnífica accomodação da parte do rio Téjo; a Muito Alta, e Muito Poderosa Senhora a Rainha Fidelicissima Dona Maria a Primeira de Portugal Nossa Senhora, Filha Primogenita, Herdeira, e Successora de EIRei o Senhor D. José o Primeiro, que santa gloria haja, e da Rainha a senhora Dona Marianna Victoria, acompanhada de EIRei Fidelissimo o Senhor D. Pedro Terceiro Nosso Senhor, e de todas as Pessoas Reaes, se fez o Levantamento, e Juramento de Sua Magestade Fidelissima na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, em que succedeo a seu Augusto Pai, sendo exaltada, e coroada sobre o régio Thono juntamente com o Senhor rei D. Pedro seu Esposo e Tio, Filho do Senhor Rei Dom João V., e da Rainha a Senhora Dona Marianna de

²²⁰ AUTO, 1780, p. 5.

Austria, que santa gloria hajão; pelos Grandes Titulos Seculares, Ecclesiasticos, e mais Pessoas da Nobreza, que se acharão presentes, na fôrma que ao diante se dirá.²²¹

É importante também frisar que o Auto do Levantamento era um documento oficial, produzido a mando da Coroa, tendo sido redigido por António Pedro Vergollino, escrivão da Câmara de sua Majestade, fidalgo e tabelião público.²²² Trata-se de um registro detalhado que explica os ritos da solenidade, o local escolhido, a estrutura construída para a celebração, além dos nomes dos responsáveis por cada função dos preparativos da aclamação:

Para se celebrar este magnífico, e espectável Auto se destinou o sítio dos antigos Paços da Ribeira na dita Real Praça, onde se mandou construir de novo huma magestosa Varanda, cuja planta, e risco delineou o Sargento Mór Mattheus Vicente de Oliveira, commettendo-se a inspecção della ao Conde da Ponte José António de Sousa Saldanha de Menezes e Castro, Mórdomo mor de ElRei Nosso Senhor, seu Gentil-Homem da camara, Brigadeiro de Infantaria, e Coronel Comandante do Regimento de Peniche, de gênio, e talento o mais hábil, e prompto em dar as providencias necessárias para a sua inteira execução; tendo, além da vastidão da sua idéa, e grandeza de espírito, recebido de Sua Magestade amplíssimas, e illimitadas ordens para a perfeição, e riqueza desta soberba obra.²²³

O Auto do Levantamento ainda descreve em minúcias a riqueza da ornamentação e o zelo das tapeçarias, dos tecidos de alto padrão, dos bordados, dos brocados e fios de ouro, além das talhas e móveis utilizados. A respeito do interior da varanda observa-se que

Ornava a parte interior da Varanda hum riquíssimo aparato de veludo, e seda carmesim; e toda a cimalha Real entre as columnas se via guarnecida com fastões de seda, ornados de franjas e borlas de ouro: entre os capitéis das columnas medeavão pendentes vinte e tres medalhões, ficando quatro entre as columnas, que adornavão os corpos lateraes: entre as mesmas columnas pendião também varios genios, sustentando nas mãos as Reaes insígnias de Coroa, Sceptro, e Palmas; e nos ditos medalhões estavam pintados os Imperadores, e Reis, que a Fama decanta mais gloriosos em acções heroicas.²²⁴

O texto todo ainda faz menção a “[...] cadeiras na grandeza majestosa, e ambas semelhantes no adorno, e feitiço; a organização era de talha sobredourada [...], véu de nobreza carmesim, bordado, e guarnecido com estrelas, e renda de ouro”.²²⁵

²²¹ AUTO, 1780, p. 3-4.

²²² AUTO, 1780, p. 4.

²²³ AUTO, 1780, p. 5-6.

²²⁴ AUTO, 1780, p. 8.

²²⁵ AUTO, 1780, p. 10.

Além da disposição da Família Real e do séquito da Rainha, também foi pensada uma estrutura de apoio com tribuna, camarins e antessalas. Segundo o documento, as impecáveis peças de prataria foram encomendadas na França:

Estas três mesas estavam guarnecidas de riquíssima, e copiosas baixelas de prata, feita modernamente na Corte de Paris pelo célebre artífice Germain por especial ordem de El-Rey o Senhor D. José I, sendo a primeira vez que sérvio, e appareceu em público com a maior admiração, e applauso de todos os Nacionaes, e estrangeiros, que tiveram a honra de gozar deste novo, agradável, e brilhante espetáculo nunca visto em semelhantes funções.²²⁶

E não somente a prataria como também as 14 alcatifas²²⁷, “[...] todas ricas na qualidade e formosas no desenho [...]”.²²⁸ Percebemos que a cerimônia foi cuidadosamente preparada incluindo a vestimenta da soberana,

[...] riquíssimamente vestida com o precioso manto de tafetá tecido com fio de prata, e recamado com lantijolas, canutilhos, e palhetas; o assento que parecia totalmente coberto de ouro; o peitilho, e corpo interior era todo guarnecido com flores de brilhantes de excessivo preço, e admirável artifício; vendo-se pendente da fitta cor de fogo a Cruz da Ordem de Christo, composta de diamantes brilhantes de huma extraordinária e pasmosa grandeza: igualmente se admirava no mais adorno ricos adereços, e joias, d’onde pendião diversos, e preciosos fios de brilhantes de inexplicável preço. O toucado fingia huma Coroa Imperial²²⁹

O documento revela que assim como a rainha D. Maria I estava excepcionalmente vestida, também o Rei Consorte, a Família Real e a Primeira Nobreza usaram trajes especiais na solenidade.²³⁰

Vale destacar que, de fato, desde 24 de fevereiro D. Maria já governava o reino. Contudo, sua aclamação só ocorreu no dia 13 de maio de 1777. Segundo Caetano Beirão:

O dia estava esplêndido – notam os contemporâneos – e logo de manhã cedo, o Tejo se apresentou coalhado das mais variadas embarcações, cheias de curiosos que assim pretendiam assistir às festas, os telhados próximos se pejaram de espectadores, e o Terreiro do Paço se juntou de compacta multidão ansiosa por presenciar as cerimônias da aclamação da soberana. Estas iam ter lugar numa enorme varanda construída, para esse fim, no sítio em que antes se erguiam os paços da Ribeira. A fachada dessa galeria era formada por vinte e oito arcos sustentados em colunas coríntias,

²²⁶ AUTO, 1780, p. 15.

²²⁷ Tapetes grandes que serviam tanto para cobrir o chão quanto a parede.

²²⁸ AUTO, 1780, p. 9.

²²⁹ AUTO, 1780, p. 23-24.

²³⁰ AUTO, 1780, p. 24.

imitando mármore oriental, como se vê no desenho de Carneiro e Silva, que está no Museu do Coches. A ornamentação, quer exterior quer interior, do improvisado edifício, era esplendorosa: escudos, troféus, figuras alegóricas, ricos tapetes e brocados. No centro da praça, formaram quatro regimentos de infantaria, ostentando os seus uniformes novos; junto à varanda, a guarda real; e no Rossio e Pelourinho, piquetes de três regimentos de cavalaria que estavam, então, em Lisboa.²³¹

Ainda sobre a suntuosidade do trabalho de Carneiro e Silva, o pesquisador Miguel Figueira de Faria pontua que

A varanda construída para a aclamação de D. Maria I que revela uma regularidade de alçado tardo barroco classicizante, com alguns detalhes de rococó, anda atribuída a Carneiro da Silva (1727-1818). O apontamento que dela fez e que se encontra no Museu do Coches atesta que estamos perante uma esmerada composição de arquitetura efêmera aparatosa que deslumbrou a todos²³² proporcionando funcionalidades de ritual e de simbolismo político.²³²

De acordo com Caetano Beirão, as festividades tiveram início com uma missa de pontifical, em uma capela de madeira especialmente erigida ao lado da varanda onde se posicionaria a Soberana.²³³ “A missa ‘foi dirigida ao Divino Espírito Santo para a ilustração dos novos Monarchas em o acerto do bom regimen do seu Reino”.²³⁴ Se tratou de um acontecimento épico, visto que as cortes não se reuniam em Portugal já fazia mais de cem anos.²³⁵

Após quase todos os ritos e protocolos da solenidade como o recebimento do Real Cetro e do posicionamento do Rei Consorte, incluindo a oração feita pelo desembargador do Paço Dr. José Ricalde Pereira e Castro. D. Maria se ajoelhou na almofada, segurando o cetro agora com a mão esquerda e com a direita espalmada na Cruz da Ordem de Cristo que trazia ao peito, repetiu o juramento que os presentes de pé ouviram:

Juro, e prometto com a graça de Deos vos reger, e governar bem, e diretamente, e vos administrar diretamente justiça, quanto a humana fraqueza permite; e de vos guardar vossos bons costumes, privilégios,

²³¹ BEIRÃO, 1944, p. 119.

²³² FARIA, Miguel Figueira de. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio**. Lisboa: Leya, 2012, p. 233.

²³³ BEIRÃO, 1944, p. 120.

²³⁴ MILHEIRO, Maria Manuela. Festa, Pompa e ritual: a Aclamação de D. Maria I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. **Barroco: Actas do II Congresso Internacional**, 2003, p. 573. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7527.pdf> Acesso em: 11 de jun. de 2017.

²³⁵ BEIRÃO, 1944, p. 122.

graças, mercês, liberdades, e franquezas, que pelos Reis Meus Predecessores vos forão dados, outorgados e confirmados.²³⁶

Em seguida a Rainha voltou a sentar para receber as homenagens e os juramentos daqueles que lhe deveriam prestar.²³⁷ Ainda ocorreram os demais protocolos até que a soberana se dirigiu a varanda e lá,

O innumeravel Povo, que ocupava a Praça do Commercio, e que esperava já com impaciência este feliz annúncio, rompeo em altos vivas, e outras muito significates expressões de alvoroço, amor, e alegria, fazendo bem visível a fidelidade de seus leaes coração no extremoso affecto, com que acclamavão a Sua Magestade por sua Rainha, e Senhora destes Reinos, e seus Dominios; ouvindo-se ao mesmo tempo ao final dos foguetes repicar os sinos das Sés, [...] e navios mercantes com igual estrondo, sem por isso cessar o eco dos vivas, que seria com tal força os ares, que bem se deixava perceber entre a plausivel confusão das salvas, e dos repiques.²³⁸

De acordo com Beirão, “parece que realmente não havia memória dum monarca ser aclamado com tanto entusiasmo”.²³⁹ O documento ainda faz menção às acomodações que se destinavam ao séquito da rainha D. Maria. Nesse caso, a corte de sua majestade também deveria partilhar do cuidado e riqueza de detalhes em suas acomodações, pois:

Da mesma parte esquerda do Throno Real se fabricou por longo huma tea, que tinha no comprimento cento e cinco palmos, e cinco de largo e tres e meio de alto no parapeito, coberta de veludo encarnado guarnecido com fino galão de ouro, a qual sérvio de vistosa, e decente accomodação á Marqueza de Vila Flor, Camareira mór, e mais Damas, que cortejarão a Rainha Nossa Senhora neste acto.²⁴⁰

Para além de um ato político e social, a cerimônia de aclamação também se refere à figuração de corte, uma vez que esse tipo de ritual seguia regras bem precisas e uma meticulosa organização. Ademais, “era nessas ocasiões que o rei [neste caso, a rainha] aproveitava para marcar as diferenças de nível, distribuindo suas distinções, provas de favorecimento ou de desagrado”.²⁴¹ Conforme já destacou o sociólogo alemão Norbert Elias, observa-se que nesse caso a “etiqueta tinha uma função simbólica de grande importância na estrutura dessa sociedade e dessa forma

²³⁶ AUTO, 1780, p. 76.

²³⁷ AUTO, 1780, p. 77.

²³⁸ AUTO, 1780, p. 84-85.

²³⁹ BEIRÃO, 1944, p. 124.

²⁴⁰ AUTO, 1780, p. 11.

²⁴¹ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 102.

de governo”.²⁴² Por isso, o espaço reservado ao lado do trono para o séquito de sua majestade.

Pontuações importantes sobre esse documento são apresentadas pela pesquisadora galega Raquel Bello Vázquez. É ela quem nos chama atenção para a importância dada ao Rei Consorte já no título do documento, pois ao Auto do Levamento

[...] se atribui um papel destacado ao seu consorte já no próprio título. A importância deste texto para a compreensão do reinado de D. Maria radica em que nom é de um dos muitos elogios publicados com motivo da coroação da nova Rainha, se nom que constitui umha espécie de acta oficial do acontecimento, o que nos esta a indicar que desde a própria Corte se queria dar um destaque especial a figura de D. Pedro, fazendo-a equivaler à da sua esposa.²⁴³

A historiadora destaca a questão do casamento da Rainha com D. Pedro, cujo enlace “tranquilizou os ânimos dos seus Vassallos”.²⁴⁴ Segundo Vázquez, por meio de tal expediente foi possível legitimar o direito ao trono por D. Maria.²⁴⁵

Voltando ao ritual da coroação, podemos perceber que o discurso da oração do desembargador do Paço, Dr. José Ricalde Pereira e Castro, inicia-se, como de praxe²⁴⁶, prestando homenagens a D. José I e destacando seus feitos e virtudes, depois faz menção aos desejos do monarca falecido, deixados escritos para sua herdeira:

Temos visto (naquelle tempo, em que a pálida morte avançava para ele com descarnada mão) as seis recomendações que dirigio a V. Majestade, como Herdeira, e Successora dos seus Reinos, tão cheias de Unção, de Justiça, de Piedade, e de religião, que correndo impressas, e fazendo o bom character de hum Rei justo, nos fazem acreditar, que seria preciosa aos olhos de Deos a morte, que terminou huma vida a mais gloriosa aos olhos dos homens.²⁴⁷

²⁴² ELIAS, 2001, p. 102.

²⁴³ BELLO VÁZQUEZ, Raquel. **Uma certa ambição de gloria**. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798). Tese. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2005, p. 308.

²⁴⁴ BELLO VÁZQUEZ, 2005, p. 308.

²⁴⁵ BELLO VÁZQUEZ, 2005, p. 308-309.

²⁴⁶ Segundo Joaquim Serrão, nesse tipo de discurso sempre era invocado os feitos dos reis anteriores, Cf. SERRÃO, 2004.

²⁴⁷ AUTO, 1780, p. 61.

É importante considerar de que modo a imagem de *Piedosa*, alcunha que D. Maria I carregou durante todo o seu reinado, começou a se desenhar já nos primeiros atos de seu reinado. Tal adjetivo aparece em dois momentos na cerimônia: no começo da oração, como observamos no trecho acima e quando trata da liberação dos presos: “Os generosos efeitos da Regia piedade de huma tal Rainha apparecem por toda a parte; mas muito particularmente na soltura de tantos presos de hum, e outro foro, que gemião nas tenebrosas prizões, e nos tristes degredos”.²⁴⁸

Nesse sentido, é importante retomar os ensinamentos de Elias: “na sociedade de corte a realidade social residia justamente na posição e na reputação atribuídas a alguém por sua própria sociedade”.²⁴⁹ Assim sendo, era necessário que ocorresse a confirmação diante dos seus pares, posto que o pertencimento à “boa sociedade” fundamentava-se tanto na identidade pessoal, no título de nobreza, quanto na existência social e na aceitação da corte.

Destarte, cabe fazer alusão ao historiador alemão Ernst Kantorowicz que em sua obra *Os Dois Corpos do Rei*, explica que:

O misticismo, quando transposto do cálido crepúsculo do mito e da ficção para o frio foco de luz da razão e do fato, geralmente deixa pouca coisa que o recomende. Sua linguagem, a menos que ressoe no interior de seu próprio círculo mágico ou místico, parecerá muitas vezes pobre e até ligeiramente tola, e suas metáforas mais intrigantes e imagens mais extravagantes, quando privadas de suas asas iridescentes, podem facilmente lembrar a visão patética e lamentável do Albatroz de Baudelaire. O misticismo político, em particular, corre o risco de perder o encanto ou tornar-se bastante insignificante quando retirado de seu ambiente nativo, seu tempo, seu espaço.²⁵⁰

Sendo assim, ao observar a sociedade de corte portuguesa desse período ou qualquer outro tipo de corte europeia do Antigo Regime, devemos ter o cuidado de perceber que estamos lidando com outro tipo de realidade social, carregada de suas próprias regras e significados. Complexa e envolta em suas estruturas de etiqueta e na autorrepresentação da nobreza, essa estrutura pode parecer-nos frívola, mas fazia todo sentido para os homens e mulheres de sua época, por isso, a importância dada à cerimônia de aclamação. Portanto, Marcos Antônio Lopes conclui que

²⁴⁸ AUTO, 1780, p. 67.

²⁴⁹ ELIAS, 2001, p.111.

²⁵⁰ KANTOROWICKS, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei**: Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

Além da sagração, os demais ritos do antigo Regime foram concebidos como cerimonial da monarquia, cada um deles condensado funções simbólicas importantes para a fundação de uma nova linguagem do poder régio. [...] Nos séculos XVI e XVII, os cerimoniais monárquicos foram a fachada cênica da propaganda régia, e tornaram tangíveis tanto a pompa quanto a ideologia monárquica, expressa pela doutrina do direito divino dos reis.²⁵¹

2.3 O REINADO MARIANO E A HISTORIOGRAFIA DO TEMA

O reinado de D. Maria I não se destacou pela opulência vivida no período joanino ou pela catástrofe que implicou na reconstrução de Lisboa, o Terremoto de 1755, acontecimento que marcou o reinado de seu pai. As questões que se colocavam eram de outro tipo. Portugal, assim como a Europa, vivia um processo de transformações:

Em 1777, [...] já a Revolução Industrial estava em marcha em Inglaterra, e as colônias da América do Norte tinham declarado a independência no ano anterior. A França mostrava indícios de grandes mudanças políticas e sociais e todas as potências europeias procuravam os melhores aliados. Na Europa, a burguesia abastada atingira um peso significativo [...]. O comércio ultramarino e a busca de novos mercados era uma das grandes prioridades, estando Portugal particularmente vulnerável, devido às suas colônias em três continentes e a concorrência desenfreada de outras potências [...].²⁵²

O governo de D. Maria aparece na historiografia como uma espécie de antítese ao período pombalino. Raquel Bello Vázquez comenta que esse período se converteu “na representação do obscurantismo frente às Luzes ilustradas, identificando-se sua ascensão ao trono com o final das reformas ilustradas em Portugal”.²⁵³ O historiador Augusto França também aponta nesse sentido ao afirmar que:

D. Maria I, "A Piedosa", era-o exageradamente, cheia de horrores de consciência perante a herética e dura acção do ministro-ditador que dominara todo o reinado paterno. Por detrás dela e do pobre marido e tio, o sorumbático rei-consorte, D. Pedro, a quem chamavam "O Capacidónio", definia-se o Governo, onde inimigos do cônsul caído, porta-vozes da velha nobreza que clamava vinganças, contrariavam a acção de um ou outro ministro ainda de escolha pombalina, num complexo jogo de influências e de interesses em que a Nação ia perdendo vivência europeia. [...] À beira duma Europa feliz, vivendo então no prazer de descobrir novos objectos que acrescentavam a sua comodidade, aguçando-lhe o espírito curioso, e no gosto de se debruçar sobre novas ideias, que despertavam o seu interesse e a sua crítica, Portugal fechava-se numa interminável e deleitosa

²⁵¹ LOPES, 2012, p. 62-63.

²⁵² BOLÉO, 2009, p. 23-24.

²⁵³ BELLO VÁZQUEZ, 2005, p. 300.

penitência, marcada por toiradas e gozos mais seráficos, entre procissões, óperas de "castratti" e representações de fantoches.²⁵⁴

Como é possível perceber, caracteriza-se o reinado de D. Maria I como retrógrado e obscuro, atribuindo-se à Rainha uma religiosidade excessiva²⁵⁵ que contrastaria com as medidas de separação entre Igreja e Estado, impostas por Pombal. O reinado mariano ficou conhecido na historiografia como *Viradeira*, ou seja, “a reversão das diretrizes adotadas pelo marquês de Pombal durante o reinado de D. José I”.²⁵⁶ Criase, por conseguinte, uma imagem da governante e da sociedade da época que era dominada tanto pela Igreja como por uma nobreza atrasada e anti-ilustrada, culturalmente pobre e afastada das principais correntes de pensamento europeias.

Contudo, é importante destacar que existiram muitas continuidades, além de progressos significativos no governo mariano, tais como: a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa²⁵⁷ (1779), a Academia das Guardas Marinhas (1782) e a Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho (1790), todas elas destinadas à formação das futuras elites.²⁵⁸ Além disso, data desse período a primeira tentativa de revisão da complexa legislação portuguesa e a retomada, no plano internacional, das negociações com a Espanha sobre as fronteiras americanas consolidadas em 1778.²⁵⁹

No que diz respeito à continuidade dos aspectos ilustrados durante o período mariano, esclarece o historiador Francisco Falcon que esse governo reforçou a corrente científicista e pragmática da Ilustração, sobretudo por meio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Segundo ele,

Suas principais linhas de pensamento e ação configuram uma política colonial que, embora fosse ainda mercantilista, assimilava os elementos

²⁵⁴ FRANÇA, José Augusto. **A arte em Portugal no século XIX**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980, p. 23-25 *passim*.

²⁵⁵ Poderíamos, neste caso, até pensar que esta característica teria alguma relação com o governo joanino, uma vez que já no período de seu avô D. João V, os reinos Ibéricos tinham uma imagem negativa voltada para a influência perniciosa da superstição e ao catolicismo. MONTEIRO, 2015, p. 358.

²⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 173.

²⁵⁷ Mesmo que o reino luso já tivesse outras academias, como a Academia Real de História Portuguesa (1720), a Academia Real das Ciências de Lisboa foi o mais notável estabelecimento científico em Portugal. PEREIRA; RODRIGUES, 1904, p. 42.

²⁵⁸ GARCIA, José Manuel. **Dicionário Essencial de História de Portugal**. Lisboa: Editora Presença, 2010, p. 196-197.

²⁵⁹ VAINFAS, 2000, p. 174.

novos do pensamento da época, sobretudo o incentivo à produção, inclusive na colônia, sem abrir mão evidentemente do patrimônio e do “exclusivo”.²⁶⁰

O período da *viradeira*²⁶¹, mais que uma ruptura terminante e incontestável com o passado pombalino, passou a ser entendido pela historiografia mais atual como uma maneira de conceber a política fundada na reforma do aparelho de Estado, no domínio fiscal, militar ou da administração da justiça, mais uma mostra da continuidade do regime pombalino. Nesse sentido, destacamos as obras dos historiadores Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – 1750-1807 – O despotismo iluminado*, que trata tanto do período do Marquês de Pombal, quanto do reinado de D. Maria I até a partida da corte para o Brasil.²⁶² E também de Oliveira Marques, *História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais*, que apesar de destacar o curto período do governo mariano aponta, principalmente, fatos da ilustração portuguesa.²⁶³

Como alerta Bello Vázquez, é preciso atentar para a incompatibilidade entre a imagem de obscuridade atribuída ao governo mariano e as medidas de caráter ilustrado empreendidas sob sua tutela:

Repare-se que a identificação do período mariano com o obscurantismo religioso e com a reação contra as Luzes nem sempre é coerente com a criação por parte da coroa de determinadas instituições de claro pendor ilustrado, como a Academia Real da Marinha (1779), a Casa Pia (1780), a Academia das Guardas Marinhas (1779), como cedeu um local para as suas reuniões e exerceu a sua protecção sobre esta instituição de carácter científico, pedagógico e político.²⁶⁴

A primeira das instituições foi estabelecida no Colégio dos Nobres, se tratava da Academia Real da Marinha criada por meio de um alvará em cinco de agosto de 1779. Era voltada para os estudos de três anos, “1º Arithimética, Geometria, trigonometria e princípios d’algebra; 2º ano, calculo e mechanica; 3º ano:

²⁶⁰ FALCON, Francisco J. C.. Da Ilustração a revolução - Percursos ao Longo do Espaço – Tempo Setecentista. Acervo: **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan.-jun.,1989, p. 80.

²⁶¹ Viradeira é a denominação utilizada pela historiografia tradicional para caracterizar o período do reinado de D. Maria I, conforme já apontado na p. 7.

²⁶² SERRÃO, 2004, p. 7.

²⁶³ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais**. Lisboa: Presença, 1998, p. 566.

²⁶⁴ BELLO VÁZQUEZ, Raquel. **Mulheres do século XVII, A Condessa de Vimieiro**. Lisboa: Ela por ela, 2006, p. 77.

elementos de astronomia e theoria da navegação”.²⁶⁵ Vale ressaltar que os professores e estudantes dessa instituição gozavam dos mesmos privilégios que os da Universidade de Coimbra.

A historiadora Ana Rosa Cloquet da Silva apresenta valiosa contribuição para a compreensão do governo mariano e afirma que o espírito de Pombal continuaria influenciando as gerações posteriores de estadistas marianos.²⁶⁶ Assim, classifica esse momento político como uma redefinição das bases políticas e culturais da monarquia, num jogo de sobrevivências e remodelações, almejando, contudo, ainda, o reformismo. Como já pontuado, a queda de Pombal, além da reabilitação de setores outrora excluídos do cenário político, fez aflorar tensões próprias às novas necessidades do Antigo Regime português. Esgotava-se o modelo de despotismo clássico, centrado, na figura de um único ministro capaz de suprir todas as necessidades, e, em seu lugar, ganhava a cena um modelo de governo “apoiado num corpo institucional e burocrático” que compartilharia o poder em seu serviço ao Estado, transformando a própria concepção do poder da Coroa.²⁶⁷

2.4. O REINADO MARIANO

Como podemos observar até agora, o governo de D. Maria I não foi “obscuro” como reforça parte da historiografia, mas sim representou um reinado no qual a Ilustração portuguesa alcançou seu desabrochar completo. Uma vez que, nesse período, se instauram em Portugal várias instituições de cunho científico, pedagógico e político:

Mas repare-se em que a identifica com do periodo mariano com o obscurantismo religioso e com a reacom contra as Luzes nem sempre e coerente com a criacom por parte da coroa de determinadas instituicons de claro pendor ilustrado [...], todas elas destinadas a formacom das futuras elites. Para alem disto, a Rainha nom so permitiu a criacom da Academia das Ciencias de Lisboa (1779), mas cedeu um local para as suas reunions e exerceu a sua proteccom sobre esta instituicom de caracter científico, pedagogico e politico.²⁶⁸

²⁶⁵ PEREIRA; RODRIGUES, 1904, p. 42.

²⁶⁶ SILVA, 2006, p. 107.

²⁶⁷ SILVA, 2006, p. 109-110.

²⁶⁸ BELLO VÁZQUEZ, 2005, p. 302.

Fato é que, diante de todos esses fomentos, a Academia Real das Ciências teve seus primeiros estatutos aprovados regidamente em 24 de dezembro de 1779.²⁶⁹ Segundo Nuno Monteiro, sua criação foi o ponto chave da propagação da cultura da ilustração não apenas portuguesa como europeia:

A marca decisiva na difusão da cultura da ilustração europeia e de outras formas de pensamento foi, de facto, dada com a criação da Academia Real das Ciências em 1779-1780, da iniciativa do Duque de Lafões, recém-regressado de um longo exílio.²⁷⁰

Além de tratar da importância da Academia Real, o trecho acima também apresenta a emancipação de parte da primeira nobreza, como no caso de D. João Carlos de Bragança. Raquel Bello Vázquez a esse respeito menciona que

Em nossa opinião, os intentos de D. Maria de favorecer desde o começo do seu reinado os sectores da primeira nobreza que a apoiavam, tem sido analisado não em chave de luta entre grupos ideológicos, mas como um retrocesso na aplicação de elementos do repertório ilustrado em Portugal, ideia esta que consideramos que não pode sustentar-se se nos baseamos em factos concretos como a criação e promoção de determinadas instituições claramente vinculadas com a ilustração, e até com a promoção de determinadas pessoas (como podem ser a própria Teresa de Mello Breyner, a Condessa de Oyenhausen, o Duque de Lafões e outras relacionadas com estas ou com a ACL) com uma trajetória ligada à fabricação de ideias ilustradas.²⁷¹

Importante peça no tabuleiro régio, João Carlos de Bragança Sousa e Ligne (1719-1801), o segundo Duque de Lafões, nasceu na primeira nobreza e era o segundo filho do casamento de D. Miguel de Bragança com D. Luísa Casimira.²⁷² Seu pai faleceu muito jovem, tinha menos de 25 anos quando se afogou em 13 de outubro de 1724. Sua mãe veio a falecer cinco anos depois de seu marido, em 17 de maio de 1729. Assim, as crianças da Casa de Lafões ficaram sob a tutela da avó materna.²⁷³ Como o seu irmão mais velho, D. Pedro, assumiu o título da Casa de Lafões, só restava para João Carlos, como 2º Duque, duas mais prováveis opções: a Igreja ou os estudos. Dedicou-se à segunda, uma vez que seguiu e estudou em

²⁶⁹ SERRÃO, 2014, p. 14.

²⁷⁰ MONTEIRO, 2015, p. 428.

²⁷¹ BELLO VÁZQUEZ, 2005, p. 313.

²⁷² MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores. **D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões: Uma Vida Singular no Século das Luzes**. Lisboa: INAPA, 2006, p. 11.

²⁷³ MONTEIRO; COSTA, 2006, p. 21.

Coimbra.²⁷⁴ Não tendo um futuro tão claro a sua frente, pois “nem seguiria a carreira eclesiástica, nem casara, nem lhe fora atribuído um qualquer cargo de responsabilidade”²⁷⁵, D. João Carlos decidiu, em 1757, empreender uma viagem que duraria mais de 20 anos. Sendo assim,

Na busca de maior liberdade de acção e de pensamento, os espíritos eruditos furtam-se, nestas circunstâncias, à tutela dos Estados nacionais. Firmam a sua autonomia intelectual no espaço alargado da república das Letras. nesta, o lícito exercício da razão crítica demarca o campo apolítico do saber e da verdade. A liberdade espiritual e crítica esgota-se na denúncia e no combate ao erro e à ignorância. A universidade imaginária reivindicada pelos cidadãos da República das letras alicerça-se, por isso, no culto devido à sabedoria, à ciência e à filosofia. Nesta deriva do espírito, a partilha de conhecimento realiza-se através do exílio voluntário ou forçado, da circulação de livros e notícias e da correspondência regular mantida pelos homens de letras.²⁷⁶

Diferente de muitos outros que empreenderam em tal missão, a viagem do 2º Duque de Lafões foi oficial e custeada pela Coroa. Quanto a essa questão, Oliveira Marques salienta que “[...] o duque de Lafões cuja acção foi, simultaneamente, a de um rico e culto Mecenas e a de um membro do governo”.²⁷⁷ Desse modo, ressalta o ambíguo papel de D. João Carlos de Bragança que teria partido voluntariamente, mas a serviço da Coroa. Seu *Grand Tour* o levou a Inglaterra, Bruxelas, Paris, Innsbruck, Suíça, Prússia, Veneza, Itália, Rússia, Turquia, Malta, entre outros lugares. Isso também lhe possibilitou conhecer algumas das figuras mais marcantes do seu tempo. Viu e ouviu Mozart tocar, também esteve com a Imperatriz Maria Teresa, com Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia, o Imperador D. José II, o poeta russo Alexandre P. Sumarokov, Benjamin Franklin, D. Leonor de Almeida Portugal, Christoph Willibald Gluck.²⁷⁸

Enfim, era um cosmopolita e um espírito aberto ao mundo. Como típico representante das Luzes, D. João Carlos de Bragança revelou-se a pessoa certa para juntamente com o Abade Correia da Serra fundar, em 24 de dezembro de 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa. Sobre os objetivos da instituição destacamos:

²⁷⁴ MONTEIRO; COSTA, 2006, p. 30.

²⁷⁵ MONTEIRO; COSTA, 2006, p. 47.

²⁷⁶ ARAÚJO, 2003, p. 19.

²⁷⁷ MARQUES, 1998, p. 554.

²⁷⁸ C. f. MONTEIRO; COSTA, 2006.

Muitos exemplos, além de solidas razões, os convenciaõ, de que hum dos meios mais efficazes para o adiantamento de toda a casta de conhecimentos he o das Corporações Litterarias. Destas reflexões pois, e deste zelo patriótico nasceu a Academia Real das Sciencias de Lisboa: cuja Instituição, princípios, e rápidos progressos contará a sua Historia, que incluirá também os projectos de grandes Obras, que muitos dos seus Socios tem já emprehendido. Mas em quanto se não publica esta (mais necessária aos vindouros, que a nós testemunhas oculares dos passos da Academia) He precizo, que estes sejaõ com effeito patentes a todos por meio da publicação das Memorias de que damos o I.º volume, e se hiraõ seguindo os mais: não só para que sejaõ huma prova do effetivo trabalho dos Academicos, mas para que sirvaõ a promover a utilidade publica, objecto da Instituição da Academia.²⁷⁹

O Portugal mariano brilhou e promoveu inúmeras e admiráveis manifestações culturais assim como as “Luzes Pombalinas”.²⁸⁰ Conforme Ramos, em Lisboa havia programas festivos para além dos quatro teatros públicos e das romarias. Exemplo disso era “a academia intitulada Nova Arcádia que reunia poetas de renome na tradição da extinta Arcádia Lusitana, na qual havia ex-membros ainda ativos. Na Nova Arcádia mariana avultaram Bocage e José Agostinho de Macedo”.²⁸¹ Ainda a respeito da Nova Arcádia, Joaquim Serrão pontua que

Compunham-na homens das mais variadas colheitas, desde o brasileiro Domingos Caldas Barbosa, o ‘poeta Caldas’, simbiose de músico de café e de animador de tertúlias e salões, a árcades renitentes, como Curvo Semedo e Pato Moniz. No seio da agremiação, que tinha assento no palácio do Conde de Pombeiro, estavam poetas de real talento, desde um polígrafo de vocação fundibulária, como José Agostinho de Macedo, a um poeta de notável riqueza sensorial, como Bocage, sem falar de outros literatos que viviam na sua órbita.²⁸²

Havia uma atmosfera pantopolista que irradiava no ar e a ilustração portuguesa estava em sua plenitude. Portanto, fica claro em nossos estudos que D. Maria I teve um reinado próprio e diante do que apresentamos, não podemos ousar continuar aceitando esses rótulos depreciativos. Nosso trabalho com a trajetória dessa regente prima por tentar desconstruir essas perspectivas equivocadas arraigadas de preconceitos.

²⁷⁹ ROCHA, José Monteiro da. **Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde o seu estabelecimento em 1780 até 1788**. Solução Geral do problema de Kepler sobre a medição das pipas, e toneis. Tomo I. Lisboa: Typografia da Academia, 1797, s.p.

²⁸⁰ ARAÚJO, 2003, p. 18.

²⁸¹ RAMOS, 2010, p. 139.

²⁸² SERRÃO, 2004, p. 455.

2.4.1 Os anos iniciais do governo Mariano e as questões externas

No plano internacional o governo de D. Maria I marcou a reconciliação com a Espanha. Sobre tal contexto, Nuno Monteiro revela que

Foi nesse contexto que se celebraram os casamentos cruzados do infante D. João e da infanta D. Mariana Vitória com os infantes de Espanha, respectivamente, D. Carlota Joaquina e D. Gabriel António. Embora o sucessor à coroa fosse então o príncipe D. José, que já se tinha casado por ordem expressa do avô moribundo, em 1777, com sua tia D. Maria Francisca Benedita, esta aproximação tinha em parte como horizonte a pacificação da Península, mas podia abrir outras portas.²⁸³

De fato, no início do governo mariano a situação política portuguesa era frágil, principalmente, “em relação aos outros países, tais como reflexos, no Brasil, da guerra com a Espanha ou a situação difícil perante o conflito entre a Inglaterra e as colônias americanas”.²⁸⁴ Cabe aqui destacar que os primeiros passos em direção à reaproximação com a Espanha deveram-se à intermediação da mãe de D. Maria I, a rainha D. Mariana Vitória de Bourbon, que era irmã de Carlos III, o rei da Espanha.²⁸⁵ Depois que o caminho estava aberto, D. Maria I trocava correspondências com certa recorrência com o tio que ela intitulava de “Tio do meu coração”.²⁸⁶ Para isso, temos a primeira carta resposta de D. Maria I a Carlos III confirmando o início da aproximação entre os países ibéricos:

Meu Tio do meu Coração. Conhecendo eu o gr.^{de} carinho com, que V. Mg.^{de} me trata nas expressões, de que consta a carta, que minha May e S.^{ra} acaba de receber de V. Mg.^{de} que buscarei todos os meios, que me forem possíveis para mostrar-lhe o grande desejo que tenho de conservar com V. Mg.^{de} a boa aliança a que nos deve obrigar o estreito parentesco em que me acho com a pessoa de V. Mg.^{de} Minha m.^{to} amada May e S.^{ra} segura a V. Mg.^{de} isto mesmo espero que V. Mg.^{de} creia as sinceras expressões com que ella o trata não só nisto mas em tudo o mais de que consta a sua carta. Eu mudei de Ministro para o meu gabinete espero que nelle achara V. Mg.^{de} sinceridade, e boa Fe principays circunstâncias, que podem fazer felices as negociações que há entre as duas Cortes e a união que m.^{to} dezejo conservar a V. Mg.^{de} Ds. g.^{de} a V. Mg.^{de} m.^s annos como dezejo

Sobrinha que ama m.^{to} a V. Mg.^{de}

²⁸³ MONTEIRO, 2015, p. 426-427.

²⁸⁴ CARDOSO, Beatriz Amazonas. **Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero**: Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. 2009. 264 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 24.

²⁸⁵ FARIA; OLIVEIRA, 2016, p. 87.

²⁸⁶ C.f. BEIRÃO, 1944, p. 435-437. Conforme o conjunto de cartas que pudemos analisar no anexo da obra de Caetano Beirão. Dentre elas estão mais de 12 cartas em que a Monarca Lusa é extremamente carinhosa tanto para tratar de assuntos domésticos quanto os de Estado.

Maria

Belém, 24 de Março de 1777.²⁸⁷

Sendo assim, com vistas em encerrar a querela entre Espanha e Portugal foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, que de fato, referiu-se a um Tratado Preliminar de Paz e Limites, assinado em 1º de outubro de 1777. Esse acordo teve como propósito encerrar as contendas que sucederam durante três séculos entre as Coroas portuguesa e espanhola e seus súditos, a respeito dos limites dos domínios da América e da Ásia. Esse tratado propunha, inicialmente, delimitar uma linha divisória através de acidentes geográficos. Segundo os pesquisadores Maria Faria e Uilton Oliveira, esse compromisso

[...] propunha, a princípio, demarcar uma linha divisória através de acidentes geográficos. Para se concluir melhor a demarcação das fronteiras da América Meridional, foi estabelecida a formação de quatro divisões, de cada parte dos domínios português e espanhol, 'composta de dous Commissarios...dous geografos, e dous práticos de cada parte; com a cometiva proporcionada deste numero de Gente, e ao serviço de que forem incumbidos'.²⁸⁸

Outra medida política tomada também nesse começo do governo mariano foi a assinatura do Tratado do Prado, firmado em março de 1778. Porém, esse acordo não teve o mesmo efeito do primeiro, uma vez que a França e a Espanha ficaram do lado das colônias revoltadas.²⁸⁹ E a neutralidade portuguesa pendia para o lado inglês.

2.5. A SOBERANA E SUA INTIMIDADE

A noção de público, privado e íntimo são construções da Idade Moderna. Esses conceitos carregavam matizes próprios, uma vez que “verdadeiramente, a intimidade individual foi uma conquista que se deu na Europa a partir dos séculos XVI e XVIII, à medida que o Estado e a comunidade deixaram de controlar todos os espaços

²⁸⁷ D. MARIA I, 1777 apud BEIRÃO, 1944, p. 425.

²⁸⁸ FARIA, Maria Dulce; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. In: **3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Belo Horizonte, 2016, p. 86. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf> Acesso em: 29 de ago. de 2017.

²⁸⁹ CARDOSO, 2009, p. 25.

sociais”.²⁹⁰ No caso de D. Maria I, sua vida era inteiramente pública, era a Rainha de Portugal, o que fazia com que seu ato mais singelo se transformasse em um cerimonial de corte.

Sabemos que “[...] novas modalidades da relação com a escrita constroem entre os séculos XVI e XVIII uma esfera da intimidade, ao mesmo tempo retiro e refúgio para o indivíduo subtraído aos controles da comunidade”.²⁹¹ E foi nesse refúgio que a monarca lusa encontrou um modo de se manter próxima da filha tão querida. Trataremos aqui sobre a fonte que nos permitirá observar um pouco desse lugar de privacidade²⁹², da vida doméstica de mãe e filha.

A obra *Com o Mais Fino Amor: cartas íntimas da Rainha Dona Maria I para a filha (1785-1787)*, de Alice Lázaro²⁹³, traz um conjunto epistolar de 274 cartas escritas pela soberana D. Maria I a sua filha, a infanta Mariana Vitória, que foi morar na corte espanhola após seu casamento com o filho do rei Carlos III, o secundogênito Gabriel de Borbón. Trata-se de cartas pessoais escritas em média, três vezes por semana, a primeira data de 12 de maio de 1785 e a última em 31 de dezembro de 1787.²⁹⁴ A

²⁹⁰ OLIVEIRA, Josemar Machado de; MERLO, Patrícia. **A época moderna e a construção da dicotomia entre o público e o privado** [recurso eletrônico] - Dados eletrônicos. – Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017, p. 7.

²⁹¹ CHARTIER, R. Formas de Privatização. In: ARIÉS, Phillipe. **História da Vida Privada**, tomo 3: da Renascença ao Século das Luzes / organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 113.

²⁹² Cf. CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÉS, Phillipe. **História da Vida Privada**, tomo 3: da Renascença ao Século das Luzes / organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²⁹³ A pesquisadora lusa é licenciada em História da Arte pela FLL. Foi professora desta disciplina no ensino secundário mais de duas décadas. Durante esse período desempenhou tarefas como orientadora pedagógica de estágio integrado, além de se ter dedicado ao estudo e divulgação do património local em várias conferências, tendo sido monitora e formadora de docentes nesta área. Também é sócia correspondente da Associação Portuguesa de Genealogia. Nos últimos anos tem-se ocupado na investigação de fundos documentais existentes nos arquivos nacionais e estrangeiros. Como resultado desse trabalho minucioso têm vindo a público com obras de divulgação desses materiais com a devida contextualização histórica das quais destacamos os três volumes sob o título comum "Cavaleiros de Santiago Senhores da Lagoalva: 1193-1484", "Os Anhaias" e "1601-1835", "Vila de Rei com Val de Cavalos", "O Testamento da Princesa do Brasil, D. Maria Benedita", "FRP - A minha memória da Inquisição", "Adeus Valentina", "La Menina - Retrato de Dona Carlota Joaquina nas Cartas Familiares", "As 7 Vidas de José Maria de Vasconcelos Mascarenhas", "O Reinado do Amor", "O Campo da Trava no termo de Santarém", "A Escada de Jacob - Cartas íntimas de soror Clara do Ss.º Sacramento para D. João de Sousa e outras afins (1677-1714)", "Memória das paisagens com gente dentro", "Com o mais fino amor - Cartas íntimas da rainha Dona Maria I para a filha (1785-1787)", e os mais recentes "Napoleão andou por aí... - cenas domésticas da guerra peninsular (1807-1813)" e "A Virtuosa Arte de Reinhar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I – Pelo seu Confessor". LÁZARO, Alice. Binhomirroico. Disponível em: <http://www.binhomirroico.com/> Acesso em: 19 de ago. de 2017.

²⁹⁴ LÁZARO, Alice. **Com o Mais Fino Amor: cartas íntimas da Rainha Dona Maria I para a filha (1785-1787)**, 2014, p. 15.

partir desse conjunto de escritos buscaremos apresentar os principais contornos da vida da rainha. Como já ponderamos na introdução, essas epístolas orientarão a nossa perspectiva sobre a mulher por trás da regente. O que torna a análise dessa fonte tão significativa é, sobretudo, observar o modo com que D. Maria I zelava por seus assuntos domésticos. Isso nos remete a pressupor que a soberana não operaria diferente diante dos aspectos políticos.

No entanto, antes de passarmos à análise dos conteúdos epistolares, devemos observar as circunstâncias que levaram ao duplo consórcio entre as coroas ibéricas. Tratou-se de casamento geminado, ocorrido em 1785, como já relatado, como parte da política de aproximação entre as Coroas ibéricas.²⁹⁵ É verdade que, apesar dos interesses muitas vezes conflituosos, não se pode ignorar os laços políticos que uniam as duas coroas sustentado pela consanguinidade no decurso de toda a época moderna.²⁹⁶ De natureza igual, já havia ocorrido aliança recíproca entre as duas coroas, no caso o casamento de D. José e D. Mariana Bárbara, de Portugal, com D. Mariana Vitória de Bourbon e D. Fernando, da Espanha.²⁹⁷ Destarte, com os matrimônios do “Infante português com uma Princesa espanhola e do Infante Gabriel com a linda Princesinha D. Mariana Vitória mais se estreitaram os laços dessa ligação, mais íntima se tornou a aliança peninsular”.²⁹⁸

Contudo, a consolidação da aliança ibérica tinha um preço a ser pago pela monarca. Se no plano pessoal, a Rainha teve que lidar com a partida de sua única filha para a corte espanhola, no plano político foi preciso mediar a inquietação inglesa que não via com bons olhos essa aproximação entre os dois reinos.²⁹⁹ A correspondência da Rainha com a Infanta revela as angústias da mãe, assim como a tentativa de aconselhamento constante por parte da Monarca.

Vejamos a título de exemplo a carta de 15 de maio de 1785:

Minha Filha do coração,

Bem podes crer que te correspondo, na consolação que dizes que te causam as minhas cartas, pois é a que dizes que te causam as minhas

²⁹⁵ MONTEIRO, 2015, p. 427.

²⁹⁶ LÁZARO, 2014, p. 22.

²⁹⁷ BENEVIDES, 1878, p. 469.

²⁹⁸ BEIRÃO, 1944, p. 324.

²⁹⁹ LÁZARO, 2014, p. 22.

cartas, pois é a que tenho na tua falta e te agradeço as expressões que mostras do teu amor, que o meu é igual. Espero em Deus que conservando-nos a vida, ainda havemos ver e que tu hás-de ser muito feliz. Estimo que fizesses bem a jornada de Badajoz a Mérida e tomara que já se acabassem todas para te consolares com teu marido. Por ora, vai fazendo por comer e dormir. É certo que o jantar em público te há-de custar, mas tudo a gente se acostuma. Eu fico boa, louvado seja Deus e teu Pai também. José se sangrou, por ter alguma febre e dor de garganta. Porém, hoje está melhor e te digo para que vejas que não te oculto nada, mas todos dizem não é coisa de cuidado. A Carlota está boa. Agradeço-te desejares que me divirta. Ontem não fomos à caça por ser dia de *vésperas* e sabida loa a Conceição e N.^a Senhora da Lapa. Estimo que a Teresa te faça boa companhia. Cá já disseram que tinha havido alguma coisa entre ela e as damas. Manda-me dizer o que foi. Também estimo que Joaquim tenha servido bem e que não falte nada, pois esse é meu desejo e mostrar-te sempre muito que te amo e com o maior afecto te deito a minha bênção. Deus te guarde, muitos felizes anos,

Tua mãe, que te ama, Maria

Vila Viçosa, 15 de Maio de 1785³⁰⁰

Revela-se na carta uma mãe zelosa e preocupada com a filha. Cujos cuidados, mesmo longe da jovem, traduzem-se no esforço para acompanhar a rotina da princesa, desde a dificuldade de relacionamento entre os familiares da comitiva portuguesa, no caso Teresa³⁰¹ e Vilhesca³⁰², damas da corte espanhola. Percebe-se aqui a inquietação com o uso da civilidade³⁰³, uma vez que D. Maria importa-se com a conduta das damas de ambas as coroas. Ademais, a Rainha procura manter sua filha a par do cotidiano da corte portuguesa, quiçá como forma de consolá-la pela distância.³⁰⁴ Era muito comum esse tipo de relação íntima entre pais e filhos da aristocracia e conforme questões da época, essas relações

[...] eram tão íntimas que o tabu masculino contra os gestos afetivos e a expressão de emoções intensas suscitou uma espécie de gênero literário, epistolar ou testamentário: pai e filho escrevem um para o outro mesmo quando vivem sob o mesmo teto.³⁰⁵

No entanto, também foi mencionado que entre as mulheres isso era mais raro, uma vez que existiam poucas que fossem letradas.³⁰⁶ Mas estamos aqui tratando da

³⁰⁰ LÁZARO, 2014, p. 84.

³⁰¹ Teresa Caupers que era filha do nobre João Valentim Caupers, primeiro era guarda-roupa do rei consorte, D. Pedro III, mas que após a morte dele, em 1786, ficou a serviço do infante D. João. Ela fazia parte da comitiva portuguesa. LÁZARO, 2014, p. 84.

³⁰² Trata-se da Marquesa del Rafal, viúva de Villesca, nomeada pelo rei da Espanha, Carlos III, como dama de D. Mariana Vitória. LÁZARO, 2014, p. 84.

³⁰³ CHARTIER, 2009, p. 169.

³⁰⁴ LÁZARO, 2014, p. 84.

³⁰⁵ CHARTIER, 2009, p. 252.

³⁰⁶ CHARTIER, 2009, p. 253.

primeira nobreza portuguesa, a rainha e sua filha. Nada mais natural que uma relação de intimidade entre familiares tão próximos.

De modo geral, esse conjunto de cartas nos ajuda a conhecer as preocupações de D. Maria com o bem-estar da filha e sua tentativa de mantê-la sempre a par do que acontecia na corte portuguesa e no seio familiar. Vejamos mais um exemplo:

Minha Filha do coração,

Grande gosto tenho sempre com as tuas cartas e a de 21 mo deu completo, por me dizeres que vais boa e já terás acabado a tua jornada e com a consolação de estar na estimável companhia do teu esposo, que me dizem, te ia esperar ao caminho 3 léguas de Aranjuez. A ambos dou os parabéns e peço-te segures ao infante o meu carinho e o quanto hei-de estimar lhe saibas agradar a El-Rei Católico o mesmo e a toda a Real Família e também à infanta D. Maria Josefa [filha de Carlos III e cunhada de D. Mariana Vitória] farás muitas expressões e da minha parte, aconselhando-te em tudo com seu marido. Eu lhe tenho escrito com confiança por me dizerem que o que desejava e assim lho dirás e a satisfação com que estou de te ter empregado tão bem que conhecer que hás-de ser muito feliz, pois é só o que modera a minha saudade. Quando tiveres tempo mandarás dizer como foi tudo no dia da chegada. Bons desejos tenho de a poder ver, mas contentar-me-ei com tu referires, dando-me a certeza que fizeste tudo com acerto, como espero. Eu fico boa, graças a Deus. Dei os teus recados aos príncipes e a tia Mariana. Eles me disseram [palavras cortadas e subentendidas desta até o fim da carta, junto à quebra do fólio.] te escreviam. Não te assustes se te forem faltando cartas, porque bem sabes que não podem ir postilhões daqui por diante. Ainda me não disseste como te davas com o cabeleireiro e se ficava a teu gosto. Eu desejo dar-te sempre tudo e com o mais terno afecto te deito a minha bênção e peço a Deus te guarde muitos e felizes anos,

Tua mãe, que te ama, Maria

O arcebispo e todas deste quarto se põem aos teus pés, muito agradecidas a tua lembrança. A Carlota tas manda. Ela está muito boa e cada vez mais galante.

Vila Viçosa, 23 de Maio de 1785³⁰⁷

Observa-se na missiva, mais uma vez, a preocupação que a mãe tem para que tudo esteja do gosto da infanta e também a solicitude para que a filha haja com o decoro que se espera de uma princesa. A carta seguinte tem uma data próxima desta última e foi escolhida por trazer as respostas que inquietavam D. Maria. Mesmo se tratando de coisas do cotidiano como o cabeleireiro:

Minha Filha do coração,

Consolou-me muito a tua carta, por me segurares que estás boa e satisfeita e com razão, sendo o infante tão estimável e querendo dar-te gosto em tudo

³⁰⁷ LÁZARO, 2014, p. 84.

ao que, creio, responderás igualmente. Agora entendo, estarás já livre do trabalho da primeira noite. O tremor que tivestes é muito natural. Eu não te tinha dito nada a esse respeito, porque assentei que ele não seria tão inocente, mas podemos dar graças a Deus por isso, pois não terás desgostos e dizer-me que, já agora, se acabou a vergonha, se vai continuando bem o estado. Hás-de ter padecido alguma coisa, por conta disso. Estimo infinito que el-Rei te certifique o estar contente contigo e que tu lhe faças mil obséquios e sempre quando tiveres ocasião lhe certificarás a minha muita amizade e o quanto estimo a sua e que também o meu desejo era grande de o ver. O cabeleireiro vejo o que dizes e acho que é bom ter outro, mas o que te perguntava é se te penteava bem. O adereço que me dizes entendo que é o que se ajustou nas escrituras. Estimo que a princesa te trate com tanto carinho e tenha levado ao passeio. Não me falas nada da infanta, como te trata, pois desejo [aqui a carta apresenta um corte na dobra do papel] lhe mostres também amizade para viveres bem com todos. Eu fico boa, graças a Deus e te deito a minha benção e peço ao mesmo Senhor te guarde quanto o meu amor te deseja,

Tua mãe, que te ama, Maria

Agradecerás ao infante o seu obséquio e lhe farás mil expressões da minha parte. Aceita muitas do arcebispo e de todas deste quarto.

Vila Viçosa, 29 de Maio de 1785³⁰⁸

Como é possível perceber, D. Maria procura dar instruções à filha de como proceder com seu marido, bem como perante a nova corte, inclusive na manutenção dos interesses régios no trato com Carlos III. Alice Lázaro traz notas importantes em sua pesquisa sobre o contexto vivido nesses anos. Segundo menciona a mãe de Carlota Joaquina, Maria Luísa de Parma³⁰⁹, era uma mulher muito intransigente e a infanta D. Mariana Vitória se queixava muito em suas cartas sobre isso.³¹⁰ No que diz respeito à infanta Carlota, esta recebeu uma educação esmerada na corte lusa e “teve em D. Maria I uma sogra e parente simpática e carinhosa. A rainha prezava a companhia e a vivacidade da pequena infanta, a quem dispensava mimos sem conta, ao que parece bem recebidos”.³¹¹ Contudo, no decurso das 274 epístolas, a Rainha se mostra serena e prudente em seus conselhos, adotando uma conduta conciliadora, de obediência à hierarquia e aos costumes do Reino Espanhol.

Minha Filha do coração,

Sem embargo do mau tempo, que aqui temos, tive gosto de ter a tua carta de 10 deste, em que tanto seguras a saudade e carinho que te devo e podes estar certa que tudo é igual em mim e o quanto estimo continues tão bem. Deus queira seja assim até o fim, ainda que, sempre é custoso e, por isso, podes ir-te preparando para o trabalho, porque, então, não te parecerá tão mal. Eu sempre tive bom-sucesso, mas custava muito. Agora, vou

³⁰⁸ LÁZARO, 2014, p. 98-99.

³⁰⁹ Cf. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Cartas inéditas de Carlota Joaquina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

³¹⁰ LÁZARO, 2014, p. 29.

³¹¹ RAMOS, 2010, p. 157.

passando sem novidade, bendito seja Nosso Senhor. A Carlota é que depois que arreventou a cabeça, conserva algum calor no pulso, ainda que, dizem, procede mesmo, pois tem bastantes bostelas [pústulas]. Eu desejava vê-la livre de tudo e como dantes, podendo sair e divertir-se. Os médicos dizem que não é coisa de cuidado e que com os refrescos se há-de remediar. Porém, é certo que há muitos dias que está assim e se durar, faço tenção de os ajuntar para que acertem em um método certo e se será conveniente fazer-lhe mais alguma coisa. Eles é certo que pouco diferem nos remédios. Deus queira que acertem. Quando vires a princesa [Maria Luísa de Parma] lhe dirás o quanto desejo ver a Carlota inteiramente boa e procuro todos os meios para isso, com o maior cuidado, pois lhe tenho grande amor e que não lhe escrevo para não incomodar e porque meus olhos se sentem com a aplicação e, por esse motivo, concluo, dizendo agradece a teu marido e o seu obséquio e lhe segures o meu carinho e o quanto estimo esteja bom do defluxo. Com o mais terno amor te deito a minha bênção e fico pedindo a Deus te guarde, muitos felizes anos,

Tua mãe, que te ama, Maria
Aceita muitos agradecimentos de todos que te lembram e se põem aos teus pés. Teu irmão te manda queijos e por isso, eu os mando a meu tio.

Lisboa, 16 de Março de 1786³¹²

Se as questões sexuais não foram tratadas diretamente pela Rainha, podemos perceber na carta acima a preocupação da mãe em instruir sua filha sobre o trabalho de parto, uma vez que D. Mariana Vitória estava grávida do primeiro filho, Pedro Carlos (1786-1812). Personagem constante das cartas era a pequena Carlota Joaquina que aos oito anos foi viver na corte portuguesa. Observa-se o cuidado de D. Maria ao instruir sobre as informações à Princesa das Astúrias, mãe de Carlota. É interessante notar também a maneira afetuosa com que a Soberana se refere ao genro. As notas presentes nas cartas sugerem que a infanta lusa teve um casamento feliz, pois sempre havia a ressalva de D. Maria: “agradeço a teu marido”.³¹³ Semelhante exemplo seria o trecho da carta número 179, em que a rainha frisa a respeito do Infante D. Gabriel, que “sempre tens um grande alívio em teres um marido tão bom e que te pode aconselhar melhor do que eu. Deus o conserve, para nossa consolação [...]”.³¹⁴

Uma questão presente nos exemplos das cartas analisadas é o *post scriptum*, pois apresenta em sua maioria a informação de que se fala bastante da princesa no séquito de D. Maria I e os pedidos de benção ao arcebispo em nome da infanta Mariana. Outro aspecto recorrente são as trocas de presentes que era prática

³¹² LÁZARO, 2014, p. 209-210.

³¹³ Cf. LÁZARO, 2014, cartas nº 174, 175, 176, 177, 178.

³¹⁴ LÁZARO, 2014, p. 327.

constante entre a mãe, a filha, o genro e os irmãos. Ademais, D. Mariana se correspondia muito com o irmão D. João a quem era muito chegada.³¹⁵

Devemos salientar que a respeito desse tipo de escrita íntima, as cartas da Regente lusa apresentam sempre a mesma estrutura, pois se trata de

Escritos no dia-a-dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem.³¹⁶

D. Maria se detém em comunicar as questões cotidianas da Corte portuguesa e ao mesmo tempo em que procura saber no tocante a filha, D. Mariana. O início e fim das epistolas marcam essas fórmulas que se replicam. Nunca indo para além do doméstico.

2.6. D. MARIA I E SUA SOBERANIA

A rainha D. Maria I se diferenciava de seu pai começando pela altivez do cumprimento da agenda régia. Enquanto D. José I se reservava a rotina de passar a tarde pelo despacho, assinar o expediente e rapidamente ouvir as explicações de Pombal ou de outro ministro, a reinante procurava os domínios de suas funções régias, uma vez que

Encontrava-se com ministros, presidia ao Conselho, aceitava divergências de opinião e voto contrário ao seu. Inteligente, caritativa, ainda que hesitante, era escrupulosa e atenta aos assuntos que lhe expunham, fazia sugestões, usava clemência, desprezava intrigas e manobras de bastidores.³¹⁷

De acordo com Nuno Monteiro, “uma das marcas do reinado de D. Maria seria a inexistência de um «primeiro-ministro» ou sequer de qualquer personagem politicamente dominante de forma continuada”.³¹⁸ Nesse sentido é bem reveladora a

³¹⁵ LÁZARO, 2014, p. 29.

³¹⁶ CHARTIER, 2009, p. 325.

³¹⁷ RAMOS, 2010, p. 90.

³¹⁸ MONTEIRO, 2015, p. 429.

carta escrita por D. Maria ao seu tio Carlos III, exatamente, um mês após a morte de D. José I. O documento se apresenta assim:

Para Carlos III

Meu Tio do Coração. Conhecendo eu o gr.^{de} carinho com, q V. Mg.^{de} me trata nas expreções, de q consta a carta, q m.^a May e S.^{ra} acaba de receber de V. Mg.^{de}, me vejo obrigada a por este modo segurar a V. Mg.^{de} q buscarei todos os meios, q me forem possíveis para mostrarlhe o grande dezejo q tenho de conservar com V. Mg.^{de} a boa aliança a que nos deve obrigar o estreito parentesco em q me acho com a pessoa de V. Mg.^{de} Minha m.^{to} amada May, e S.^{ra} segura a V. Mg.^{de} isto mesmo espero q V. Mg.^{de} creia as sinceras expreções com q Ella o trata não só nisto mas em tudo o mais de q consta a sua carta. Eu mudei de Ministro p.^a o meu gabinete espero q nelle achara V. Mg.^{de} sinceridade, e boa Fe principays circunstancias, q podem fazer felices as negociações q há entre as duas Cortes e a união q m.^{to} dezejo conservar a V. Mg.^{de} Ds. g.^{de} a V. Mg.^{de} m.^s annos como dezejo.

Sobrinha q ama m.^{to} a V. Mg.^{de}
[Assinatura]

Belem 24 de Março de 1777.³¹⁹

É possível perceber a disposição da rainha para viabilizar a aliança com a Espanha. A contrapartida não foi menor, pois a Coroa espanhola fez significativas concessões na América com essa finalidade.³²⁰ Oliveira Marques pontua a este respeito que

D. Maria I e D. João preferiram uma diplomacia dúbia de compromisso com a Inglaterra, a França e a Espanha. Para evitar a guerra, o novo governo renunciou às pretensões portuguesas sobre o actual Uruguai, e cedeu à Espanha as duas ilhas de Pernão do Pó e Ano Bom, no golfo da Guiné (1778).³²¹

Também no que diz respeito às questões voltadas à religião, a Rainha adotou expediente diverso de seu pai. Assim que assumiu o governo, restabeleceu os poderes do núncio apostólico, na época, monsenhor Multti Bussi. Também providenciou para que a Patriarcal recuperasse seu direito de administrar amplamente seus rendimentos. Mas, ao contrário do que tais medidas iniciais pareciam sugerir, D. Maria criou a Junta de Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, em 1789, com o intuito de definir uma política religiosa e controlar abusos e urgências clericais.³²²

³¹⁹ BEIRÃO, 1944, p. 425.

³²⁰ BEIRÃO, 1944, p. 199.

³²¹ MARQUES, 1998, p. 574.

³²² RAMOS, 2010, p. 96.

No que alude à economia, a administração de D. Maria I foi pontuada por uma força remobilizadora, uma vez que

Para atender às demandas reformistas de novo tipo, encaminhadas pelo poder régio, era necessário a atuação de um grupo de intelectuais que servissem de âncora a tais demandas. O centro aglutinador do novo ideário reformista foi a Academia Real da Ciências de Lisboa, *lócus* do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. A Academia vinha substituir a Universidade de Coimbra como centro do debate intelectual, assim como o *mundo* da política de *Queluz*, espaços das tensões das intrigas dinásticas entre os absolutistas e de onde partiam as ordens régias para todo o Império colonial português, substituía a ‘utopia pombalina da reconstrução de Nossa Senhora da ajuda’.³²³

E realmente Queluz passou a ser o centro político português. Tendo a aberturas das obras sido feitas por D. Pedro III, apresenta características nitidamente portuguesas. No entanto, “a escala antimonumental, a concepção de espaço e a elegância de ornatos é do palácio de Versalhes”.³²⁴ Segundo Joaquim Serrão, “o Palácio de Queluz valorizou-se como estância régia, graças ao aproveitamento dos seus jardins e ao belo pavilhão que foi obra do francês Jean-Baptiste Robillon”.³²⁵ Inclusive, sobre Queluz Ramos relata que

D. Pedro logrou, sem dúvida, dar provas de régia postura, distinto trato e fantasia ao transformar a casa de campo existente num opulento palácio, onde só com a esposa, soube receber reis, ministros, diplomatas e as mais destacadas famílias do reino.³²⁶

Quanto ao legado do Pio, que se refere a Real Casa Pia de Lisboa, local destinado à recuperação moral de mendigos e vadios, além de prover formação educativa para órfão por intermédio de trabalho social útil.³²⁷ Essa instituição foi criada em 18 de janeiro de 1780, por Diogo Inácio de Pina Manique, que era na época o Intendente Geral da Policial.³²⁸ Uma instituição voltada para a aplicação da caridade cristã, pois

³²³ VARELA, Alex Gonçalves. **Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português**: filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José de Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 42.

³²⁴ SERRÃO, 2014, p. 660.

³²⁵ SERRÃO, 2004, p. 458.

³²⁶ RAMOS, 2010, p. 59-60.

³²⁷ SERRÃO, 2014, p. 163.

³²⁸ BEIRÃO, 1944, p. 245.

a um tempo votada ao ensino, à previdência social e à reinserção, configurou ‘a universidade plebeia, a nova academia dos proletários’, com o fito de ‘afeiçoar bons cidadãos’. Recolheu e formou carenciados, desde órfãos da mais tenra idade a desvalidos e marginais, inclusive do sexo feminino.³²⁹

E essa instituição pública não foi a única realização de Pina Manique no governo da Soberana. Entre os feitos que esteve à frente, temos “desde a iluminação pública ao povoado de Alentejo, desde a repressão da vadiagem à distribuição gratuita de batatas e linho pelas populações rurais, desde a construção de estradas e chafarizes [...]”.³³⁰ O que se buscava com isso era a modernidade, a fim de transformar efetivamente Lisboa em uma cidade transitável e civilizada.

Grosso modo, podemos afirmar que D. Maria I deu continuidade à política do período pombalino. De acordo com Boxer, seu governo

[...] foi mais sensato, e apesar de ter rejeitado a carta de Benjamin Franklin de 16 de julho de 1777, que pedia a anulação desse decreto³³¹, conseguiu manter a neutralidade, vantajosa na prática, até reconhecer formalmente os Estados Unidos, em fevereiro de 1783.³³²

O governo mariano não se limitou apenas a proteger e desenvolver as manufaturas que já estavam estruturadas no reino. D. Maria I também autorizou e financiou a criação de novas fábricas. Exemplos disso seriam os alvarás de 23 de junho de 1778, posto que esses outorgaram a fábrica de chapéus finos, de Manuel José Ferreira Grelho; a de cambraias finas, de Joaquim Tassinari; a de estampar e tingir linho, algodão e seda, de Jeremias Mahoni e Bento Pauretano e outra similar a esta última, de Silvestre Luís Dias.³³³

Outro ponto que deve ser observado foi o investimento da administração de D. Maria I nas forças armadas. Com a política de aproximação do Reino Espanhol³³⁴, não haveria mais preocupação com conflitos. No entanto, mesmo em tempos de paz a Rainha procurou investir militarmente. Desse modo, melhorou as condições de sua

³²⁹ RAMOS, 2010, p. 126.

³³⁰ BEIRÃO, 1944, p. 245.

³³¹ Esse decreto foi assinado no governo josefino, em julho de 1776, que obstruía todos os portos portugueses aos navios norte-americanos, além de dar a eles o mesmo tratamento oferecido aos piratas. Isso era uma forma de favorecimento da política absolutista em favor da soberania real. BOXER, 2002, p. 209.

³³² BOXER, 2002, p. 209.

³³³ BEIRÃO, 1944, p. 135.

³³⁴ RAMOS, 2010, p. 427.

força armada, das tropas do exército, incluindo a elevação do soldo, e, juntamente com Martinho de Melo, retomava a obra naval.³³⁵

Visando o fortalecimento das forças armadas do Reino, não podemos deixar de falar sobre a formação e o investimento na educação militar. Já em 1779, foram criadas a Academia Real da Marinha e em 1790 a Academia de Fortificações, Artilharia e Desenho. Ambas eram voltadas para a instrução de oficiais. Na Academia de Fortificações, Artilharia e Desenho a formação era feita em quatro anos. No primeiro, havia os estudos gerais de fortificação regular, ataque e defesa de praças. No segundo, fortificações irregulares efetivas e de campanha. No terceiro, teoria de artilharia, das minas e contra-minas. O último ano se destinava à arquitetura civil, corte de pedras e madeiras, à construção de caminhos e calçadas e a arquitetura de pontes, canais, diques e comportas. Enquanto, na Academia da Marinha, a formação era voltada para a matemática na busca por maior perfeição da náutica e fortificação.³³⁶

Para Nuno Monteiro foi decisiva a progressão nobilitaria dentro das forças armadas no período mariano, pois

a formação de corpos com um saber técnico especializado, resultante da criação das escolas militares no reinado de D. Maria, é outro vector que parece reforçara dimensão de mobilidade social ascendente das carreiras militares.³³⁷

No tocante à educação, podemos frisar que o período mariano levou adiante o que teve início no Regime Pombalino. De acordo com Oliveira Ramos

Sob o governo de D. Maria estimula-se o alargamento e a melhoria dos estudos menores. De 1778 data um mapa com indicação das terras das comarcas do reino onde sedeavam cadeiras de Filosofia Racional, Retórica, Língua Grega e Gramática Latina, bem como mestres de ler, escrever e contar. Por outro lado, reformam-se os docentes mais velhos e menos capazes. Acontecem ainda reivindicações de povoações de zonas díspares a solicitar novas cadeiras: Reconhece-se, em 1792, a necessidade de expandir o ensino de aritmética e da geometria.³³⁸

³³⁵ BEIRÃO, 1944, p. 138.

³³⁶ RAMOS, 2010, p. 123.

³³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 543.

³³⁸ RAMOS, 2010, p. 124-125.

A relação da administração mariana com as nações estrangeiras também vivenciou expansões, observa-se de acordo com Joaquim Serrão

A abertura diplomática que se verifica no reinado de D. Maria teve reflexos positivos no comércio externo e na fixação de muitos comerciantes estrangeiros entre nós. Atingiu então a maior cifra o número de cônsules que vieram morar em Lisboa, no Porto, em Setúbal, Faro Viana e, mesmo nas Ilhas Adjacentes.³³⁹

Diferentemente do governo anterior, ocorreu um alargamento e uma grande diversificação no âmbito das relações exteriores, visto que

Ao principiar o reinado, em 1777, Portugal mantinha relações diplomáticas com diversas monarquias europeias e com uma república aristocrática, as Províncias Unidas da Holanda. Do corpo diplomático acreditado em Lisboa faziam parte, por ocasião do auto de levantamento da rainha, em Maio, monsenhor Mutti Bussi, arcebispo de Petra, núncio apostólico da Santa Sé, o marquês de Almodôvar, embaixador da Espanha, o marquês de Blosset, embaixador da França, o senhor Walpolle, enviado de Inglaterra, o Cavalheiro Lebzelter, ministro plenipotenciário do imperador do Sacro Império, o conde Fontana, ministro plenipotenciário da Sardenha, o príncipe de Raffadali, ministro plenipotenciário de Nápoles, o senhor Laurise, enviado da Holanda, o senhor de Yohnn, enviado da Dinamarca, e o senhor Braamcamp, residente da Prússia. Havia também um ministro da Suécia. Posteriormente e sob o governo de D. Maria, Portugal trocou representantes diplomáticos com a categoria de ministros com a República dos Estados Unidos da América e a Rússia de Catarina II.³⁴⁰

Sendo assim, D. Maria I não exclusivamente dedicou-se à política exterior, mas trabalhou e direcionou seu governo em benefício do povo português. Não somente preocupada em restaurar as mercês e prestígios de parte da elite excluída como também da Igreja na administração pombalina.³⁴¹ De acordo com Caetano Beirão, a Monarca realizava audiências gerais do povo, o que permitia um contato direto com a população em geral. Sentia inquietude pelos menos favorecidos, o que resultava em suas obras de piedade. Além da determinação por penas mais dignas aos criminosos, são algumas provas de “seu bondoso coração”.³⁴²

Como visto no exposto, parece pouco razoável validar um discurso que sustente o obscurantismo e o retrocesso como marcas da administração mariana. A documentação revela uma Rainha atenta e voltada para uma política semelhante à adotada em países ilustrados. Sem abrir mão do que havia sido conquistado no

³³⁹ SERRÃO, 2004, p. 368.

³⁴⁰ RAMOS, 2010, p. 147.

³⁴¹ MARQUES, 1998, p. 570.

³⁴² BEIRÃO, 1944, p. 139-140.

governo anterior, D. Maria adotou estratégias que possibilitam “novas formas de conceber os equilíbrios na monarquia pluricontinental dos Bragança”.³⁴³

³⁴³ MONTEIRO, 2015, p. 425.

CAPÍTULO 3

O OCASO DA RAINHA: OS ÚLTIMOS ANOS DO GOVERNO, AS CRISES PESSOAIS E O AFASTAMENTO

Nesse capítulo buscamos apresentar os principais momentos que marcaram o governo mariano antes do afastamento da monarca. Em seguida, considerando a importância atribuída pela historiografia à doença que eclipsou seu governo, procuramos coligir informações que ajudassem a compreender os indícios do adoecimento da rainha portuguesa e sua melancolia. Por fim, voltamos nossa atenção ao período regencial e as mudanças que marcaram o contexto político europeu, em especial o português, durante as décadas finais da vida da rainha.

3.1 O GOVERNO MARIANO NA DÉCADA DE 1780

O governo mariano durou apenas 15 anos, no entanto, foi marcado por realizações importantes. No ano de 1780, Pina Manique³⁴⁴ tornou-se intendente-geral da Polícia, ocorreu a fundação da Casa Pia, mencionada no capítulo anterior, a cidade de Lisboa ganhou iluminação pública e foi inaugurada a Academia do Nu em Lisboa. No ano seguinte, foi instituída a Aula Régia do Desenho de Figura e Arquitetura Civil em Lisboa.³⁴⁵

Em 1782, Portugal aderiu ao tratado dos neutros, a convite de Catarina II da Rússia. Na verdade, desde 1779 as monarcas vinham estreitando laços com a troca de enviados: D. Maria designou o diplomata Horta Carneiro para São Petersburgo e para Lisboa veio, por parte de Catarina, o Conde Nesselrode. Assim teve início a

³⁴⁴ De acordo com Serrão, Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805) foi um dos homens de confiança e astuto a serviço do governo josefino. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra e para D. José I desempenhou vários cargos, sendo juiz do crime em diversos bairros de Lisboa, desembargador da Relação do Porto, superintendente-geral de Contrabandos e Descaminhos. Por revelar grande dedicação e rigor no cumprimento de suas obrigações, caiu nas graças de Pombal e converteu-se no homem dos sete ofícios. Já no governo de D. Maria I, além de intendente-geral da Polícia acumulou outros cargos. SERRÃO, 2004, p.514.

³⁴⁵ RAMOS, 2010, p. 332-333.

aproximação que resultou na inclusão de Portugal na Liga de Neutralidade Armada, que tinha como meta comum a garantia do livre comércio para os navios mercantes:

Tendo sua majestade a rainha de Portugal sido convidada por sua majestade imperial de todas as Rússias a concorrer com ela para a consolidação dos princípios da neutralidade sobre o mar e segurança da liberdade do comércio marítimo e da navegação das potências neutras, na conformidade da sua declaração de 28 de Fevereiro de 1780, que da sua parte remetida às potências beligerantes; a rainha, por efeito da sincera amizade que une sua majestade fidelíssima com a sua majestade imperial, como também pelo interesse da Europa geral, e dos seus domínios e súditos em particular, quis da sua parte contribuir para a execução de princípios e medidas tão saudáveis quanto conformes às mais evidentes noções de direito da gente. E em consequência determinou nomear, de acordo com a corte imperial da Rússia, plenipotenciários, e de os encarregar de concluir uma convenção cujo espírito e teor em tudo corresponderiam às mesmas intenções.³⁴⁶

Na obra *Portugal e os caminhos do Mar*, a historiadora portuguesa Zília Castro ressalta que dessa aliança a Coroa portuguesa conseguiu grandes vantagens como estender o seu comércio, sobretudo, o dos vinhos e atender aos mercados do norte.³⁴⁷ Ainda, em 1782, foi instituída a Companhia dos Guardas de Marinha, em que se sublinha a “série de reformas que tiveram lugar nas forças de terra, sob o breve comando, e inspiração, do Conde de Lippe”.³⁴⁸

O Tratado de Paris foi assinado em 1783 e resultou no reconhecimento dos Estados Unidos da América como nação independente. De acordo com Ramos, as relações com os Estados Unidos tomaram corpo entre 1783 e 1790.³⁴⁹ Ainda no plano diplomático internacional, a França veio a aderir ao Tratado do Prado, assinado entre Portugal e Espanha desde 1778, cuja finalidade era formalizar o compromisso de ajuda no caso de guerra.³⁵⁰ Em 1785 a aproximação com a Espanha ganhou novos reforços com o casamento duplo de D. João com D. Carlota Joaquina e de D. Mariana Vitória com D. Gabriel. Em várias cartas régias podemos identificar o

³⁴⁶ CASTRO, Zília Osório de. **Portugal e os Caminhos do Mar, séculos XVIII-XIX**. Lisboa: Edições Inapa, 1998, p. 141.

³⁴⁷ CASTRO, 1998, p. 144.

³⁴⁸ SILVA, Carlos André Lopes da. A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas - (1782-1839). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011, p. 1. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308106291_ARQUIVO_RealCompanhiaAcademiadosGuardas-Marinha.pdf Acesso em: 7 de mar. de 2018.

³⁴⁹ RAMOS, 2010, p. 161.

³⁵⁰ ALÇADA, Isabel; FERNANDES, Paulo Jorge; MAGALHÃES, Ana Maria. **As Invasões Francesas e a Corte no Brasil**. São Paulo: Leya, 2011, p.262.

cuidado pessoal de D. Maria com os preparativos de ambos os enlaces como observamos na carta que escreve para Carlos III:

Meu Tio do meu coração A gostoza noticia que acompanha a prezada carta de V. Mg.^{de} escrita em 28 do passado, de se ter effectuado o Desposorio da nossa querida Infanta Carlota, com João meu filho encheu a m.^a Alma da maior satisfação, vendo cumpridos os meus ardentes dez.^{os}, esperando como V. Mg.^{de} que Ds. hade abençoalos e fazelos m.^{to} felices João não escreve a V. Mg.^{de} devendo executalo logo p.^a agradecer o favor que V. Mg.^{de} lhe faz na sua estimável carta, porq. Não se pode ainda aplicar p.^{la} moléstia do olho, o qual se vae extinguindo m.^{to} graças a Ds., elle me pede segure a V. Mg.^{de} a gr.^{de} obrigação, em que fica ao carinho que manifesta rogando a V. Mg.^{de} aceite o affecto mais respeitozo que professa a V. Mg.^{de}, e queira tratalo sem a menor cerimonia, pois já tem a ventura de ser seu Netto; eu tãobem p.^a assim o fazer com a nossa Infanta, ambos pedimos a V. Mg.^{de} viva persuadido que achara sempre em nos a mais constante e fiel amizade, e a Ds. g.^{de} a V. Mg.^{de} m.^s e ditozos ann.^s

Sobrinha que ama m.^{to} a V. Mg.^{de}

Maria

Belem, 6 de Abril de 1785³⁵¹

A aproximação com a França também foi fortalecida com a Convenção franco-portuguesa, em 1786, que reconheceu os direitos de Portugal em Cabinda³⁵², zona do Zaire em que os portugueses faziam comércio de marfim e de escravos. No ano seguinte, as atenções recaíram sobre a Rússia, resultando no Tratado de amizade, navegação e comércio com Catarina II.

No plano interno, em 1783 ocorreu a criação da cadeira de Terapêutica Cirúrgica na Universidade de Coimbra. No ano seguinte, aconteceu a regulamentação para o reitor reformador da universidade e dos ordenados dos lentes. A reforma se prolongou até o final da década. Em 1788, o estabelecimento da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações Destes Reinos e seus Domínios. Em 1790, a instituição da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Datam desse período também a instituição das primeiras escolas para meninas:

No reinado seguinte, o de D. Maria I, o ensino volta às mãos dos religiosos e grande parte do ensino elementar e médio é ministrado nos conventos. É curioso referir que, embora apenas concretizado em 1815, é neste reinado

³⁵¹ D. MARIA I, 1785, apud BEIRÃO, 1944, p. 435.

³⁵² SERRÃO, 2004, p.141.

que se cria o ensino feminino, sendo instituídos em Lisboa lugares de 'mestras de meninas'.³⁵³

A pesquisadora lusa Ana Cristina Araújo também pontua a importância da criação de instituições públicas voltadas para o ensino feminino:

Convém aqui referir que só em 1790 a rainha D. Maria I propõe a criação, em Lisboa, de 18 escolas públicas para raparigas, o que implicava a existência de outras tantas mulheres habilitadas a ministrar essas classes régias. A resistência e os obstáculos à execução desta resolução foram enormes. Em 1814, começavam, finalmente, a ser nomeadas as primeiras professoras régias. Um passo enorme fora dado, entretanto, à escala do ensino particular. Entre 1790 e 1793, 49 mulheres recebem autorização para ministrar cursos femininos de leitura e escrita.³⁵⁴

Como é possível notar por esse breve sumário, na década de 1780 o governo mariano aprofundou reformas, consolidou alianças diplomáticas e procurou integrar Portugal aos acordos internacionais. Indo além, também data desse período a primeira tentativa de revisão da complexa legislação portuguesa e a retomada, no plano internacional, das negociações com a Espanha sobre as fronteiras americanas consolidadas em 1778.³⁵⁵ Contudo, apesar desse contexto profícuo, a bibliografia dedicada ao período mariano, quase sempre, lança mais luz sobre o afastamento da rainha em face de seu adoecimento³⁵⁶ do que a respeito da sua trajetória política. Buscamos a partir do contexto, aferir elementos que colaborem para um melhor entendimento do processo que resultou em tal desfecho.

3.2 OS INDÍCIOS DA MELANCOLIA DA RAINHA

Até o século XVIII, período em que se localizou o reinado de D. Maria I, não existia uma tradição médica consensual acerca da doença mental. Como aponta a historiadora Simone Silva, o que havia era “um misto de ideias e concepções, cada

³⁵³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL – OEI. **Breve evolução histórica do sistema educativo**, Lisboa: Sistema Educativo Nacional de Portugal, s.d., p. 17. Disponível em: www.oei.es/historico/quipu/portugal/historia.pdf Acesso: 19 de mai. de 2018.

³⁵⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa**: atitudes e representações (1700-1830). 1. ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 92.

³⁵⁵ VAINFAS, 2000, p. 174.

³⁵⁶ Cf. BOLÉO, 2009. ROBERTS, 2013.

escola médica trabalhando dentro de seu enquadre teórico particular”.³⁵⁷ Nesse cenário, procuramos levantar os indícios da melancolia da primeira rainha reinante de Portugal que resultaram em seu afastamento do trono.

É importante destacar que a melancolia aparecia entre os sintomas elencados por Plater³⁵⁸, que contribuíam para o estado de alienação mental. Cabe considerar, inclusive, que melancolia é o termo usual para denominar a doença da monarca, conforme observamos na pesquisa que desenvolvemos e cujas fontes analisamos. Mas, antes de nos voltarmos aos documentos, pareceu-nos apropriado verificar o significado atribuído à época para o termo. O dicionário mais influente português foi escrito pelo padre da Ordem de São Caetano, Raphael de Bluteau, em 1712. Segundo sua definição:

Melancolia: tristeza, que de ordinario, procede de humor melancólico. Para os que tem este humor, são sementeiras de penas. Tudo o que elles vem os molesta. Quando lhes faltão motivos de sentimento, a imaginação lhos ministra.³⁵⁹

Essa é a acepção que aparece quando há menção ao estado de humor da rainha. Vejamos com mais detalhes os indícios nesse sentido apresentados pelas fontes.

A primeira referência que localizamos sobre o possível adoecimento de D. Maria I aparece em um ofício de Luís Pinto de Souza Coutinho, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no governo mariano, de 16 de janeiro de 1792, onde mencionou que a rainha estava desde o início do mês de outubro com uma grande melancolia, aflições noturnas, sonos interrompidos e abatimento de espírito. Vejamos o fragmento:

³⁵⁷ SILVA, Simone Santos de Almeida. **Iluminismo e ciência luso-brasileira**: uma semiologia das doenças nervosas no período joanino. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012, p.148.

³⁵⁸ As principais classificações da loucura ou alienação mental do período eram do médico italiano Paul Zacchias (1651) que tentava conciliar as categorias médicas com sua experiência jurídica em tribunais eclesiásticos, entre 1624 e 1650, procurando estabelecer critérios de imputabilidade e responsabilidade decisória aos loucos. Com uma abordagem mais rigorosa, destaca-se o médico da Basileia, Felix Platter (1625), cuja classificação nosográfica, muito influenciada pela Antiguidade, perdeu por bastante tempo no meio médico, além de ter inaugurado o conceito de alienação mental. Importa destacar, ainda, que Plater reforça a melancolia e os delírios como sintomas relacionados a esse estado de alienação mental. PESSOTTI, 1994, p. 124-125.

³⁵⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino**. Coimbra: Colégio das Artes, 1712, p. 404.

Desde os princípios de outubro [de 1791], se lhe principiou a descobrir uma grande melancolia, aflições nocturnas, sonos interrompidos, e abatimento de espírito; isto continuou com pouca diferença até os fins de dezembro e no princípio de janeiro se sangrou Sua Majestade por Concelho dos Médicos; depois deste termo tem crescido a moléstia progressivamente, e ha nove dias se lhe tem exaltado a ponto que se recêa muito hum frenezim completo. Este he o verdadeiro estado em que S. Mag.^{de} se acha no dia de hoje, o qual apresento a V. M.^{ce} para o Médico poder julgar se acaso reputa a sua vinda oportuna, e se pode com probabilidade achar ainda os meios de salvar a S. Mag.^{de} do perigo que a ameaça, e de a poder restituir ao seu primeiro estado de saúde.³⁶⁰

O mesmo Secretário ofereceu novas informações sobre a evolução do quadro real em outros ofícios. Em quatro de fevereiro de 1792, por exemplo, em correspondência ao Ministro de Portugal em Londres, Cipriano Ribeiro Freire, Luís Pinto de Souza Coutinho informa que:

Tenho o grande dissabor de participar a V. M.^{ce} que S. Mag.^{de} se acha actualmente padecendo huma afecção melancolica, que tem degenerado em insânia, e chega aos termos de hum frenezim. [...] esta Senhora sempre teve um temperamento triste, e sujeito a afecções nervosas, o seu gênio era de grande mansidão e hum tanto tímido, a sua imaginação perspicaz e seus hábitos sempre propensos a espiritualidades. Sofre ha anos molestia de estomago, e uma grande addstricção de ventre, que se tem exaltado com a aversão que a Mesma Senhora tem a todos os remedios purgantes, e principalmente ajudas, que nunca consentia.³⁶¹

Como é possível perceber pelos dois fragmentos, o quadro de saúde da Rainha havia começado a chamar a atenção do Secretário em outubro de 1791. Entretanto, ele aponta a frágil saúde da monarca e a propensão à melancolia como uma constante: “[...] esta Senhora sempre teve um temperamento triste, e sujeito a afecções nervosas [...]”. O que parece ser para ele a explicação, já que não é possível visualizar nenhuma razão externa que justifique o adoecimento. Por outro lado, Luís Pinto de Souza Coutinho destaca a rejeição de Sua Majestade aos medicamentos e ajudas, o que parece se somar à explicação intrínseca da doença.

Nada obstante, ultrapassando as informações preciosas dadas pelo Secretário, parece-nos prudente buscar conhecer o contexto íntimo vivido por D. Maria I, para quiçá encontrar indícios que ajudem a explicar a manifestação tão contumaz desse

³⁶⁰ COUTINHO, 1792, apud BEIRÃO, 1944, p. 412.

³⁶¹ COUTINHO, 1792, apud ALMEIDA, Manuel Lopes; BRANDÃO, Mário. **Universidade de Coimbra: Esboço da Sua História**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 339.

quadro de melancolia que resultaria pouco tempo depois em seu afastamento do trono.

É importante destacar que entre 1777 e 1786 D. Maria I governou em um cenário de relativa tranquilidade, tanto política quanto pessoal. Todavia, em 25 de maio de 1786 faleceu seu marido, D. Pedro III, com quem teve um casamento feliz. Devido a essa perda, a rainha teria buscado, cada vez mais, conforto e apoio no seu confessor Inácio de São Caetano. A pesquisadora Jennifer Roberts comenta que D. Maria ficou confinada ao palácio, proibiu as festas públicas e ordenou que os cortesãos passassem a maior parte do tempo em missas.³⁶²

Quase um mês depois, em 21 de junho, nasceu o seu primeiro neto, Pedro Carlos: “D. Maria estava feliz pela sua filha, mas mesmo assim não se animou, pois estava com cinquenta e um anos, tinha perdido o marido e sofria de afrontamentos e de alterações de humor próprios da menopausa”.³⁶³

No mês de setembro ela retomou o processo de reconstrução da Real Fábrica de Vidros na Marinha Grande, que visitou com suas irmãs, filhos e a pequena Carlota no dia 17 de outubro. A rainha parecia começar a se recuperar, tanto que o marquês de Bombelles – novo embaixador francês – que esteve em audiência real em 31 de outubro, comentou: “pouco a pouco a rainha está a emergir da tristeza profunda em que a morte do marido a mergulhara”.³⁶⁴

Contudo, o ano de 1787 foi marcado por preocupações políticas e reformulação de seu gabinete, em face da morte de um dos secretários e da doença de outros dois, já idosos. No plano pessoal, convém destacar que desde o início de seu luto, aconselhada pelos médicos, D. Maria começou a ir a banhos termais em Alcaçarias, mas os episódios de melancolia apareciam de tempos em tempos.³⁶⁵ Em novembro, a rainha recebeu a notícia do nascimento de sua segunda neta, Maria, que foi comemorado por toda Lisboa. No entanto, a criança veio a falecer nos dias seguintes ao nascimento, para tristeza da família real.³⁶⁶ Ainda assim, o viajante

³⁶² ROBERTS, 2013, p. 124.

³⁶³ ROBERTS, 2013, p. 125.

³⁶⁴ BOMBELLES, 1787 apud ROBERTS, 2013, p. 127.

³⁶⁵ BEIRÃO, 1944, p. 360.

³⁶⁶ PEREIRA, 2011, p.136.

inglês William Beckford relatou que, em 25 de novembro, a rainha foi ao teatro³⁶⁷, o que parece demonstrar que a monarca continuava cumprindo sua agenda pública.

Cabe aqui abrir um parêntese para falarmos de Willian Beckford³⁶⁸, já que tomamos algumas de suas anotações como referência. O nobre inglês nos apresenta seu panorama da corte portuguesa. Apesar da riqueza de sua família, pesava sobre Beckford acusações de pederastia, que o acompanharam durante toda a vida. Exilado pela família, o nobre se estabeleceu em Lisboa, por alguns meses, onde circulou pela corte. Contudo, nunca conheceu pessoalmente D. Maria, pois, para tal, os protocolos portugueses exigiam que se fosse apresentado pelo mais relevante representante de seu país.³⁶⁹ Conforme Boyd Alexander, “Robert Walpole, ministro inglês, conhecedor da sua reputação, recusou-se a recebê-lo ou apresentá-lo à Rainha D. Maria I. E este acto excluía-o, automaticamente, das funções oficiais e da sociedade inglesa”.³⁷⁰

De todo modo, durante sua estada na corte, permaneceu orbitando pessoas muito poderosas e próximas da regente como o Marquês de Marialva, o confessor régio, Frei Inácio e até teve uma audiência com o primogênito, D. José. No entanto, sem acesso à rainha. O próprio Beckford conhecia a razão de seu afastamento. Vejamos um trecho de seu diário de 29 de maio de 1787:

³⁶⁷ BECKFORD, William. **A corte da Rainha D. Maria I, Correspondência de William Beckford 1787**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901, p.164.

³⁶⁸ Segundo as notas de Boy Alexander e os estudos das pesquisadoras lusas Piedade Santos, Teresa Rodrigues e Margarida Sá Nogueira, William Beckford nasceu em 29 de setembro de 1760, na Inglaterra. Seu pai, Alderman William Beckford duas vezes Lord Mayor de Londres, era da alta nobreza e um dos homens mais ricos da Inglaterra. “A sua família era a mais abastada e poderosa da Jamaica, onde possuía a maior parte das plantações de açúcar aí existentes, bem como numerosos escravos”. Foi educado em casa por professores particulares e aos 17 anos foi enviado para Genebra a fim de concluir sua educação. Viajou pela Europa durante os anos de 1780 e 1781. Casou-se com Lady Margaret Gordon, filha de um nobre empobrecido, em maio de 1783. Em 1784 Beckford fora eleito deputado por Wells. No entanto, em novembro daquele mesmo ano, o jovem William se viu envolvido em um escândalo, nesse ínterim, foi acusado de má conduta com o jovem Courtenay. A partir daí, “passa a ser considerado um proscrito social onde quer que haja ingleses”. Vai para a Suíça em 1787 e lá perde sua esposa no parto após ela dar à luz a segunda filha do casal. Retorna a Inglaterra, mas como o escândalo não havia cessado, sua família optou por enviá-lo para a Jamaica. Mas, William Beckford passou muito mal durante a viagem e assim que o navio aportou em Lisboa ele decidiu por lá ficar, em 15 de março de 1787. Permaneceu nas terras lusas até o final de novembro do mesmo ano. BECKFORD, William, 1760-1844. **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha**. Introd. e notas Boyd Alexander; trad. e pref. João Gaspar Simões. 3.ed., reimp. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, p. 13 - 15. SANTOS, Piedade; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá. **Lisboa setecentista vista por estrangeiros**. Lisboa: Livros Horizonte, 1996, p. 96-97.

³⁶⁹ BECKFORD, 2009, p. 17.

³⁷⁰ BECKFORD, 2009, p. 17.

Mr. Horne acaba de chegar para jantar comigo e contou-me que houve ontem um grande banquete em casa do Duque de Lafões: 50 ou 60 talheres, todos os ministros, etc. estou persuadido de que Mr. Walpole rejubilou com a ideia de ter conseguido que eu não estivesse presente nesta festa.³⁷¹

Seja como for, suas observações ajudam a montar parte do enredo ao redor da monarca e sua corte.

Retornando à agenda real, sabemos que entre janeiro e março de 1788, D. Maria viajou com a família à Salvaterra, onde se dedicou diariamente à caça, o que, parece ter melhorado seu estado de espírito. Mas, a morte grassou novamente sobre o gabinete real, seu secretário mais próximo, marquês de Angeja, faleceu em 11 de março, o que provocou nova reorganização das funções de Estado. Não obstante, em abril, a rainha mandou celebrar o aniversário da Infanta Carlota e se preparava para uma nova visita à Real Fábrica de Vidros, que ocorreu em 30 de junho.³⁷²

Como é possível perceber, apesar das perdas, D. Maria continuava ativa em seu governo. Porém, a trégua não veio. Já no começo do mês de setembro, o seu filho mais velho e herdeiro do trono, D. José, contraiu varíola e veio a falecer, em 11 do mesmo mês.³⁷³ O que deixou a rainha arrasada e o reino português temeroso quanto a seu futuro.

Conforme Beirão, a morte do príncipe repercutiu de maneiras diversas. D. Maria I curvou-se ao remorso por não ter concordado com a inoculação: “os médicos pretendiam vaciná-lo, mas a Rainha ‘aferrada a preconceitos’ não quis que se procedesse”.³⁷⁴ De acordo com Joffre Marcondes de Rezende, a prática da inoculação, também conhecida por método bizantino, começava a ser difundida na Inglaterra:

Na luta contra a varíola, os povos orientais utilizavam há mais de mil anos a chamada “variolização”, que consistia na inoculação de material retirado das pústulas de um enfermo, na pele de um indivíduo são. Este adquiria a

³⁷¹ BECKFORD, 2009, p. 41.

³⁷² ROBERTS, 2013, p. 132-133.

³⁷³ ROBERTS, 2013, p. 148.

³⁷⁴ BEIRÃO, 1944, p. 363.

enfermidade em forma mais branda do que através do contágio natural. Contudo, apesar de sua relativa benignidade, a doença se manifestava com todo o seu cortejo sintomático, deixando, por vezes, cicatrizes no rosto e no corpo das pessoas inoculadas. O método da variolização estendeu-se aos países do Ocidente no século XVIII, graças sobretudo à esposa do embaixador inglês em Constantinopla, lady Montagu, famosa por sua beleza e elegância, que foram afetadas pela varíola.³⁷⁵

Apesar da avaliação de Beirão sobre a postura de D. Maria em relação à inoculação, é importante frisar que essa não pareceria estranha à maioria de seus contemporâneos. De acordo com George Rosen:

Embora a vacinação viesse a conseguir uma aceitação generalizada, o processo não ocorreu sem oposição. Opunham-se corporações legalmente estabelecidas, como a dos inoculadores; outros oponentes apresentavam objeções científicas válidas, uns alegavam transmitir a vacinação outras doenças, outros, ainda levantavam objeções religiosas.³⁷⁶

De fato, devemos considerar que só no século XIX a vacinação começa a ganhar prestígio, sendo a medicina fortemente impactada pela mutação pastoriana.³⁷⁷ Outro aspecto realçado com a morte de príncipe dizia respeito à negligência médica. Alguns boatos afirmavam que D. José “sucumbira à força de veneno”.³⁷⁸ O que causou grande repercussão popular:

O jovem príncipe muito instruído e afável [...] gozava de muita popularidade; não era, porém, bem visto do clero. Daí veio espalhar-se o boato de que tinha sido envenenado. O povo enfurecido, quis assassinar o seu médico, a quem atribuíram ter sido o executor de um mandato superior. O pobre médico a muito custo pode escapar à fúria popular, refugiando-se no paço. A morte do príncipe D. José foi então considerada uma verdadeira calamidade pública e a rainha afligiu-se profundamente.³⁷⁹

Apesar disso, D. Maria cuidou pessoalmente da pensão da viúva, mas permaneceu em reclusão em Queluz.

³⁷⁵ REZENDE, JM. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. Varíola: uma doença extinta. p. 228. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-24.pdf>> Acesso em: 05 de ago. de 2016.

³⁷⁶ ROSEN, 1994, p. 152.

³⁷⁷ CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das luzes**. Vol. 1. Lisboa: Estampa, 1985, p.151.

³⁷⁸ BEIRÃO, 1944, p. 363.

³⁷⁹ BENEVIDES, 1878, p. 499.

Um pequeno alento à rainha veio com o nascimento de mais um neto, Carlos José, filho de D. Mariana Vitória que era casada com D. Gabriel de Bourbon, filho do rei Carlos III da Espanha, em 31 de outubro. Todavia, as alegrias duraram pouco. D. Mariana também contraiu varíola³⁸⁰ após o parto e faleceu em dois de novembro.³⁸¹ O recém-nascido veio a perecer do mesmo mal sete dias depois e seu pai, D. Gabriel, também foi vitimado em 23 de novembro.³⁸² Novembro ainda não havia chegado ao fim e a rainha ainda sofreria com a perda de seu confessor e principal conselheiro, Inácio de São Caetano, afligido por uma trombose em 29 de novembro.³⁸³ A historiadora Ana Catarina Necho tratando sobre o triste evento comenta que

Frei Inácio de S. Caetano, confessor da rainha há mais de trinta anos também se encontrava doente, a possibilidade da sua morte angustiava D. Maria I, pois era a este membro em que ela se apoiava, não só no plano espiritual, mas na sua vivência como mulher e soberana. De extrema religiosidade, D. Maria I, sentiu a angústia de outra perda, neste caso, o seu terceiro confessor que faleceu no dia 29 de Novembro de 1788. Aquele que acalmava as suas inquietações [...].³⁸⁴

Inquietações que pareciam não ter fim. A enlutada rainha perdeu ainda seu querido tio, o rei Carlos III, com quem mantinha frequente contato epistolar. Numa coincidência funesta, o idoso rei em sua derradeira carta, datada de 14 de dezembro de 1788, ao noticiar a morte do amado filho, D. Gabriel, escreveu a seguinte frase à D. Maria: “segui-lo-ei dentro de pouco tempo”.³⁸⁵ O que de fato ocorreu.

³⁸⁰ “Até o final do século XVIII a varíola constituía verdadeiro flagelo humano, ceifando vidas ou desfigurando o rosto dos sobreviventes com cicatrizes indeléveis e perda de visão. Calcula-se que no século XVIII houve, somente na Europa, sessenta milhões de vítimas de varíola”. REZENDE, 2009, p. 227.

³⁸¹ ROBERTS, 2013, p. 151.

³⁸² BEIRÃO, 1944, p. 366.

³⁸³ ROBERTS, 2013, p. 152.

³⁸⁴ NECHO, Ana Catarina. A «melancolia» do Poder: representações e Imagens de D. Maria I, a Piedosa (1734 – 1799). **IV EJIHM** (IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna), Porto: 2012, p. 11.

³⁸⁵ PEREIRA, Ângelo. **D. João VI príncipe e rei**. v.1-2, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953, p. 47.

3.4 A REVOLUÇÃO FRANCESA E O APROFUNDAMENTO DA MELANCOLIA

Se no plano pessoal o ano de 1788 foi marcado por perdas que afetaram profundamente o estado de espírito de D. Maria, 1789 não se revelou menos perturbador, como veremos a seguir.

O século XVIII ficou conhecido pela Ilustração, um movimento no campo das ideias que lançou novas perspectivas sobre o homem e suas relações. Crítico dos privilégios, da superstição, as *luzes* colocaram a escolha do indivíduo em detrimento ao que lhe era imposto, procedendo a defesa da autonomia. Com isso, o indivíduo deixaria a antiga tutela para declarar que por sua própria natureza detinha direitos inalienáveis.³⁸⁶ Destarte, “um povo é feito de indivíduos; se estes começarem a pensar por si mesmos, o povo inteiro quererá tomar nas mãos o seu próprio destino”.³⁸⁷

A Revolução Francesa, eclodida em maio de 1789, pode ser considerada a primeira grande expressão política do ideário das *Luzes*. Liberdade, igualdade e fraternidade foram as palavras de ordem e a base dos “direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão”.³⁸⁸ Um evento de tamanha proporção não se limitou apenas ao território francês, mas repercutiu em toda a Europa. Uma onda de medo se abateu sobre as monarquias europeias, reis e rainhas se voltavam para a França e temiam por seu futuro.³⁸⁹ Como aponta Caetano Beirão:

Ideias novas, ou melhor, apresentadas com um aspecto novo, agitavam a França. O modelo da Monarquia inglesa, a independência da América, a propaganda dos princípios feita por folhetos vindos de além-fronteiras, e outras causas criaram um estado de espírito contrário à ordem tradicional francesa.³⁹⁰

A Revolução Francesa promoveu a gênese de uma sociedade distinta, com estrutura sociopolítica, cultural e econômica que apresentava matizes próprias.

³⁸⁶ TODOROV, Tzvetan. **O espírito das Luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 20-21.

³⁸⁷ TODOROV, 2008, p. 50.

³⁸⁸ PINSKY & PINSKY. **A história da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 163.

³⁸⁹ PINSKY & PINSKY, 2005, p. 163.

³⁹⁰ BEIRÃO, 1944, p. 368.

Grosso modo, significou a reviravolta no sistema político, símbolo da destruição do absolutismo, do modelo econômico feudal e da consolidação da hegemonia da burguesia no mundo ocidental. Ela forneceu os códigos legais, as ideias, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países do mundo.³⁹¹

Esse contexto internacional veio a se somar à sequência de perdas que marcaram o âmbito pessoal vivenciado por D. Maria. No decurso dos últimos anos, como apontado anteriormente, as relações com a França haviam progredido e a rainha trocou correspondência com Luís XVI.³⁹² Por mais que se tivessem notícias da crise econômica vivida pela coroa francesa³⁹³, a explosão revolucionária surpreendeu as monarquias absolutistas europeias e acabou por somar-se aos fantasmas pessoais de D. Maria.³⁹⁴ A pesquisadora Jenifer Roberts comenta que D. Maria I

Estava perturbada pelos acontecimentos em França, os quais eram relatados detalhadamente pela *Gazeta de Lisboa*. Com medo de que o povo também insurgisse em Portugal, proibiu o editor de publicar quaisquer novos boletins de Paris [...].³⁹⁵

Devemos pontuar que os contatos de Portugal com o exterior eram frequentes, dessa forma, a “divulgação de notícias e pormenores daquilo que estava a suceder em França era notória”.³⁹⁶ Ainda de acordo com Ramos,

O influxo da Revolução Francesa no período de D. Maria I (1777-1792) tem a ver com a força e penetração das notícias veiculadas oralmente do

³⁹¹ PINSKY & PINSKY, 2005, p. 165.

³⁹² Como exemplo, temos a carta que Luís XVI enviou para D. Maria I, sobre o incidente da Cabinda, em 26 de setembro de 1784. DOC. nº 96. **Correspondência dos Soberanos de França com os de Portugal, 1755-1870**. Lisboa: Arquivo Torre do Tombo, 1784.

³⁹³ Em 1778, a França havia perdido colônias, mercados, e adquirido um rombo nos cofres públicos devido às derrotas nas guerras contra a Inglaterra e à ajuda dada aos EUA na luta pela independência daquele, em 1776. Mas, até então, a França era o país mais rico e populoso da Europa. Possuía a monarquia mais poderosa, detentora de poder absoluto sobre a sociedade e a economia. No entanto, a agricultura, maior fonte de renda do Estado, estava em crise devido a atraso técnico, más colheitas e incapacidade de competir com a Inglaterra em plena Revolução Industrial. A situação econômica exigia reformas urgentes que levou a uma aguda crise política da monarquia. Cf. HOBBSAWN, Eric. **Ecoss da Marselhesa**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁹⁴ NECHO, 2012, p. 12.

³⁹⁵ ROBERTS, 2013, p. 158.

³⁹⁶ PEREIRA, 2011, p.135.

exterior para Portugal [...]. Coincidindo com a marcha da Revolução Francesa, deparamos com agentes simpatizantes, protagonistas voluntários e involuntários das mensagens revolucionárias.³⁹⁷

Portugal mantinha contato regular com o exterior, tanto pelo movimento comercial em seus portos, quanto pelas incursões que fazia pelas colônias inglesas e francesas. Logo, mesmo que se tentasse blindar o reino, de uma forma ou de outra, livros, panfletos ou jornais estrangeiros chegavam ao império.³⁹⁸ Beirão pontua que as informações veiculadas em *A Gazeta de Lisboa* e no *Jornal Encyclopedico* apresentavam as “notícias pormenorizadas dos sensacionais acontecimentos da França”.³⁹⁹ Aliás, muitas vezes as cartas de Paris mais interessantes eram reeditadas no *Jornal Encyclopedico*. De acordo com o autor, essa revista mensal era dedicada à Rainha Nossa Senhora, tendo sido criada em 1789, perdurou até 1806⁴⁰⁰, tinha como assinantes a Rainha, a corte e a nobreza portuguesa.⁴⁰¹

Quando as notícias da prisão da família real chegaram à Lisboa, em 1791, a rainha reagiu horrorizada e ordenou que fossem enviados “dois milhões de cruzados das reservas do Estado para o serviço da causa do rei francês”.⁴⁰² Manobras militares foram organizadas perto da Ajuda, mas foi o príncipe D. João quem passou em revista a infantaria e, em função de seu estado de indisposição, a rainha diminuiu o número de audiências oficiais.⁴⁰³

As notícias sobre a queda da monarquia francesa e os avanços revolucionários agravou o estado melancólico da rainha, criando um ambiente interno de instabilidade política. Alguns publicistas⁴⁰⁴ começaram questionar a questão da manutenção da rainha. Conforme Jorge Pedreira e Fernando Costa debatia-se que

³⁹⁷ RAMOS, 2010, p. 168.

³⁹⁸ RAMOS, 2010, p. 168.

³⁹⁹ BEIRÃO, 1944, p. 373.

⁴⁰⁰ BEIRÃO, 1944, p. 373.

⁴⁰¹ BEIRÃO, 1944, p. 373.

⁴⁰² ROBERTS, 2013, p. 161.

⁴⁰³ PEREIRA, 2011, p.137.

⁴⁰⁴ Segundo João Carlos Correia, “durante esse período, quer jornalistas quer escritores eram publicistas de um modo empenhado que unia os homens de letras na figura do intelectual; séculos XVIII e XIX, iluministas e românticos encontraram na imprensa o seu principal órgão de debate, comunicação e divulgação [...]”. CORREIA, João Carlos. Repensar o papel da literatura e do jornalismo no século XXI: a reportagem jornalística no centro das humanidades digitais. In: CAMPONEZ, Carlos. O ensino do jornalismo no século XXI. **Mediapolis** n.º 3, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, p. 123. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qQHdDgAAQBAJ&pg=PA123&dq=publicistas+s%C3%A9cu>

Sendo o rei demente ou furioso se lhe deve dar tutor, porque o Estado não foi instituído para o rei, mas o rei para o Estado, e não se pode presumir que o povo se quisesse sujeitar ao governo de um homem qualquer que fosse a sua incapacidade, somente por ele ser filho ou irmão do rei defunto.⁴⁰⁵

É importante destacar que D. Maria I não foi a única monarca a sofrer com transtornos mentais. Outro caso conhecido e contemporâneo foi o de Jorge III (1738-1820), rei da Grã-Bretanha e Irlanda, que apresentou vários episódios de transtornos mentais ao longo de sua vida de acordo com os pesquisadores britânicos Timothy J. Peters e Allan Beveridge.⁴⁰⁶ Quem também faz menção ao caso do rei inglês é M. Foucault que, em seu livro *O Poder Psiquiátrico*, transcreve trechos dos relatos do médico Dr. Francis Willian e seus irmãos.⁴⁰⁷ De acordo com o autor:

Sir Francis Willis (1718-1807), proprietário em Lincolnshire de um estabelecimento para pessoas afetadas por transtornos mentais, é chamado em 5 de dezembro de 1788, em Londres, no âmbito de uma comissão criada pelo Parlamento a fim de se pronunciar sobre o estado do rei. Willis trata de Jorge III até a melhora dos distúrbios, em março de 1789; episódio mencionado por Philippe Pinel em '*Observations sur le regime moral qui est le plus propre à rétablir*'.⁴⁰⁸

O mesmo médico que tratou do caso do rei Jorge III também foi chamado para cuidar de D. Maria. Segundo Ramos:

Antes, logo a 4 deste último mês, o ministro dos Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa (Balsemão), instruiu o ministro de Londres, Cipriano Ribeiro Freire, para contratar o maior alienista inglês do tempo, Dr. Willis, o médico que, por então, eficientemente tratara Jorge III de Inglaterra, para vir a Lisboa diagnosticar e curar a doença de D. Maria I.⁴⁰⁹

[lo+XVIII&hl=pt-](#)

[BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL5O6yVKzbAhVCgZAKHe4dCnoQ6AEINDAC#v=onepage&q=publicistas%20s%C3%A9culo%20XVIII&f=false](#) Acesso em: 30 de abr. de 2018.

⁴⁰⁵ PEDREIRA, Jorge; COSTAS, Fernando Dores. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.80.

⁴⁰⁶ PETERS, Timothy J; BEVERIDGE, Allan. The madness of King George III: a psychiatric re-assessment. **History of Psychiatry**. USA: Pennsylvania State University, 2016, 20-37, p. 21. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1000.9731&rep=rep1&type=pdf> Acesso em: 15 de out. de 2017.

⁴⁰⁷ FOUCAULT, 2006, p. 25.

⁴⁰⁸ FOUCAULT, 2006, p. 46.

⁴⁰⁹ RAMOS, 2010, p. 228.

Caetano Beirão também traz informações acerca do médico inglês, aponta a fama do Dr. Francis Willis que teve até um artigo sobre ele na *Gazeta de Lisboa*.⁴¹⁰

Segundo informa

Fechando o contrato, não demorou a sair de Londres. Estava em Falmouth a 3 de Março, donde partiu, no paquete *Hannover*, a 8, e chegou a Lisboa a 15. Ficou instalado no palácio das Necessidades. Logo no dia seguinte foi a Queluz ver a Rainha. As suas primeiras impressões não devem ter sido pessimistas, porquanto Luís Pinto comunicava, em 17 de Março, para Inglaterra, que Dr. Willis não achava a Rainha ‘fora de esperança de cura’ e principiava ‘a aplicar os meios’.⁴¹¹

Ramos salienta que a vinda do médico inglês não se deu de pronto, pois “depois de algumas hesitações e a exigência de honorários a todos os títulos avultados, o psiquiatra decidiu-se pela viagem a Lisboa. Quis receber, adiantadas e por inteiro, 10000 libras esterlinas, e 1000 libras por cada mês em Lisboa [...]”⁴¹²; essas informações se sustentam em fontes diplomáticas, nesse caso, correspondências entre o secretário de Estado de Negócios Estrangeiros e seus ministros em Londres. Conforme o pesquisador luso, todas as despesas referentes a seu traslado e estadia ficaram a cargo da Coroa Portuguesa.⁴¹³

Cabe ainda destacar que outro aspecto que pode ajudar a completar o quadro de adoecimento que se abateu sobre a regente: o histórico familiar de doenças mentais. Segundo Boléo, casos de loucura foram comuns em sua ascendência, seu avô materno, Filipe V, tinha acessos de violência e seu tio, Fernando VI, filho de Filipe V, além de ataques de fúrias, tinha períodos em que não comia e trocava a noite pelo dia devido a intolerância à luz.⁴¹⁴

No caso de Felipe V da Espanha, fala-se de uma enfermidade mental recorrente, “que se manifestava em melancolia aguda e em um comportamento anormal e que com frequência provocava uma crise política”⁴¹⁵ Segundo o britânico John Lynch, que é referência em História da Espanha, o primeiro episódio de relevância se deu

⁴¹⁰ BEIRÃO, 1944, p. 417.

⁴¹¹ BEIRÃO, 1944, p. 418.

⁴¹² RAMOS, 2010, p. 228.

⁴¹³ RAMOS, 2010, p. 228.

⁴¹⁴ BOLÉO, 2009, p. 255.

⁴¹⁵ LYNCH, John. **História de España 5**. Edad Moderna: Crisis y recuperación, 1598-1808. España: Crítica, 2005, p. 345, tradução nossa.

em 1717, nesse caso o próprio ministro do monarca relata que eram “sintomas de histeria próximo da loucura e que levaram o rei a trancar-se em seu quarto com a rainha como único consolo”.⁴¹⁶

Ainda, de acordo com o historiador do Reino Unido, Felipe V teve outras crises, em 1727, 1728-1733, sendo sua situação mais estável a partir desse período.⁴¹⁷ Sobre seu comportamento reforça que

Jantava às cinco da manhã com as janelas fechadas e dormia até às oito, para levantar-se a meio dia e tomar uma comida ligeira. A uma se vestia e ia à missa em uma capela próxima, logo recebia alguns visitantes e passava a tarde observando pela janela, jogando com seus relógios ou fazendo com que alguém lesse para ele até a hora da atividade musical ou teatral. Depois de meia noite, geralmente às duas da madrugada, chamava seus ministros para resolver assuntos, se é que se podia dizer assim, até a hora de preparar-se para jantar. Dessa maneira, se completava o ciclo, em que o rei havia invertido a ordem normal das coisas e havia convertido a noite em dia.⁴¹⁸

O fato é que mesmo depois desses episódios o rei continuou à frente do governo. O que não aconteceu no caso de D. Maria I. Talvez a explicação passe por compreender melhor as circunstâncias que cercaram tal decisão.

3.4 O PARECER MÉDICO E O AFASTAMENTO DA MONARCA

As últimas notícias de compromissos públicos cumpridos por D. Maria dão conta de que em agosto de 1791, a monarca lançou a primeira pedra para um novo convento em Mafra, e, em setembro, ela assistiu à inauguração de uma fragata⁴¹⁹. No entanto, como vimos, desde “os princípios de outubro [de 1791], se lhe principiou a descobrir uma grande melancolia, aflições nocturnas, sonos interrompidos, e abatimento de espírito”.⁴²⁰

⁴¹⁶ LYNCH, 2005, p. 345, tradução nossa.

⁴¹⁷ LYNCH, 2005, p. 346.

⁴¹⁸ LYNCH, 2005, p. 347, tradução nossa.

⁴¹⁹ ROBERTS, 2013, p. 161.

⁴²⁰ COUTINHO, 1792, apud BEIRÃO, 1944, p. 412.

A chegada do inverno parece ter intensificado ainda mais esse quadro. O que resultou no afastamento da monarca em 10 de fevereiro de 1792, mediante o pronunciamento de uma Junta Médica.⁴²¹ Jorge Pedreira e Fernando Costa pontuam que

A situação da Casa real portuguesa agravou-se em 1792 com os sinais de loucura da rainha, que acabaria por impor a verificação pública da sua incapacidade e da necessidade de ser substituída nas tarefas do governo. A 10 de fevereiro de 1792 publicava-se a declaração do príncipe de que resolvera assistir e promover o despacho em nome da rainha e assinar por ela, sem que na ordem, normas e chancelaria se fizesse alteração, enquanto durasse ou houvesse impedimento, ou não fosse servida outra coisa ordenar.⁴²²

A formalização da substituição da rainha foi conduzida pelos quatro ministros do despacho do gabinete, que como únicos membros do Conselho de Estado encaminharam uma representação ao príncipe D. João. Nesse documento os quatro ministros, o marquês Ponte de Lima, mordomo-mor e ministro da Fazenda e presidente do Real Erário; Martinho de Melo e Castro, ministro e secretário da Marinha e do Ultramar; José Seabra da Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios do reino e Luís Pinto de Sousa, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, relatavam que

[...] nas presentes circunstâncias do notório impedimento da rainha nossa senhora para expedir os negócios do governo na triste situação de que atestam uniformemente os professores no documento autêntico e original a este junto, de não poder a mesma senhora nem ouvir agora, nem aplicar-se antes de passar muito e indefinível tempo, a coisas tão embaraçadas e ponderosas com as do governo, que até retardariam e empeceriam o seu desejado e esperado restabelecimento: na urgente necessidade de acudir à dita expedição, que não pode mais estar perplexa e suspensa, sem arriscar o dano irreparável às dependências internas e externas, devia sua alteza violentar a sua natural e exemplar moderação, fundada no respeito, veneração e ternura a sua augusta mãe a rainha nossa senhora por ser também indubitável e constante vontade da mesma senhora, a quem a moléstia não permitiu oportunamente nem permite o publicá-lo e autenticá-lo com real assinatura.⁴²³

⁴²¹ NECHO, 2012, p. 15.

⁴²² PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 59.

⁴²³ PEDREIRA; COSTA, 2008, p.59 e 60.

O documento foi entregue juntamente com o *Aviso informando que, impedida pela doença, a rainha deixará de despachar os assuntos correntes da administração, o que passará a ser feito em nome, pelo príncipe. Segue-se um parecer médico sobre a doença da rainha*⁴²⁴. Vejamos as considerações feitas pelos médicos:

Quesitos e respostas dos professores à saúde de Sua Majestade, no estado em que se acha.

1. Se a sua moléstia dá esperança próxima de melhoras.
2. Se haverá demora no perfeito restabelecimento.
3. Se é compatível com o restabelecimento alguma aplicação de sua Majestade nos negócios do governo.
4. Se actualmente será prudente tocar a Sua Majestade nestas coisas sem risco de alterar o programa do seu restabelecimento.

Nós médicos abaixo assinados em conferência respondemos ao primeiro quesito desta proposta negativamente; ao segundo afirmativamente; ao terceiro e quarto negativamente. Paço de Lisboa, 10 de Fevereiro de 1792.

Dr. António José Pereira
 Manuel de Moraes Soares
 António Soares de Macedo Lobo
 Joaquim Xavier da Silva
 Maurício José Álvares de Sá
 José Vicente Borzão
 José Martins da Cunha Pessoa
 José Correia Picanço
 Feliciano António de Almeida
 Francisco José de Aguiar
 Francisco José Pereira
 José Pereira da Cruz
 Manuel Dias Baptista
 Manuel Luís Álvares de Carvalho
 Inácio Tamagnini
 Francisco de Melo Franco
 José Álvares da Silva

JOSÉ DE SEABRA DA SILVA⁴²⁵

De acordo com Inácio José Peixoto, memorialista e contemporâneo, ocorreram, sem sucesso, tentativas de ocultação do quadro médico:

Logo no mês de Dezembro deste ano de 1791, foi público que nossa rainha vivia com grave moléstia. A este tempo muito se trabalhava em ocultá-la, mas ela a teve logo que assinou a grande lei que tirou a jurisdição aos donatários e principalmente a esta igreja de Braga. O caso é que logo assim o publicaram e foi comum sentimento dos zelosos defensores das doações feitas às igrejas. Pode-se porém ter por certo que a rainha tudo isso

⁴²⁴ ALMEIDA, M. Lopes de. **Documentos da Reforma Pombalina**, Vol. II, (1783-1792). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p. 335-339.

⁴²⁵ ALMEIDA, 1979, p. 339.

ignorava. Continuou o encobrimento da moléstia, mas em Fevereiro de 1792 se fez público pela retirada que a corte fez de Salvaterra e a cessação dos despachos.⁴²⁶

Em meio ao caos que grassava sobre as monarquias europeias, julgou-se pertinente o rápido afastamento da rainha de suas funções. De acordo com Ramos, “a 22 de Fevereiro o príncipe D. João decidiu, a contragosto, assumir o poder e assinar pela soberana”.⁴²⁷ Segundo Pereira e Rodrigues,

Em 1792, achando-se completamente louca a rainha D. Maria I e incapaz de se aplicar de qualquer forma aos cuidados do governo, José de Seabra e os seus colegas deliberaram em conselho, depois de ouvidos os médicos, que era indispensável que o príncipe D. João assumisse a regência, mas entendeu José de Seabra, e à exortação que ele lhes fez nesse sentido aderiram completamente os seus colegas, que o príncipe entrasse a governar o reino[...].⁴²⁸

Como é possível perceber, o herdeiro do trono não ambicionava a regência e muito menos esteve à frente do afastamento de sua mãe. De fato,

D. João não nasceu para ser rei. [...] Segundo filho varão, provavelmente lhe estaria reservada uma vida na sombra de d. José, o irmão mais velho a quem cabia a sucessão; a ele estaria reservada uma vida de mera representação e de ócio, não fora uma inesperada conjunção de circunstâncias que em poucos anos o obrigaram a assumir a regência e mais tarde a própria Coroa. O desaparecimento do pai (1786) e do irmão (1788) e o agravamento dos sinais de perturbação mental da mãe, a piedosa rainha d. Maria, colocaram-no, sem aviso prévio, na posição de imediato sucessor à Coroa de Portugal.⁴²⁹

Contudo, não se pode ignorar que a Revolução Francesa criou um ambiente de contenda que arrastou a Europa para a guerra até 1815. No plano interno luso, a solução encontrada não era definitiva, visto que a situação de regência resultava em um ambiente de fragilidade da monarquia, pois a fonte da autoridade era imperfeita.⁴³⁰ De fato, a legitimidade monárquica excluía a possibilidade de D. João

⁴²⁶ PEIXOTO, Inácio José. **Memórias particulares de Inácio José Peixoto**: Braga e Portugal na Europa do Século XVIII. Braga: Universidade do Minho, 1992, p. 123.

⁴²⁷ RAMOS, 2010, p. 227.

⁴²⁸ PEREIRA; RODRIGUES, 1907, p. 777.

⁴²⁹ PEDREIRA; COSTA, 2008, p.10.

⁴³⁰ PEDREIRA; COSTA, 2008, p.79.

ser proclamado rei enquanto a mãe estivesse viva. E apesar da fragilidade mental, D. Maria viveu ainda 24 anos após seu afastamento do poder.

Contudo, se sobre os anos que antecederam sua coroação poucas informações existem sobre a vida da rainha, os anos posteriores ao início da regência de D. João essas se tornam ainda mais escassas. Seu principal biógrafo, Caetano Beirão, finaliza sua obra salientando que a doença confluía com o que se passava na Europa,

A doença de D. Maria I coincidiu os aprestos para a grande conflagração em que toda Europa ia ser envolvida. A *Gazeta de Lisboa*, ao mesmo tempo que dava as primeiras notícias da demência, inseria uma correspondência de Paris em que anunciava: 'Tudo oferece aqui agora hum aspecto bellico'...Era a guerra.⁴³¹

Para o autor, o afastamento encerrou a biografia da primeira mulher regente de Portugal. Assim, “enquanto a Rainha, louca enchia com seus gritos angustiosos as salas, outrora tão alegres do palácio de Queluz, começavam a ouvir-se, na França, as estrofes da *Marselhesa*”.⁴³²

3.5 O PERÍODO REGENCIAL, A VINDA PARA O BRASIL E A MORTE DA RAINHA

A regência de D. João sobre os negócios públicos, a partir de 1792, marca o silenciamento de quaisquer informações sobre a rainha. Cabe, de todo modo, pontuar que se tratava um momento difícil não apenas para Portugal como para toda a Europa:

O seu reinado decorre de profundas mutações à escala mundial e à escala nacional: Revolução francesa e conseqüente guerra europeia, bloqueio Continental, campanha do Rosilhão, guerra com a Espanha e a perda de Olivença, invasões francesas, fuga da corte para o Brasil onde permaneceu durante 14 anos, revolução liberal e independência do Brasil.⁴³³

⁴³¹ BEIRÃO, 1944, p 419.

⁴³² BEIRÃO, 1944, p 420.

⁴³³ SERRÃO, 2014, p. 437.

Contudo, é interessante observar que até 1799, os documentos oficiais continuaram sendo publicados em nome da rainha. Quem sabe pela expectativa de uma possível melhora no estado mental da regente. Foi apenas por meio do decreto de 15 de julho daquele ano que se oficializou o título de regente sem prévia audiência de cortes⁴³⁴, pois “se deixara de lado a hipótese de dona Maria sair do estado de demência, e d. João, sendo o incontestável herdeiro da Coroa, era naturalmente o regente enquanto permanecesse viva a mãe”.⁴³⁵ Francisca Nogueira de Azevedo, a esse respeito pontua que

O monarca não é preparado para reinar. A morte prematura do irmão e a doença da mãe jogam a coroa em sua cabeça. D João é um homem fechado, tímido, com reconhecida dificuldade de tomar decisões e constantemente afetado por crises de depressão. Em 1792, por exemplo, passa a assinar atos oficiais em nome da mãe, e só sete anos mais tarde assume o título de regente. A complexidade política do momento torna mais dramática o seu comportamento.⁴³⁶

Os anos subsequentes foram marcados por conflitos internacionais que resultariam na transferência da corte portuguesa para o Brasil. De acordo com Oliveira:

Retirando-se para a America, o Príncipe Regente, sem afinal perder mais do que possuía na Europa, escapava a todas as humilhações soffridas por seus parentes castelhanos, depostos á forçar, e além de dispor de todas as probabilidades para arredondar á custa da França e da Hespanha inimigas o seu território ultramarino, mantinha-se na plenitude dos seus direitos, pretensões e esperanças. [...] Por isso é muito mais justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra politica do que uma deserção cobarde⁴³⁷

A primeira referência que encontramos sobre D. Maria após o afastamento está exatamente no contexto da transferência para o Brasil:

Entre as muitas anedotas a que os acontecimentos se prestaram, a mais saborosa versa exatamente sobre o embarque da rainha. Ante o alvoroço dos criados que a transportavam às pressas para o navio, dona Maria teria

⁴³⁴ BENEVIDES, 1878, p. 501.

⁴³⁵ PEDREIRA; COSTA, 2008, p 81.

⁴³⁶ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Carlota Joaquina na corte do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 42.

⁴³⁷ LIMA, Oliveira. **Dom João VI**. Rio de Janeiro: Topbooks, 3. ed., 1996, p. 37. Disponível em: <https://archive.org/stream/domjoovinoobrazi02limagoog#page/n57/mode/2up> Acesso em: 23 de abr de 2018.

exigido que não corressem tanto, caso contrário pensariam que ela fugia. A fina ironia dessa história simples reside em que tanto pode ser lida como atribuição à rainha demente de um derradeiro lampejo de lucidez e de dignidade majestática – irremediavelmente perdida por todos os demais familiares –, como o sublinhado de que se tratava evidentemente de uma fuga, o que só alguém que perdera a razão podia deixar de perceber.⁴³⁸

De maneira geral, a bibliografia registra em tom satírico a situação da rainha durante o referido episódio. A historiadora Lília Schwarcz assim narra o evento:

Há relatos, ainda, que insistem na insensatez do embarque, ridicularizando a atitude da família com a única frase lúcida emitida pela rainha, àquela altura totalmente demente: ‘Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo’. Não vamos nos estender nas narrativas desse momento, tão carregadas de qualificativos dramáticos ou imaginativos. No entanto, em tempos de absolutismo, a representação parecia anunciar o fim de uma era: foi com muita discrição e sem nenhuma pompa que o príncipe regente deixou Portugal e embarcou rumo ao Brasil.⁴³⁹

Não há registro na documentação oficial sobre o que de fato ocorreu. Ainda assim, não devemos perder de vista o impacto da travessia do Atlântico para uma senhora de 73 anos e acometida por graves problemas de saúde mental. A bibliografia relacionada menciona que ao chegar ao Brasil, a rainha ficou extremamente assustada com as salvas de tiros em homenagem à família real, por isso, não conseguiu desembarcar junto com os demais, foi necessário adiar, pois os barulhos intensos a atormentavam.⁴⁴⁰

Luísa Boléo informa que o destino da rainha no Brasil foi o Convento do Carmo, onde passaria seus anos finais:

[...] estava preparado para receber a rainha D. Maria I, em 1808, por ser o local mais condigno para a soberana viver os últimos anos da sua existência, na América Portuguesa, e por ficar o mosteiro muito perto (foi construído um passadiço) da primeira residência do filho e regente, quando a corte se mudou para o Rio de Janeiro [...] Foi também neste convento que, em 1810, se instalou a Real Biblioteca, com os muitos volumes trazidos de Lisboa e de outras Bibliotecas reais, como a de Mafra.⁴⁴¹

⁴³⁸ PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 187.

⁴³⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 115.

⁴⁴⁰ ROBERTS, 2013, p. 183-184.

⁴⁴¹ ROBERTS, 2013, p. 313.

Lilia Schwarcz acrescenta um pouco mais de informações sobre o local e esclarece que:

Dada a reduzida dimensão do palácio, D. Maria I foi acomodar-se no convento dos carmelitas, separado dos fundos do palácio pela rua Direita, e aos religiosos só restou a mudança para o seminário da Lapa. O andar térreo do convento foi adaptado para receber tanto o corpo de guarda como a ucharia e a cozinha real. No pavimento superior foram instalados os aposentos da rainha e de sua criadagem. Mas devido ao estado avançado de demência, D. Maria de pouco se dava conta. [...] No entanto, o príncipe e a rainha não estavam exatamente separados. Assim como a Casa da Câmara e da Cadeia, o convento ligava-se ao palácio por um passadiço elevado e repousado em arcos. Era uma forma engenhosa de aumentar o espaço habitável e ao mesmo tempo manter a privacidade real, já que para passar de um prédio para outro não seria necessário sair à rua.⁴⁴²

Durante sua estada no Brasil, encontramos uma referência sobre a presença de D. Maria em uma missa que o orador Frade São Carlos conduzia. Segundo narra o trecho:

Solenizava-se na capela real a Santíssima Senhora das Dores. Um incômodo não tinha permitido vir assistir à festa a Rainha D. Maria I. Não se contava com ela. O orador subira ao púlpito e ia já em meio do sermão, quando, aparecendo a rainha, teve de tornar a começá-lo. Então, voltando-se para a tribuna real, exclamou, repetindo o verso de Virgílio: 'Infandum, regina, jubes renovare dolore...'⁴⁴³

Entre os raros registros sobre D. Maria nos trópicos, encontramos na bibliografia referência a passeios diários pela cidade:

Todos os dias, a rainha Maria era colocada em sua carruagem na praça principal da cidade, antes de cruzar o centro para o seu passeio. Vestia-se invariavelmente de seda preta, num infindável luto pelo marido há muito falecido. Seguido por dois cavaleiros, um para carregar água, outro para levar a escadinha coberta de veludo vermelho, para quando a rainha quisesse descer do coche, o comboio partia pela cidade.⁴⁴⁴

⁴⁴² SCHWARCZ, 1998, p. 230.

⁴⁴³ "Pedir-me para renovar o sofrimento indizível da rainha" tradução nossa, que era um verso de Virgílio. MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. --Ed. rev. e anotada / por Gastão Penalva. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p.55. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1100/729336.pdf?sequence=4>. Acesso em: 30 de Abr. de 2018.

⁴⁴⁴ WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 117.

Apesar disso, segundo Benevides, “durante os últimos anos, a rainha D. Maria I, já de muita idade, não tinha achado no Novo Mundo melhoras ao seu padecimento. A sua razão não mais se tinha aclarado”.⁴⁴⁵ No início de 1816, a saúde da velha soberana sofreu significativa piora:

A rainha. D. Maria I ficou gravemente enferma e cresceram os temores quanto à piora de seu estado. Ela contava com 81 anos, e os que tinham intimidade na corte pressentiam que estava entrando em seus últimos dias – para ela, horas de dor e desconforto. A rainha foi torturada pela disenteria e pela febre. Não tardou a perder toda a sensibilidade abaixo da cintura, ficando com os pés e mãos inchados. ‘Tem tido algumas ocasiões de alívio’, escreveu Marrocos [Luís Marrocos, bibliotecário que escreveu apenas uma carta que se tem referência], ‘porém, passado este, carrega-lhe novo ataque destes sintomas [com] mais força’. Com a continuação da doença, uma equipe de médicos tentou aliviar seu sofrimento. Todos os dias, ela era carregada da cama e empurrada sobre rodas pelo palácio, em substituição aos passeios de carruagem que costumava dar pelo Rio antes de adoecer.⁴⁴⁶

Após uma longa e triste velhice, D. Maria faleceu aos 81 anos de idade, em 20 de março de 1816. Logo que foi confirmada a morte, dobraram os sinos da Real Capela e, em seguida, de todas as outras igrejas da corte e em torno, anunciando ao povo o ocorrido. Depois o corpo foi vestido e preparado para as solenidades. A historiadora Maria Paula Lourenço explica que

Apesar de morto, o corpo da rainha deveria ser tratado com o mesmo respeito, deferência e solenidade de quando estava vivo. Desde o cerrar dos olhos, ao tratamento do corpo, ao amortalhamento, ao colocar do féretro no caixão, à última saída régia no cortejo fúnebre e, por fim às exéquias, em todos os momentos desta separação existencial do mundo dos vivos, a Rainha era, ainda mais do que em vida, liturgicamente celebrada, indo-se reunir, para muitos, ao panteão espiritual da igreja.⁴⁴⁷

Na manhã do dia 21, as infantas acompanharam a princesa Carlota Joaquina para beijar a mão da rainha falecida. Em seguida foi a vez de D. João e depois da Família Real, foi a vez da corte:

⁴⁴⁵ BENEVIDES, 1878, p. 506.

⁴⁴⁶ WILCKEN, 2005, p. 186-187.

⁴⁴⁷ LOURENÇO, Maria Paula Maçãl. **Rainhas no Portugal Moderno: casa, corte e patrimônio**. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 156-157.

Por volta das dez horas do dia 21 de março, dona Carlota Joaquina e as infantas entraram na câmara da rainha defunta para lhe beijar a mão, recolhendo-se de imediato aos seus aposentos. Seguiu-se o rei d. João, que, 'tendo beijado de joelhos a real mão de sua augusta mãe, e assim esperou que os sereníssimos senhores príncipe e infante beijassem a mão de sua augusta avó, e depois a corte, e os mais vassallos de maior graduação, que para esse fim concorreram em grande número'. Retirando-se o rei, prosseguiu o beija-mão pelos eclesiásticos e todas as pessoas distintas que procuravam a honra de se despedirem da sua soberana.⁴⁴⁸

No dia 23 o corpo foi transferido para a Capela Real, onde foi celebrada a missa pela alma da rainha. O príncipe regente ordenou que se rezassem em todas as igrejas da cidade quantas missas fossem possíveis em sufrágio de sua mãe.⁴⁴⁹

Também em Portugal se prestou homenagens à rainha. Segundo relata Benevides:

Neste mesmo ano, a 4 de outubro, se fizeram na igreja de S. Julião, em Lisboa, exéquias solenes por alma da falecida rainha; a música do *réquiem* era de João Domingos Bomtempo. Por essa ocasião houve o grande incêndio que destruiu a igreja de S. Julião. O corpo da rainha D. Maria I foi depositado, no dia 23 de março de 1816, no convento dos religiosos de Nossa Senhora da Ajuda do Rio de Janeiro, sendo trasladado para Lisboa a bordo da fragata *Princesa Real* no ano de 1821, aonde chegou em 4 de julho, sendo provisoriamente depositado, no dia 7, na igreja do S. José do Ribamar. No dia 18 de março de 1822 se trasladou para a Igreja do Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus, à Estrela, e no dia 20, depois de um ofício de corpo presente, com música de Domingos Bomtempo, foi o cadáver da rainha entregue a soror Maria Bárbara, priora do mesmo mosteiro. Jaz D. Maria I em um belo túmulo, construído por Luís Chiari, na capela-mor da igreja do Coração de Jesus, do lado do Evangelho. O padre António de Castro, comissário dos estudos, fez-lhe o epitáfio.⁴⁵⁰

Luís de Oliveira Ramos fazendo um balanço dos anos que se seguiram ao afastamento, observa que

Daí em diante, a soberana viveu em Queluz e no Rio de Janeiro, recebia o beija-mão dos seus familiares, passeava de coche com o príncipe herdeiro, foi a primeira rainha do Reino Unido de Portugal e do Brasil (1815), morreu em 1816, no Brasil, e foi sepultada na Basílica da Estrela, que fundara, longe de todos os outros Braganças, que repousam em São Vicente de Fora. Por ocasião do seu falecimento foram-lhe prestadas as honras devidas e seu corpo regressou a Portugal, com D. João VI e a família real, em 1821.⁴⁵¹

⁴⁴⁸ PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 310.

⁴⁴⁹ PEDREIRA; COSTA, 2008, p.311-312, *passim*.

⁴⁵⁰ BENEVIDES, 1878, p. 506.

⁴⁵¹ RAMOS, 2010, p. 231.

Nas palavras dos historiadores Jorge Pedreira e Fernando Costa:

Também na hora da morte, a monarquia tinha de reinventar-se no Brasil e, embora a rainha estivesse morta para a vida pública havia muito tempo, d. João nem por isso deixou de emprestar às cerimônias fúnebres de sua mãe a mesma grandiosidade que lhe seria devida se ela tivesse governado até o fim da vida.⁴⁵²

As cerimônias fúnebres se estenderam por meses e d. João adiou sua aclamação para depois de um ano de luto. De fato, nos dois meses seguintes ao falecimento, o nome de d. Maria foi mais vezes evocado do que durante seu recolhimento no Convento do Carmo.⁴⁵³

Cabe, por fim, destacar que apesar da recorrente referência à loucura da rainha presente na bibliografia contemporânea que trata sobre o período, não encontramos nos documentos e escritos da época o uso desse termo ou algo equivalente. Aliás, após sua morte, a doença deixou de ser o foco dos escritos e a ênfase passou a recair sobre sua vida piedosa, especialmente, na produção de uma memória oficial.

Um exemplo que aponta nesse sentido é a *Oração funebre recitada nas solemnes exequias de trasladação, e despedidas do Augusto Regio Corpo da Fidelissima Rainha de Portugal a senhora Dona Maria Primeira*, escrita pelo Frade António da Assumpção, lente jubilado em Teologia, examinador sinodal do Patriarcado e da Nunciatura Apostólica. A finalidade da *Oração* era prestar testemunho público da gratidão do reino à falecida rainha e foi recitada na missa realizada em 18 de março de 1822, após o traslado dos restos mortais que estavam no Brasil, na Igreja do Convento de São José de Ribamar, no Rio de Janeiro, para a Igreja da Estrela em Portugal.⁴⁵⁴

Ao longo das 37 páginas que compõe o documento, o Frade António da Assumpção dedica-se à construção da imagem de *Piedosa Mãe*

⁴⁵² PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 310

⁴⁵³ PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 312.

⁴⁵⁴ ASSUMPÇÃO, Antonio da. **Oração funebre recitada nas solemnes exequias de trasladação, e despedidas do Augusto Regio Corpo da Fidelissima Rainha de Portugal a senhora Dona Maria Primeira**,...Lisboa: Na typografia de Simão Thaddeo Ferreira, M. DCCC. XXII [1822].

Eu não me admirarei em fim, nem da pompa fúnebre, nem da magnificência do mausoleo, preparado pela Piedade filial, apuro, e esmero da arte, nem tão pouco das homenagens, que os Portuguezes, quaes amantes filhos, irmão, penetrados da mais viva dor, tributar ao sepulcro de sua Piedosa Mãe, e RAINHA.⁴⁵⁵

Ao recordar a trajetória da rainha, o autor explica que *a memória de seu sábio e feliz Reinado, e de todas as virtudes, que a adornarão no Trono, farão com que a Pátria agradecida chore no tumulo, e a honre segundo seu reconhecido merito.*⁴⁵⁶ Assim, sempre em tom solene e elogioso, o frade rememora a trajetória da *Piedosa*, desde seus pais, passando por seu nascimento e casamento. Para, em seguida, destacar os feitos de seu governo, sem perder de vista as virtudes de seu reinado:

[...] ella foi o amparo dos infelices, o alivio dos desgraçados, a apreciadora dos homens de bem, o manancial perene da prosperidade publica, a protectora das artes,⁴⁵⁷ o esplendor das sciencias, a égide, e escudo de todos os seus vasallos⁴⁵⁷

Conforme apontado por Maria Paula Lourenço, os discursos ao lembrarem a vida e a obra do defunto em orações e elogios fúnebres, perpetuavam na memória coletiva, fosse pela palavra ou pela escrita, a imagem exemplar do monarca:

Vivos que ao presenciarem desfiles e cortejos fúnebres, muito em especial dos Grandes e dos membros da Família Real, reanimavam, pela catarse colectiva e pela exaltação litúrgica, sentimentos de pertença a uma comunidade, a um Reino, a um rei ou a uma rainha. Em suma, se em vida real servia o ideal monárquico, na morte de um de seus membros, as aparatosas e espetaculares exéquias e as hiperbólicas elegias fúnebres, perpetuavam para além da vida, o elogio e a imagem exemplar da dinastia reinante, na circunstancia a brigantina. A morte transformada em objeto de propaganda política, publicitava a todos e por todo lado, a glória, o esplendor, a riqueza e o poder.⁴⁵⁸

De igual modo, a translação dos ossos da rainha constituía um momento de exaltação litúrgica da Monarquia e da memória de seus representantes. Os sermões fúnebres ajudavam a propagar a imagem piedosa e favorecia a devoção à Casa

⁴⁵⁵ ASSUMPÇÃO, 1822, p. 6.

⁴⁵⁶ ASSUMPÇÃO, 1822, p. 7.

⁴⁵⁷ ASSUMPÇÃO, 1822, p. 8.

⁴⁵⁸ LOURENÇO, 2012, p.154.

Real. Peter Burke esclarece que esse tipo de representação esteve voltada para reafirmação da glória da monarquia, pois

Os escritos do período não deixam dúvidas acerca da importância da reputação ou glória de reis ou nobres semelhantes. Num dicionário do período, glória distinguia-se de louvor porque 'o louvor é dado por indivíduos e a glória por todo mundo'. Glória era uma palavra chave da época.⁴⁵⁹

No contexto em que a *Oração Fúnebre* foi escrita, marcado pela a frágil situação da monarquia após a revolução do Porto (1820), a imagem de D. Maria I e seu reinado piedoso atendia também estratégias para a manutenção do poder régio. De acordo com Patrick Wilcken,

O exílio prolongado da corte havia armazenado problemas em Portugal, ecoados em toda a Europa pós-napoleônica. Uma profunda cisão entre liberais e monarquistas atravessava o país. Os próprios liberais estavam divididos – alguns viam a revolução [do Porto] meramente como uma forma de garantir o retorno da família real e o fim do governo nos trópicos, enquanto outros ansiavam por um rompimento mais radical com o passado. Nos primeiros meses depois da volta, D. João cooperou ou fingiu cooperar com o clima dominante, adaptando-se à vida de monarca constitucional, nomeando ministros, porém não mais desempenhando um papel ativo na política.⁴⁶⁰

Contudo, os tempos de absolutismo haviam chegado ao fim. Talvez, o epitáfio que encerra a *Oração* servisse de alguma forma à própria monarquia:

Maria I augusta, piedosa, mãe da patria, rainha clemente, protectora da religião, soberana excelsa dos portuguezes, jaz neste tumulo, monumento da piedade filial do senhor rei dom João vi, e vive na memoria saudosa de seus feis vassallos. A terra lhe seja leve, e descance em paz. *Requiescat in pace. Amem.*⁴⁶¹

⁴⁵⁹ BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009, p. 16.

⁴⁶⁰ WILCKEN, 2005, p. 273.

⁴⁶¹ ASSUMPÇÃO, 1822, p.32.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a trajetória de uma personagem é necessário refletir sobre a articulação entre sua vida pessoal e os diferentes contextos sobrepostos. Foi nessa perspectiva que procuramos apresentar D. Maria I. O propósito principal desse trabalho foi refletir sobre as complexas relações entre a vida privada e pública da monarca e seus desdobramentos. Por tratar-se de uma análise biográfica, foi imprescindível procurar contribuições que lançassem luz também sobre os aspectos pessoais, para além da esfera pública em que, de modo geral, se apresentou nossa personagem.

Sendo assim, procuramos recompor, pelo menos em parte, a trajetória de D. Maria I. Para tanto, partimos do período Joanino (1706-1750) em que ela nasceu, enfocando a formação que lhe foi dada e a influência de seu avô. Em seguida apresentamos os principais eventos do governo de seu pai, D. José I (1750-1777). Foi nesse período, marcado pelo Terremoto de Lisboa (1755) e a reconstrução da cidade, além de uma nova elite e diversos conflitos e acordos políticos que tiveram desdobramentos diretos sobre a vida da princesa.

Com sua ascensão ao trono português verificamos que a Rainha se revelou uma governante ativa e conectada às questões de seu tempo. Ao contrário da imagem eternizada pela historiografia tradicional, que descreveu seu reinado como retrógrado e obscuro, foi possível averiguar avanços importantes, a continuidade de planos ilustrados do governo anterior e sua ampliação, apesar do contexto menos favorável vivido pela monarquia.

Procuramos também questionar o uso frequente do termo “viradeira” para definir o período mariano em razão da retomada por parte da alta fidalguia dos antigos lugares de poder perdidos no governo pombalino. Pois, para além dessa retomada, a estrutura política do governo de D. Maria I teve como fundamento uma parcela significativa da burocracia formada sobre a insígnia de Pombal. Logo, a ideia de

ruptura se completa com o reinado anterior e a visão de antítese entre os dois períodos perde sua sustentação.

Diferentemente de seu pai, durante a regência mariana, não encontramos um ministro com os poderes alcançados por Pombal. O contexto europeu era distinto e no Reino havia uma atmosfera cosmopolita e a ilustração portuguesa estava em sua plenitude. Apesar de sua curta duração, apenas 15 anos, o reinado de D. Maria I aprofundou reformas, consolidou alianças diplomáticas e procurou integrar Portugal nos acordos internacionais em curso, como apresentamos. Igualmente, fez parte desse período a primeira tentativa de revisão da complexa legislação portuguesa e a retomada, no plano internacional, das negociações com a Espanha e aproximação com a Rússia e a França. Outros progressos significativos dizem respeito à criação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), à Academia das Guardas Marinhas (1782) e à Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho (1790), todas elas destinadas à formação das futuras elites.

Por meio da análise das cartas pessoais escritas pela soberana cotidianamente para sua filha, Mariana Vitória, foi possível lançar luz sobre um lado pouco conhecido da monarca, sua vida privada e o modo como zelava pelos assuntos domésticos. Foi também por meio de sua correspondência que penetramos a dor de suas perdas e a fragilização de sua saúde.

Nossa intenção foi acompanhar os indícios de sua crescente melancolia, frente ao cenário pessoal de perdas que abateram a monarca a partir dos anos de 1780, somado ao contexto de efervescência que culminou na Revolução Francesa em 1789. Como procuramos apresentar, a Revolução Francesa transformou não apenas a França como toda a Europa e teve grande impacto sobre a saúde de D. Maria. Afinal, como apontado anteriormente, as relações com a França haviam progredido e a rainha trocava correspondências com Luís XVI. E por mais que se tivessem notícias da crise econômica vivida pela coroa francesa, a explosão revolucionária surpreendeu as monarquias absolutistas europeias e acabou por somar-se aos fantasmas pessoais da rainha lusa.

No plano interno luso, a situação da Casa Real agravou-se em 1792 com os sinais de piora da rainha, o conselho ministerial decidiu pela verificação pública da sua incapacidade, indicando a necessidade de ser substituída nas tarefas do governo. Como pontuamos, a solução encontrada não era definitiva, visto que a situação de regência resultava em um ambiente de fragilidade da monarquia, pois a fonte da autoridade era imperfeita. De fato, a legitimidade monárquica excluía a possibilidade de D. João ser proclamado rei enquanto a mãe estivesse viva. E apesar da fragilidade mental, D. Maria viveu ainda 24 anos após seu afastamento do poder.

Conforme apontado, até o século XVIII, período em que se inscreve o reinado de D. Maria I, não existia uma tradição médica consensual acerca da doença mental. Além disso, procuramos mostrar que os sintomas de melancolia não aparecem noticiados na primeira década do governo da monarca, quando essa atuou ativamente à frente do Reino.

Frente ao exposto, talvez seja prudente questionar se o secretário de Estado Luís Pinto de Souza Coutinho tenha dado pouca importância aos terríveis eventos que marcaram a vida da rainha D. Maria I entre 1786 e 1792. A sequência de perdas iniciadas com o falecimento de seu marido, D. Pedro III, seu filho primogênito, o príncipe D. José, sua filha adorada D. Mariana e seus dois netos mais jovens, além de seu confessor, Inácio de São Caetano, e seu tio querido, Carlos III, tiveram profundo impacto sobre a rainha. Sozinhos, tais eventos já trazem consigo a marca da desolação. Mas, somados ainda ao ambiente revolucionário que varreu a Europa a partir da Revolução Francesa, talvez nos convide a refletir sobre o impacto dessa conjunção de desgraças sobre a rainha já fragilizada e cada vez mais solitária. Acreditamos que pensar o avanço da melancolia de D. Maria passa, portanto, também por compreender esse cenário. Nos parece que ignorar a trajetória das perdas vividas é deixar de compreender o quanto eventos aleatórios podem alterar o curso de uma vida e, porque não, de um reinado.

Cabe, por fim, destacar que apesar da recorrente referência à loucura da rainha presente na bibliografia contemporânea que trata sobre o período, não encontramos nos documentos e escritos da época o uso desse termo ou algo equivalente. Aliás,

após sua morte, a doença deixou de ser o foco dos escritos, logo a ênfase passou a recair sobre sua vida piedosa, especialmente, na produção de uma memória oficial.

Assim, ao dialogarmos com a historiografia devemos abandonar a visão unilateral associada à loucura muitas vezes atribuída à D. Maria I. Esperamos, dessa forma, ter contribuído para que outros estudiosos revisitem sua história sob outras perspectivas. Reconhecemos que muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas, sobre a trajetória dessa mulher, mãe e rainha do Reino português.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

ALMEIDA, M. Lopes de. **Documentos da Reforma Pombalina**, Vol. II, (1783-1792). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

ASSUMPÇÃO, Antonio da. **Oração funebre recitada nas solemnes exequias de trasladação, e despedidas do Augusto Regio Corpo da Fidelissima Rainha de Portugal a senhora Dona Maria Primeira**,...Lisboa: Na typografia de Simão Thaddeo Ferreira, M. DCCC. XXII [1822].

AUTO do Levantamento, e Juramento que os Grandes, Títulos Seculares, Eclesiásticos, e mais Pessoas, que se acharão presentes, fizerão á Muito Alta, Muito Poderosa Rainha Fidelíssima a Senhora D. Maria I, Nossa Senhora na Coroa destes Reinos, e Senhorios de Portugal, sendo Exaltada, e Coroada sobre o Régio Throno juntamente com o Senhor Rei D. Pedro III. na tarde do dia Treze de Maio. Anno de 1777, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, Anno de M.DCC.LXXX [1780].

BECKFORD, William, 1760-1844. **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha**. Introd. e notas Boyd Alexander; trad. e pref. João Gaspar Simões. 3.ed., reimp. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

BECKFORD, William. **A corte da Rainha D. Maria I, Correspondência de William Beckford 1787**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BEIRÃO, Caetano, **D. Maria I, 1777-1792**: subsídios para a revisão da história do seu reinado, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

COLLECÇÃO da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maignense, anno de 1828.

DOC. nº 96. **Correspondência dos Soberanos de França com os de Portugal 1755-1870**. Lisboa: Arquivo Tôrre do Tombo, 1784.

FIGUEIREDO, António Pereira de. **Elogio dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, Illustrados de Notas Históricas e Criticas**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCLXXXV [1785].

LÁZARO, Alice. **Com o Mais Fino Amor**: cartas íntimas da Rainha Dona Maria I para a filha (1785-1787), 2014.

SOUSA, António Caetano de. **Historia genealogica da Casa Real Portugueza**: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e offerecida a El Rey D. João V... / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular... ; tomo VII. - Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. - 12 tomos em 13 volumes, 1741.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ALÇADA, Isabel; FERNANDES, Paulo Jorge; MAGALHÃES, Ana Maria. **As Invasões Francesas e a Corte no Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

ALMEIDA, Manuel Lopes; BRANDÃO, Mário. **Universidade de Coimbra: Esboço da Sua História**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.

ALVES, Patrícia. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)**. 2011. 320f. Tese. ICHF, Universidade Federal Fluminense, 2011.

ANASTÁCIO, Vanda. Viver em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal: uma breve panorâmica. In: VALE, Teresa Leonor. **A cidade pombalina**: História, Urbanismo e Arquitetura. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 15.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa**: atitudes e representações (1700-1830). 1. ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Cartas inéditas de Carlota Joaquina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

BEIRÃO, Caetano, **D. Maria I, 1777-1792**: subsídios para a revisão da história do seu reinado, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BELLO VÁZQUEZ, Raquel. **Mulheres do século XVII, A Condessa de Vimieiro**. Lisboa: Ela por ela, 2006.

BELLO VÁZQUEZ, Raquel. **Uma certa ambição de glória**. Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798). Tese. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2005.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. **Rainhas de Portugal** - Estudo histórico. Lisboa: Typographia Castro irmão, 1878.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino**. Coimbra: Colégio das Artes, 1712.

BOLÉO, Luísa V. Paiva. **D. Maria I: a rainha louca**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

BORRÊCHO, Maria do Céu de Brito Varinho. **D. Maria I: A formação de uma Rainha**. Lisboa, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da história Oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

CALMON, Pedro. **O Rei do Brasil**: vida de D. João VI. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

CARDOSO, Beatriz Amazonas. **Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero:** Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. 2009. 264 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARLOTA Joaquina: princesa do Brazil. Direção: Carla Camurati. Produção: Carla Camurati, Bianca De Felippes. Rio de Janeiro: Warner Bros. Pictures, c1995. 1 DVD.

CARVALHO, Isabel Cristina. Biografia, Identidade e Narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, jul. de 2003.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÉS, Phillipe. **História da Vida Privada**, tomo 3: da Renascença ao Século das Luzes / organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTRO, Zília Osório de. **Portugal e os Caminhos do Mar, séculos XVIII-XIX.** Lisboa: Edições Inapa, 1998.

CHARTIER, R. Formas de Privatização. In: ARIÉS, Phillipe. **História da Vida Privada**, tomo 3: da Renascença ao Século das Luzes / organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas desafios e propostas. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das luzes.** Vol. 1. Lisboa: Estampa, 1985.

CORREIA, João Carlos. Repensar o papel da literatura e do jornalismo no século XXI: a reportagem jornalística no centro das humanidades digitais. In: CAMPONEZ, Carlos. O ensino do jornalismo no século XXI. **Mediapolis** n.º 3, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qQHdDgAAQBAJ&pg=PA123&dq=publicistas+s%C3%A9culo+XVIII&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL5O6yvKzBAhVCgZAKHe4dCnoQ6AEINDAC#v=onepage&q=publicistas%20s%C3%A9culo%20XVIII&f=false> Acesso em: 30 de abr. de 2018.

COSTA, Eduardo Freitas da. **Tradução em português das Actas das Cortes de Lamego, segundo a lição de frei Bernardo de Brito - frei António Brandão** in Eduardo Freitas da Costa (org.), Coleção de Textos Constitucionais Portugueses, Lisboa, Edições de Documentação Política («Archivum»), 1955.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

DEL PRIORE, Mary. **O mal sobre a terra**: uma história do terremoto de Lisboa. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001.

FALCON, Francisco J. C.. Da Ilustração a revolução - Percursos ao Longo do Espaço - Tempo Setecentista. Acervo: **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan.jun.,1989.

FALCON, Francisco. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

FARIA, Maria Dulce; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. In: **3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf> Acesso em: 29 de ago. de 2017.

FARIA, Miguel Figueira de. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio**. Lisboa: Leya, 2012.

FRANÇA, José Augusto. **A arte em Portugal no século XIX**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.

FRANÇA, José-Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Ltda., 1989.

FRASER, Antonia. **A Conspiração da Pólvora**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GARCIA, José Manuel. **Dicionário Essencial de História de Portugal**. Lisboa: Editora Presença, 2010.

GASPAR, Carlos. As Três Principais Potências Europeias e a Crise Transatlântica. **Nação e Defesa**, Portugal, N.º 113 – 3. Série p. 21-36, 2006.

GONÇALVES, Izabela Gomes. **A Sombra e a Penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. 2010. 207f. Dissertação. PPGH/UFF, Universidade Federal Fluminense, 2010.

GUINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAN/TT. **Programa de Normalização da Descrição em Arquivo Codificação do Nome dos Municípios e das Freguesias**. Lisboa: Arquivo da Torre do Tombo, 2006. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/cod_mun_freg.pdf Acesso em: 23 de dez. de 2017.

KANTOROWICKS, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LÁZARO, Alice. **A Virtuosa Arte de Reinar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I – Pelo seu Confessor**. Lisboa: Chiado, 2016.

LÁZARO, Alice. **Com o Mais Fino Amor - Cartas da Rainha Dona Maria I para a Filha (1785-1787)**. Lisboa: Chiado, 2014.

LENCASTRE, Isabel. **Bastardos reais: Os Filhos Ilegítimos dos Reis de Portugal**. Lisboa: Leya, 2012.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI**. Rio de Janeiro: Topbooks, 3. ed., 1996. Disponível em: <https://archive.org/stream/domjoovnobrazi02limagoog#page/n57/mode/2up> Acesso em: 23 de abr de 2018.

LOPES, Marcos Antônio. **O Imaginário da Realeza**. Londrina: Eduel, 2012.

LOPES, Maria Antónia. Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder. **Revista Portuguesa de História**, t. XXXVI (2002-2003), p. 203-274 v. 2. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12744/1/Maria%20Ant%20nia%20Lopes%2036%20vol%202.pdf> Acesso em: 27 de set. de 2017.

LORIGA, Sabrina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOURENÇO, Maria Paula Maçal. **Rainhas no Portugal Moderno**: casa, corte e patrimônio. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

LYNCH, John. **Historia de España 5**. Edad Moderna: Crisis y recuperación, 1598-1808. España: Crítica, 2005.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. --Ed. rev. e anotada / por Gastão Penalva. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1100/729336.pdf?sequence=4> Acesso em: 30 de Abr. de 2018.

MAGALHÃES, Alberto. **A Real Fábrica das sedas e o comércio têxtil com o Brasil (1734-1822)**. 2010. 174f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**: Do Renascimento às Revoluções Liberais. Lisboa: Presença, 1998.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**: ascensão e queda. Lisboa: Manuscrito, 2015.

MERLO, Patrícia. Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do setecentos. In: **Revista Dimensões**, v. 28. Vitória: UFES, 2012.

MERLO, Patrícia. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **Dimensões**. Vitória: UFES. v. 34, 2015.

MILHEIRO, Maria Manuela. Festa, Pompa e ritual: a Aclamação de D. Maria I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. **Barroco: Actas do II Congresso Internacional**, 2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7527.pdf> Acesso em: 11 de jun. de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL– OEI. **Breve evolução histórica do sistema educativo**, Lisboa: Sistema Educativo Nacional de Portugal, s.d. Disponível em: www.oei.es/historico/quipu/portugal/historia.pdf Acesso: 19 de mai. de 2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A monarquia barroca (1668-1750). In: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores. **D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões: Uma Vida Singular no Século das Luzes**. Lisboa: INAPA, 2006.

MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

NECHO, Ana Catarina. A «melancolia» do Poder: representações e Imagens de D. Maria I, a Piedosa (1734 – 1799). **IV EJIHM** (IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna), Porto: 2012.

O QUINTO dos Infernos. Direção; Wolf Maia. Produção: Rede Globo. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, c2002. 4 DVDs.

OLIVEIRA, A. H de Marques. **Breve História de Portugal**. 9. ed. Lisboa: Presença, 2015.

OLIVEIRA, Josemar Machado de; MERLO, Patrícia. **A época moderna e a construção da dicotomia entre o público e o privado** [recurso eletrônico] - Dados eletrônicos. - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n.

20, p. 95-122, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/394/420>. Acesso em: 06 Fev. 2017.

PEDREIRA, Jorge; COSTAS, Fernando Dores. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEIXOTO, Inácio José. **Memórias particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do Século XVIII**. Braga: Universidade do Minho, 1992.

PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Dana. **A Vida Privada dos Bragança: De D. João IV a D. Manuel II – O Dia a Dia na Corte**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

PEREIRA, Ângelo. **D. João VI príncipe e rei**. v.1-2, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal** - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. v. 6. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1907.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal** - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. v. 1. Lisboa: João Romano Torres-Editor, 1904.

PEREIRA, José Esteves. **O pensamento político no século XVIII**: Antônio Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_pensamento_pol%C3%ADtico_em_Portugal_no_s.html?id=1cyGAAAAMAAJ&redir_esc=y Acesso em: 03 de jun. de 2017.

PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura Barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992.

PETERS, Timothy J; BEVERIDGE, Allan. The madness of King George III: a psychiatric re-assessment. **History of Psychiatry**. USA: Pennsylvania State University, 2016, 20-37. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1000.9731&rep=rep1&type=pdf> Acesso em: 15 de out. de 2017.

PINSKY & PINSKY. **A história da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAMACCIOTTI, Fábio de S. **LEX SALICA** – dos francos sálidos às disputas sucessórias ao trono da França. São Paulo: USP, FACULDADE DE DIREITO DO

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 2016. Disponível em: <http://rpeadv.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Trabalho-DCV-5921-Hist%C3%B3ria-do-Direito-no-Mundo-Occidental.pdf> Acesso em: 23 de dez. de 2017.

RAMOS, Luís de Oliveira. **D. Maria I**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-24.pdf>> Acesso em: 05 de ago. de 2016.

ROBERTS, Jenifer. **D. Maria I – A vida notável de uma rainha louca**. Portugal: Casa das Letras, 2013.

ROCHA, José Monteiro da. **Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa desde o seu estabelecimento em 1780 até 1788**. Solução Geral do problema de Kepler sobre a medição das pipas, e toneis. Tomo I. Lisboa: Typografia da Academia, 1797.

SALLES, Jansen Gusmão. **Da calúnia à supressão**: Discursos sobre educação e antijesuitismo no período pombalino. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SANTOS, Candido dos. António Pereira Figueiredo, Pombal e o Aufklärung. **Revista de História das Ideias**. Porto: Faculdade de Letras. v. 4, Tomo I, 1982.

SANTOS, Piedade; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá. **Lisboa setecentista vista por estrangeiros**. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.

SCHNEIDER, Susan. **O Marquês de Pombal e o vinho do Porto**: Dependência e subdesenvolvimento de Portugal no século XVIII. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1980.

SCHWARCZ, Lília Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: Verbo, 2004.

SERRÃO, Joel. **Pequeno Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Figueirinhas, 2014.

SERRÃO, Vítor. **O Barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Carlos André Lopes da. A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas - (1782-1839). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308106291_ARQUIVO_RealCompanhiaAcademiadosGuardas-Marinha.pdf Acesso em: 7 de mar. de 2018.

SILVA, Julio Cesar da Costa. **O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SILVA, Simone Santos de Almeida. **Iluminismo e ciência luso-brasileira: uma semiologia das doenças nervosas no período joanino**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das Luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração**. v. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALENTIM, Carlos Manuel Baptista. Portugal e a Guerra dos sete anos (1756-1763) – Elementos para estudo de seu impacto na sociedade, na economia e nas finanças portuguesas. In: **Colóquio de História Militar**, 21, 2012, Lisboa. Actas Nos 250 Anos da chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar e Direcção de História e Cultura Militar, 2012.

VARELA, Alex Gonçalves. **Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José de Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

VIEIRA, Alexandre. **Pensamento Político Na Guerra Guaranítica: Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito**. Programa de Pós-graduação em História (Tese de Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102712>. Acesso em: 22 de mai. De 2017.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.